Abrir portas onde se erguem muros

Director: David Pontes **Sábado, 14 de Setembro de 2024** • Ano XXXV • n.º 12.553 • Diário • Ed. Porto • Assinaturas 808 200 095 • **2€**



Dia da Ecologia
Estes são os médicos dos ecossistemas

Ciência e Ambiente, 36/37





Indonésia
A autenticidade da natureza e das suas gentes

Fugas



PAULO PIMENTA

Público

Reportagem

Incêndio esvaziou a Fajã das Galinhas para sempre

Sociedade, 20/21

Um terço das escolas abandonou o projecto-piloto dos manuais digitais

Alunos vão ter aulas com manuais digitais em 80 agrupamentos de escolas. São menos 23 do que no ano passado. É um assunto que não gera consenso na comunidade educativa Destaque, 4/5 e Editorial

Compra de casa

Garantia pública para jovens só avança no final do ano

Economia, 30

Vale de Judeus

Videovigilância na prisão passa a ser feita por dois guardas

Sociedade, 19

Opinião

Ser senhor da sua morte

José Pacheco Pereira escreve sobre a eutanásia Espaço Público, 9



Reino Unido

Starmer perde estado de graça ao fim de dois meses

Mundo, 24/25

ISNN-0872-1556

Página dois

SEMANA SIM



Fernando Alexandre O ministro da Educação tem reagido com sensatez perante os problemas de início do ano lectivo e não se coibiu de garantir que falhará se este ano não houver menos alunos sem professor atribuído.



Miguel Gomes O filme *Grand Tour*, de Miguel Gomes, é o candidato de Portugal a uma nomeação ao Óscar de Melhor Filme Internacional em 2025, por escolha da Academia Portuguesa de Cinema.



Cristiano Ronaldo Na fase descendente da sua carreira, e numa altura em que se discute quando lhe porá um ponto final, o futebolista conseguiu fazer a diferença no jogo frente à Escócia e salvar Portugal.

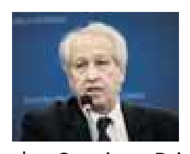


Kamala Harris Mais bem preparada, a candidata democrata à Casa Branca venceu Donald Trump no primeiro e único debate televisivo da campanha, obrigando o candidato republicano a jogar à defensiva.

SEMANA NÃO



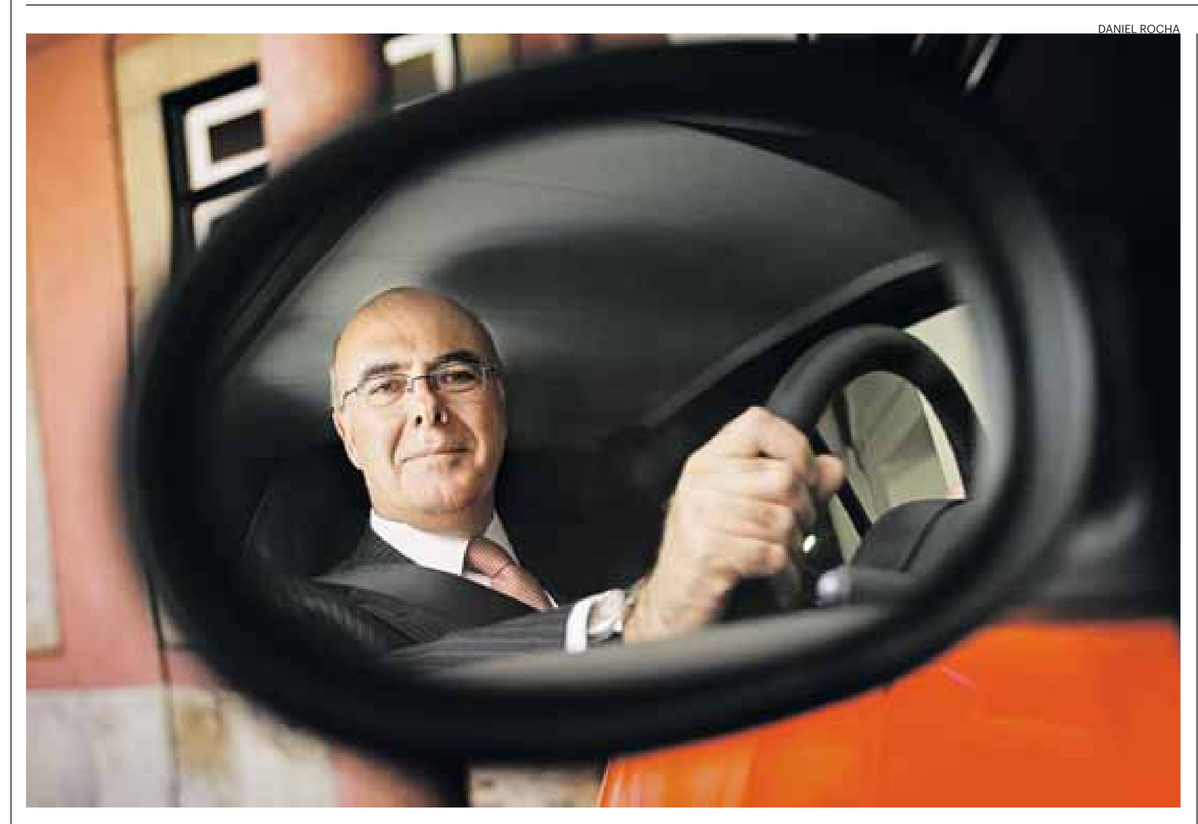
Lucília Gago A procuradora-geral da República, ouvida esta semana no Parlamento, fugiu às questões mais incómodas e não explicou as suas críticas sobre a existência de uma "campanha orquestrada" contra o MP.



Rui Abrunhosa Gonçalves Era inevitável a demissão do director-geral dos Serviços Prisionais após a fuga da cadeia de Alcoentre. Só mesmo o próprio demorou a perceber o óbvio.

Por Helena Pereira

INQUÉRITO PÚBLICO



DANIEL ROCHA

"Reduzir taxa de alcoolemia para 0,2 g/l seria uma excelente medida"

Marta Leite Ferreira

Carlos Barbosa Presidente do ACP defende aumento do tempo para a cassação da carta de condução até quatro anos

A ideia de reduzir para 0,2 gramas por litro o limite máximo de taxa de álcool permitido nas estradas, que pode ser implementada em breve em Espanha, não é nova. Carlos Barbosa já tem colocado a proposta em cima da mesa para introduzir uma mudança no Código da Estrada.

Mas a medida nunca foi avante, garantiu em entrevista ao PÚBLICO. Segundo o presidente do Automóvel Club de Portugal (ACP), tem prevalecido o argumento de que um país produtor de vinhos não acolherá medidas mais limitadoras do seu consumo. Nada mais errado, defende Carlos Barbosa: afinal, "as pessoas que querem beber não guiam e as pessoas que querem guiar não bebem".

É isso ou a morte. Um estudo apresentado em Junho pela Prevenção Rodoviária Portuguesa (PRP), uma associação dedicada ao tema da sinistralidade rodoviária, adiantou que 25% de todas as mortes nas estradas europeias estão relacionadas com o consumo de álcool.

Os números mais recentes disponíveis em Portugal dizem também que 75% dos condutores autopsiados pelo Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses tinham uma taxa crime de 1,2 g/l no sangue, noticiou o *JN* no mês passado. Em 2019, 37% das pessoas autopsiadas após terem perdido a vida num acidente rodoviário tinham taxas de álcool superiores a 0,5 gramas por litro.

Esta medida também devia ser tomada em Portugal?

Sou 100% a favor que seja reduzida a taxa de álcool, porque infelizmente, em Portugal, há imensas mortes e imensos desastres a envolver pessoas com taxa de alcoolemia muito grande. Acho que qualquer medida para reduzir a taxa que permita a condução sob o efeito do álcool é muito importante.

Que redução propõe?

Hoje em dia já se provou que uma taxa de 0,5 gramas por litro de sangue já provoca alguma leviandade na estrada, portanto reduzir para 0,2 gramas por litro, como ponderam em Espanha, seria uma excelente medida. Na verdade devia ser muito simples: as pessoas que querem beber não guiam; e as pessoas que querem guiar não bebem. Penso até que as penas em Portugal são extremamente leves no que diz respeito ao álcool e deviam ser mais pesadas.

Quem conduz tem de perceber que não pode ir para a estrada com álcool. É que não só se mata a ele próprio como mata os outros



Quão mais pesadas?

Devia haver uma cassação da carta de condução durante um período de tempo muito maior do que aquele que está instituído hoje em dia.

Actualmente, uma pessoa que acuse uma taxa de álcool entre 0,5 e 0,8 gramas por litro, que é o limite máximo, recebe uma coima de 250 a 1250 euros, fica sem três pontos na carta e fica com uma inibição de condução de um a 12 meses. No limite máximo, entre 0,8 e 1,2 gramas por litro (acima disso já é crime), a multa vai até aos 2500 euros, perde-se cinco pontos e a inibição de conduzir é de dois meses a dois anos.

O que eu defendo é que, se uma pessoa fosse apanhada acima do limite máximo permitido, devia ficar, por exemplo, três ou quatro anos sem carta. Ou seja, durante um período de tempo em que houvesse um impacto real. E não é ir três ou quatro vezes às sessões da prevenção rodoviária, porque isso não basta: é ir durante um ano a essas sessões, todos os fins-de-semana, porque a partir daí as pessoas já se lembrariam de que não podiam tornar a beber se forem conduzir.

Que esforços é que o ACP tem feito para que essas alterações sejam instituídas em Portugal?

Quando houve revisões ao Código da Estrada, nós fizemos precisamente esta proposta. Mas até agora não fomos contemplados com nenhuma das propostas que colocámos em cima da mesa.

Sabe porquê?

Há uma grande desculpa em Portugal, que é o argumento de que nós somos um país vinícola, produtor de vinho, e que não podíamos nem devíamos ter medidas desta natureza. Eu acho que uma coisa não tem nada que ver com a outra.

Ainda bem que somos um produtor de vinho e espero que Portugal possa produzir cada vez mais vinho e de melhor qualidade, que o país registe cada vez mais exportação de vinho. Mas quem conduz tem de perceber que não pode ir para a estrada com álcool. É que não só se mata a ele próprio como mata os outros.

Acha que é desta, com as alterações anunciadas em Espanha?

Não sei, mas espero bem que sim.

Valores mais altos do que telemóveis

Grande angular

António Barreto

Há mais de 50 anos, um estranho acontecimento ocupou as primeiras páginas dos jornais de todo o país. Em Lamego, no liceu, um aluno tinha sido apanhado a copiar, num exame, de maneira especialmente original e moderna. Não propriamente a copiar, mas sim a burlar com métodos criativos. Aparentava sinais de ferimentos na cabeça, por cima dos quais uma ligadura dava o toque realista. Na verdade, o truque escondia um minúsculo receptor de rádio que recebia indicações para resolver as questões do exame. Em casa, seu irmão, pequeno génio de tecnologia, tinha desenvolvido um transmissor artesanal de grande eficácia. Cinco minutos depois de começada a prova, dirigia-se ao liceu, pedia uma cópia do enunciado, corria para casa e ditava ou inspirava as respostas. Um comerciante vizinho, no seu rádio, ouviu vozes que identificou como respostas a um exame. Foi ao liceu e denunciou a marosca. Os professores foram ver e rapidamente detectaram a aldrabice. O aluno chumbou, mas foi reabilitado no ano seguinte. O irmão foi rapidamente recrutado por uma empresa especialista naquelas técnicas. Toda a gente compreendeu o castigo do burlão, mas o país inteiro simpatizou com os irmãos e seu feito. A tal ponto que, nessa noite, a loja do denunciante foi apedrejada e vandalizada. Nunca mais reabriu.

Esta pequena história serve, entre outros usos, para perceber o imenso abismo tecnológico, pedagógico e moral que nos separa daqueles dias. Os telemóveis de hoje, ou antes os *smartphones*, são poderosas armas ao alcance de toda a gente, que servem para todos os fins imagináveis: burla, jogo, invenção, cultura e lazer. Investigação, cálculo, informação, espionagem e roubo. Meditação, namoro, organização, controlo e gestão. Banditismo, terrorismo, filantropia e solidariedade. Os *smartphones* são portas abertas de cada um para o mundo e deste para cada um.

A discussão actual sobre o uso dos telemóveis nas escolas não é mais do que a repetição, actualizada, da mesma questão debatida há 20 anos. Pode ou deve proibir-se ou admitir-se os *smartphones* nas escolas? A sua proibição não vai atentar contra direitos fundamentais, a liberdade de expressão e o direito à informação? A sua admissão, pelo contrário, não vai liquidar o espírito da escola, a autoridade dos professores, o esforço de aprendizagem e o recato necessário para pensar e estudar? Convém notar que, há 30 anos, estes aparelhos pouco mais eram do que telefones e canais de mensagens escritas. Hoje, são tudo o que se sabe e ainda se não conhece.

O dilema não se limita à alternativa habitual, sim ou não. Na verdade, o problema é muito mais complexo. Todas as questões particulares são pertinentes. Quem deve ou pode ter a autoridade para tomar esta decisão? O Parlamento, o Governo, o ministério, a escola ou o professor?

A que se deve circunscrever a decisão? À escola no seu todo? Às salas de aula? Aos recreios e cantinas? Às salas de estudo e convívio?

As decisões sobre os *smartphones* são equiparáveis às que dizem respeito aos *tablets*, aos computadores e outros dispositivos? Que fazer com as necessidades evidentes de utilização destes para mil e uma funções educativas? Mesmo admitindo que a qualidade e a beleza das aulas magistrais são insubstituíveis, é evidente que há muitas outras formas de aprendizagem que não se limitam às aulas.

Além de troca de correspondência e de comunicação verbal, o *smartphone* também pode servir de dicionário, vocabulário, máquina de calcular, biblioteca, máquina de fotografia e cinema, reprodução musical, arquivo, compra e venda do que se quiser, actividade bancária e bolsista, aposta e vidência. Sem falar nas redes sociais e em todas as funções (saúde, estacionamento, informações, turismo, horários, mercado, etc.) essenciais para a vida quotidiana. É possível proibir umas funções e admitir outras?

Nada se passa sem que atravesse também os *smartphones*. Tudo o que é importante e tudo o que não é importante começa, acaba ou passa pelos *smartphones*. É o mais esplendoroso instrumento de liberdade, de morte, de conhecimento e de destruição. Faz algum sentido tomar uma qualquer decisão sobre o uso destes aparelhos nas escolas?

Faz todo o sentido. O uso intensivo e permanente do *smartphone* é absolutamente destruidor do que de melhor se pode passar na escola. O ensino, o diálogo e o debate são incompatíveis com o *smartphone*. O recato, o silêncio e a reflexão são destruídos pelo *smartphone*. A imaginação, a criatividade e o esforço pessoal são substituídos por todos os recursos "*fast*" que os *smartphones* proporcionam. O processo educativo inclui dimensões, qualidades e métodos não substituíveis por ciência esquemática, ensino plastificado e cultura empacotada.

Sei bem que a liberdade de expressão e o direito à informação, as duas flores mais frágeis da democracia, também estão ligadas ou podem beneficiar dos *smartphones*. Como sei que os ataques contra as redes sociais e o uso doloso das mesmas são ameaças contra as liberdades. Mas também sei que, tal como tantos outros instrumentos, aparelhos e funções, também estes podem e devem ser regulados. Guiar automóveis, usar armas, pilotar barcos e aviões, beber álcool ou consumir certas substâncias medicinais ou recreativas exige autorização, tem regras, só está acessível em certas condições, segundo os locais e as idades. Regular o uso dos *smartphones* nas escolas, eventualmente também noutros locais de carácter reservado ou privado, é aceitável do ponto de vista da liberdade, desde que não seja instrumento de opressão de qualquer espécie (por exemplo, proibir uns e permitir outros). Nas escolas, muito especialmente nas salas de aula, os *smartphones* são instrumentos de perturbação e de destruição de valor superior, naquele momento e naquela ocasião, o da aula. A sua proibição nas salas de aula, com ressalvas excepcionais, justifica-se do ponto de vista da liberdade individual, do pensamento e do conhecimento.

Permitir ou proibir crianças de dez anos ou adolescentes de 15 de usar *smartphones* onde quiserem e quando quiserem são prerrogativas e deveres dos pais e dos familiares. Mas, nas salas de aula, não são eles que têm autoridade para tanto. Nenhuma máquina desempenha com vantagem as funções da aula e do ensino. Nenhuma cópia é superior ao diálogo e ao estudo. Nada substitui o carácter humano do processo educativo.

Sociólogo

> **O uso intensivo e permanente do *smartphone* é absolutamente destruidor do que de melhor se pode passar na escola**

> **Nas salas de aula, os *smartphones* são instrumentos de perturbação e de destruição de valor superior, naquele momento e naquela ocasião, o da aula**

IMPORTA-SE DE REPETIR?

[A ideia de que as fugas saem do Ministério Público] é fantasiosa e destituída de sentido

Lucília Gago
Procuradora-geral da República



Que sera, sera

Christine Largarde
Presidente do BCE, respondendo a uma pergunta sobre se no futuro irá haver novos cortes das taxas de juro do Banco Central Europeu

Cada vez que a cerca era ligada, a electricidade ia abaixo na prisão

Rui Abrunhosa Gonçalves
Ex-director-geral de Reinserção e Serviços Prisionais

Tenho saudades da altura em que havia menos dinheiro no cinema

Miguel Gomes
Cineasta

Estão a comer os cães. Estão a comer os gatos. Estão a comer os animais de estimação das pessoas que lá vivem

Donald Trump
Candidato à presidência dos EUA

DANIEL ROCHA



Um terço das escolas abandonou projecto dos manuais digitais

Alunos vão ter aulas com manuais digitais em 80 agrupamentos de escolas. São menos 23 do que no ano passado. É um assunto que não gera consenso

Cristiana Faria Moreira

Dos 103 agrupamentos ou escolas não-agrupadas onde, no ano lectivo passado, parte dos alunos aprendia com manuais digitais, 34 deixaram de participar no projecto-piloto. Desde que foi adoptado, há quatro anos, o número de alunos e de agrupamentos envolvidos tem vindo a aumentar todos os anos. Até este ano. Nalguns casos, esta redução dever-se-á ao facto de o Ministério da Educação ter restringido a adesão de novas turmas do 1.º ciclo e do ensino secundário, mas também à "decisão voluntária das escolas, que optaram por diminuir o número de alunos abrangidos ou abandonar o projecto".

É esta a explicação do Ministério da Educação, Ciência e Inovação (MECI) para a diminuição elevada do número de alunos envolvidos neste projecto, da qual o secretário de Estado Adjunto e da Educação, Alexandre Homem Cristo, dá nota em entrevista ao *Expresso* esta sexta-feira: "Diminuímos para quase metade – de 24 mil para 13.700 – o número de alunos que vão participar no projecto-piloto."

Ainda assim, vão juntar-se este ano mais 11 agrupamentos de escolas ou escolas não agrupadas. Feitas as contas, o projecto decorrerá em 80 agrupamentos – menos 23 do que no ano passado.

Em Agosto, a tutela anunciou a decisão de não alargar o projecto-piloto dos manuais digitais a mais turmas do 1.º ciclo e do ensino secundário neste ano lectivo, já que quer medir os efeitos que tem tido no desenvolvimento e nas competências dos alunos. "Em paralelo, vamos avaliar o impacto na aprendizagem, cruzando os resultados dos alunos que usam manuais digitais com os que não os usam para perceber se houve ou não mais-valias", referiu o secretário de Estado na mesma entrevista.

Na prática, os alunos desses ciclos cujas turmas já estavam envolvidas no projecto poderiam continuar, não havendo a inclusão de novas turmas. Para as turmas dos 2.º e 3.º ciclos (do 5.º ao 9.º ano) – que têm maior adesão –continuaria "nos mesmos moldes".

As vantagens dos manuais digitais geram muita discussão na comunidade escolar

Além de apontar a restrição de adesão de novas turmas do 1.º ciclo e secundário, o ministério justifica também a diminuição do número de escolas envolvidas no projecto com "o alerta do MECI para falta de evidência sobre impacto na aprendizagem do uso dos manuais digitais".

Oitenta escolas envolvidas

O projecto-piloto, que abrange os três ciclos do ensino básico e secundário, arrancou no ano lectivo 2020/2021, no âmbito do Plano de Acção para a Transição Digital. Nesse ano, e de acordo com os dados da Direcção-Geral da Educação enviados pelo ministério, participaram apenas nove agrupamentos escolares, abrangendo 48 turmas, 1050 alunos e 213 docentes. Desde então, foi sempre aumentando: no ano passado, chegou a 24.011 estudantes de 1168 turmas de mais de cem agrupamentos. São as próprias direcções escolares que decidem se querem ou não integrar as suas turmas no projecto.

De acordo com a tutela, "as reduções substanciais aconteceram nos anos de escolaridade de início de ciclo, seja por decisão do MECI, seja por iniciativa das escolas". E dá alguns exemplos: no 3.º ano, há uma redução de 99%, passando de 1002 alunos envolvidos para 11, que estão em turmas mistas.

No 5.º ano, o número de alunos envolvidos passará a ser menos de metade face ao ano passado: de 3991 para 1674; no 7.º ano, também reduz em mais de metade, passando de 4710 para 1964. E, no 10.º ano, serão menos 97%, de 2192 para 67, sendo que "todos eles são alunos em ensino à distância".

Em Agosto, quando o Governo revelou que iria travar a adesão de novas turmas de alguns níveis de ensino, o próprio presidente da Associação Nacional de Directores de Agrupamentos Escolares, Filinto Lima, deu nota de também ter tomado a decisão de não incluir no projecto-piloto mais turmas do agrupamento que dirige – Dr. Costa Matos, em Vila Nova de Gaia. Manter-se-iam as oito turmas do 2.º e 3.º ciclos do ensino básico (do 5.º ao 8.º ano) que já nele participavam no último ano escolar.

"Temos continuidade, mas é o momento certo para fazermos um balanço e perceber o caminho que temos de trilhar. Não poderá ser um caminho híbrido, em que temos textos no digital e cadernos de exercício em papel? É um momento de reflexão para depois em 2025/2026 decidirmos se seguimos com os mesmos instrumentos ou não", disse então ao PÚBLICO, sem ainda conseguir fazer uma avaliação do impacto que os manuais digitais têm tido nas aprendizagens dos alunos.

Além disso, notou ainda outro ponto para o qual a Confederação Nacional das Associações de Pais (Confap) também tem alertado: a falta de computadores e a fraca cobertura da rede de Internet em algumas escolas do país, que cria desigualdades entre os alunos. "Os manuais digitais poderiam ser uma alternativa caso o planeamento fosse um bocadinho diferente e se tivéssemos infra-estruturas para ter uma boa implementação", sublinhou a presidente da Confap, Mariana Carvalho.

Países a recuar

A adopção de manuais digitais nas escolas não é um assunto que gera consenso na comunidade educativa. E deu, inclusive, origem a uma petição pública, promovida pelo Movimento Menos Ecrãs, Mais Vida, pelo fim imediato do projecto-piloto. Nesse documento, que foi entregue na Assembleia da República em Abril e posteriormente discutido na Comissão de Educação, os autores argumentam que o projecto "foi imposto a crianças já altamente penalizadas devido à pandemia e aos confinamentos, em que o ensino à distância deixou manifestamente profundas lacunas nas aprendizagens".

Entre muitos outros aspectos, apontam as conclusões "unânimes" dos estudos científicos a comprovar "a superioridade do papel e da escrita nas aprendizagens" e a constatação dos efeitos negativos na capacidade de leitura e de retenção de conhecimento adquirido quando os ecrãs substituem os livros.

Na altura, em reacção ao pequeno travão imposto pelo Governo, este movimento considerou-o "insuficiente". "É uma medida insuficiente para o que está em causa, que é uma falta de conhecimento sobre o impacto que este projecto está a ter nos alunos actualmente", notou Catarina Prado e Castro, uma das fundadoras deste movimento.

A discussão à volta da utilização de ecrãs na sala de aula, a par da utilização dos manuais digitais, tem sido um tema cada vez mais discutido internacionalmente, havendo já países que, à semelhança dos telemóveis, reconsideraram o seu uso nas escolas.

Um dos casos mais referidos é o da Suécia, que investiu durante muitos anos numa educação muito ligada ao digital. No ano passado, o Governo sueco fez regressar às escolas primárias os manuais impressos, com o argumento de que os alunos precisam de adquirir competências fundamentais de leitura e escrita e que estas são mais bem desenvolvidas através de materiais impressos.

Responsabilidades das câmaras

Na descentralização, municípios ainda fazem contas aos milhões em falta

Camilo Soldado

Todos os anos, os autarcas continuam a ter de puxar da calculadora. Apesar dos ajustes que têm sido feitos, os municípios continuam a ter de compensar os montantes insuficientes que lhes são transferidos pela administração central, por causa do processo de descentralização de competências na educação.

O diploma que previa a passagem de funcionários não-docentes, estabelecimentos escolares, refeições e transportes foi publicado em 2019, houve um reforço de verbas em 2022, mas o tão falado "envelope financeiro" continua a não dar para a despesa.

Em 2024, o Estado transferiu 1,13 mil milhões de euros para as 278 autarquias do continente através do Fundo de Financiamento da Descentralização (FFD) só para a área da Educação. Vários autarcas ouvidos pelo PÚBLICO dizem que não chega.

Mas qual é a dimensão da verba suportada pelos municípios? Não é certo. A Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP) não tem esses números e o Ministério da Educação, Ciência e Inovação (MECI) não respondeu às perguntas do PÚBLICO. Mas ascende a milhões de euros.

No caso do Porto, o município estima que esteja a assegurar mais dois milhões de euros de défice. Em Coimbra, este montante ronda os 1,4 milhões de euros. O autarca de Aguiar da Beira não tem valores precisos, mas aponta para milhares de euros. Os responsáveis pelas câmaras referem ter de cobrir custos com funcionários, despesas correntes, refeições ou transportes. A lista continua.

O município do Porto foi particularmente crítico do processo de descentralização e muita da resistência estava relacionada com o financiamento. Embora hoje tenha um "menor défice" do que o registado nos primeiros tempos, explica o vereador com o pelouro da Educação, Fernando Paulo, a autarquia tem hoje gastos extras nesta área que rondam dois milhões de euros. Este valor explica-se essencialmente com gastos com funcionários não-docentes que o município tem de acrescentar, actividades de enriquecimento curricular (AEC) e manutenção das escolas.

Também a vereadora da Câmara Municipal de Coimbra, Ana Cortez Vaz, apresenta a sua folha de Excel com a soma das insuficiências: "Só em recursos humanos, temos um défice de quase 300 mil euros..." Nota também que pagam mais às freguesias pela limpeza e manutenção das escolas do que o que recebem do Governo e que as transferências do FFD não têm acompanhado a inflação que se reflecte particularmente nas contas da energia e água das escolas e nas refeições.

O presidente da Câmara Municipal de Aguiar da Beira, Virgílio Cunha, diz que, além da manutenção, questões como o transporte escolar, operado numa zona de baixa densidade, têm tido particular peso acrescido nas contas da autarquia.

Apesar de considerar que a descentralização foi uma "mais-valia", a ANMP refere que "nem tudo tem corrido" como gostaria. Entre as "dificuldades" sentidas pelas câmaras, regista que estas assumem "o financiamento de todos os transportes no ensino obrigatório e só são ressarcidos até ao 9.º ano". Tal como os vários autarcas ouvidos pelo PÚBLICO, insiste na necessidade de rever os rácios, de não docentes, mas também de "valorizar a sua função".

1,13

Em 2024, o Estado transferiu 1,13 mil milhões para as autarquias, só para a área da Educação

ADRIANO MIRANDA



Os auxiliares escolares dependem das autarquias

Mais funcionários

Tanto as escolas como os municípios contactados pelo PÚBLICO referem que, apesar de os rácios por aluno estarem a ser cumpridos, continua a haver falta de funcionários. O presidente da Associação Nacional de Directores de Agrupamentos e Escolas Públicas, Filinto Lima, diz que o reforço de assistentes operacionais e assistentes técnicos é particularmente importante para acompanhar alunos com necessidades específicas.

Este mesmo ponto é sublinhado pelo director do Agrupamento de Escolas da Lousã, Pedro Balhau, que explica que, neste concelho do distrito de Coimbra, há 179 alunos com estas necessidades, num universo de 2100 estudantes. Avisa que o cumprimento dos rácios é insuficiente e que garantir um número adequado de funcionários é uma "questão de segurança" para estes jovens.

A ANMP já se reuniu com o MECI, com a questão dos não-docentes em cima da mesa, mas o Governo do PSD ainda não anunciou soluções. No último fim-de-semana, num artigo de opinião para o PÚBLICO, o próprio ministro da Educação, Fernando Alexandre, referia que o Governo "não dispõe sequer da informação sobre o número de pessoal não-docente ao serviço" e prometia corrigir as falhas "rapidamente".

Os próprios funcionários insistem que faltam funcionários. Este é um dos pontos que sublinham os responsáveis da Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores em Funções Públicas, na hora de convocar uma greve para o dia 4 de Outubro. O protesto serve também para defender a criação de carreiras especiais que, aumentando os salários e diminuindo a precariedade, defendem os sindicatos, ajudaria a combater a escassez destes profissionais.

Neste quadro, a ANMP, presidida pela socialista Luísa Salgueiro, refere a necessidade de ajustar "permanentemente o financiamento ao exercício das competências" e defende que um "instrumento fundamental" para que tal aconteça é a criação de uma nova lei das finanças locais.

Espaço público

Ecrãs nas escolas: finalmente parar para pensar

Editorial



Andreia Sanches



Não faz sentido a escola não estar aberta à inovação. Ela é essencial. Mas não podemos adoptá-la de forma acrítica

O Ministério da Educação anunciou há umas semanas que não pretendia alargar para já o projecto-piloto dos manuais digitais a mais turmas do 1.º ciclo e do ensino secundário. Não foi um ponto final à experiência, longe disso — bem ou mal, o projecto continuará, este ano, em cerca de 80 estabelecimentos. Mas foi um travão claro, e justificado. Por uma razão simples: apesar de a experiência ir entrar, agora, no seu quinto ano de vida, não é conhecida nenhuma avaliação rigorosa sobre o seu impacto nas aprendizagens dos alunos.

Como é óbvio, qualquer inovação em educação só faz sentido se se traduzir numa melhoria da aprendizagem. Que ao quinto ano o que exista para avaliar o sucesso dos manuais digitais seja pouco mais do que percepções de alunos, professores e directores sobre se correu bem ou mal, é incompreensível.

Esta falha ajudará a explicar que haja escolas a optar por diminuir o número de alunos abrangidos pela experiência ou até por abandonar o projecto-piloto, como damos conta nesta edição. O ministério já fez saber que pediu essa avaliação. Não está sozinho. O tema é discutido em países insuspeitos de serem avessos à inovação. É o caso da Suécia, que investiu fortemente há 30 anos na digitalização, mas acabou o ano de 2022 a declarar que o papel tem vantagens insubstituíveis. Não quer acabar com os ecrãs. Quer equilíbrio. E voltou a investir em materiais impressos.

De resto, não faltam estudos a encontrar limitações na capacidade de leitura das crianças quando os livros são inteiramente substituídos por ecrãs — como lembra uma petição já discutida no Parlamento. Mais: quando os materiais da sala de aula são 100% digitais, as famílias têm mais dificuldade em acompanhar os filhos, verificou-se na Suécia.

O mesmo momento de pausa para os *smartphones*. A restrição dos mesmos em contexto escolar está em marcha em vários países. Também em Portugal está dado o sinal, com a recomendação da sua proibição nas escolas até ao 6.º ano. Mas o que importa é perceber os benefícios e as vantagens desta tecnologia e decidir.

Não faz sentido a escola não estar aberta à inovação. Ela é essencial. Mas não podemos adoptá-la de forma acrítica. Ensinar com ecrãs não é a mesma coisa que ensinar com papel e lápis. E nada na escola muda de um dia para o outro. Nem os métodos pedagógicos, nem a formação dos professores, nem o contexto dos alunos — apesar do afã da transição digital, muitos continuam a estudar em escolas onde os computadores são obsoletos. É crucial perceber o que se fez e o que falta fazer antes de avançar.

CARTAS AO DIRECTOR

IRS Reformado

Isto do Orçamento do Estado para 2025 está-se a complicar. Há linhas vermelhas por todo o lado. Marcelo já convocou o Conselho de Estado. Há uma guerra de nervos. Um erro de cálculo de qualquer das partes em confronto pode provocar um acidente (neste caso, não nuclear) de consequências inimagináveis, neste caso, com novas eleições. As medidas que o Governo está a tomar de dar dinheiro a uns e a outros não parecem estar a ser suficientes para descolar nas intenções de voto. Isto da fuga de Alcoentre só veio complicar. Por isso, venho deixar uma sugestão ao Governo, que seria um autêntico xeque-mate a toda a oposição: para além do IRS Jovem, lancem o IRS Reformado! Ia ser um sucesso e, neste caso, o PS não podia deixar de estar de acordo (acho eu, mas nunca se sabe). Por outro lado, não esquecer que há muito mais reformados (votantes) do que jovens. Tal como no IRS Jovem, a taxa de IRS sobre as pensões seria muito baixinha, no máximo subia até 15% (piscando o olho à IL) e só os reformados ricos é que pagavam como gente grande, uns 45%, sendo que reformados ricos seriam aqueles que tivessem uma pensão anual de 80.000 euros, ou seja, 5700 euros por mês (pobre país onde ter uma pensão de 5700 euros é ser rico, mas adiante, tem de ser assim que é para ser igual ao IRS Jovem). Com o IRS Reformado, a maioria absoluta está garantida! Pensem nisso.

Fernando Vieira, Lisboa

Ainda o MP

O Ministério Público (MP) não é em exclusivo e em definitivo responsável pelos excessos das escutas telefónicas, pois quem tem a última palavra é o juiz de instrução. A este compete analisar se estão ou não reunidos em cada momento os respectivos pressupostos, decidindo por despacho fundamentado autorizar ou não autorizar as mesmas. A procuradora-geral da República até podia ter explorado melhor essa vertente. Onde ela não me parece ter qualquer razão é na sustentação da duração temporal ilimitada das intercepções telefónicas. A natureza profundamente intrusiva desse meio de obtenção de prova, indiciada pelas cautelas do legislador, estabelecendo um apertado regime de pressupostos e de formas de controlo, e a danosidade que tem associada do ponto de vista dos direitos fundamentais inculcam a não perpetuação no tempo do seu uso. Ou há, desde logo, fundamento sério para crer que dele resultarão elementos de prova, ou não se o determinará e, muito menos, prolongará por tempo indefinido à espera que eles possam vir a aparecer. O legislador não tem de fixar limite temporal algum. Ele resulta da "natureza" do próprio instituto.

António Costa, Porto

Impunidade nas prisões

Uma consistente e bem conduzida reportagem levada a cabo pela jornalista Sofia Pinto Coelho que passou no canal televisivo SIC, logo após o telejornal, revela-nos situações verdadeiramente preocupantes do que se passa nas cadeias portuguesas. É uma verdadeira orgia de ilicitudes, de "fechar de olhos", de gravíssimas prevaricações que num designado Estado de direito e, *a fortiori*, numa verdadeira democracia nunca deveriam acontecer– ou, por outro lado, prestar-se-á a democracia a estes aleijões que a erodem? A deterioração e a ausência dos valores éticos, dos princípios superiores e das referências exemplares já são notados, há muito, na nossa sociedade e não será para admirar, infelizmente, que sejam transpostos para o mundo das cadeias, em que guardas prisionais se mancomunam com perigosos presidiários, em cumplicidades obscuras e indescritíveis, e em que outros briosos e cumpridores guardas prisionais são ameaçados e se vêem envolvidos em processos verdadeiramente *kafkianos* com o intuito de os destruir e arruinar, a fim de que os "esquemas" continuem a funcionar num mundo violento, permissivo e impune em que nada parece o que é, e o que é se esfuma numa teia de nublosas cumplicidades.

António Cândido Miguéis, Vila Real

PÚBLICO ERROU

No artigo da edição de ontem "O mistério da despesa pública 50% acima do valor do PIB", de Susana Peralta, os valores da despesa combinada da Administração Central e da Segurança Social e do PIB previstos para 2025 foram apresentados em milhões de euros, quando estavam em causa milhares de milhões. Dever-se-ia ter escrito, respectivamente, 426 mil milhões de euros e 277 mil milhões. Pede-se desculpa aos leitores pelo lapso.

O arquitecto do projecto original do Liceu Camões é Miguel Ventura Terra e não Pardal Monteiro, como escrevemos no Ípsilon de ontem.

As cartas destinadas a esta secção têm de ser enviadas em exclusivo para o PÚBLICO e não devem exceder as 150 palavras (1000 caracteres). Devem indicar o nome, morada e contacto telefónico do autor. Por razões de espaço e clareza, o PÚBLICO reserva-se o direito de seleccionar e editar os textos e não prestará informação postal sobre eles **cartasdirector@publico.pt**

A opinião publicada no jornal respeita a norma ortográfica escolhida pelos autores

ESCRITO NA PEDRA

O único lugar onde sucesso vem antes do trabalho é no dicionário
Albert Einstein (1879-1955), físico teórico alemão

O NÚMERO

58.993

Total de casas que o Governo prevê construir até 2030 com verbas do PRR, o dobro do previsto inicialmente

Contra a corrente

Ainda ontem



Miguel Esteves Cardoso

Seguindo um conselho do comentador Ninguém, tenho-me dedicado a tentar perceber as eleições americanas à luz de quem vai votar em Trump.

Descobri logo que é difícil ler o que dizem os eleitores de Trump. Praticamente não existem nos jornais minimamente bem feitos. A unanimidade à volta de Kamala Harris é quase total.

Logo aqui há uma revolta enorme e irresistível: como se pode ignorar, num sistema em que cada voto vale tanto como qualquer outro, metade dos eleitores?

Descobri que o voto no Trump não é no Trump: é contra a mudança. Metade do eleitorado é contra a evolução política dos últimos tempos. É classicamente reaccionária – se não se puder voltar atrás, então que o progresso seja o mais lento possível.

E acha que os direitos e os privilégios que estão a ser concedidos em nome da inclusividade não vêm do nada: estão a ser subtraídos àqueles que pouco mais têm.

Descobri a identificação do inimigo: para metade da população americana, o inimigo é o promotor do progresso "liberal", que é a transferência geral de poderes dos brancos pobres e rurais, cristãos, livres e autodidactas para as populações urbanas e modernas: cosmopolitas, negras, ateias, esquerdistas, estrangeiras.

O voto em Trump não é em Trump: é contra a corrente. Pode não ser contra o progresso em si, mas é contra a velocidade do progresso. O voto em Trump traduz o medo de ser desapossado pela aliança entre a elite de sempre e as classes desprivilegiadas que usa para avançar. É esta aliança – entre os mais ricos e poderosos e os mais pobres e fracos – que faz medo aos eleitores de Trump.

O medo é que substituam a classe trabalhadora tradicional – branca, cristã, conservadora e cortês – por uma nova classe multirracial, que é imprevisível, anárquica, zangada e ateia.

Concluo assim que os eleitores de Trump são, acima de tudo, negativos. Têm medo, sentem-se inseguros, acham que os EUA estão a ir por mau caminho.

Trump é apenas uma oportunidade para mostrar isso.

ZOOM DACA, BANGLADESH

MOHAMMAD PONIR HOSSAIN/REUTERS



Uma mulher e uma criança mergulham no branco de um campo de cana-de-açúcar selvagem (*Saccharum spontaneum*) em flor em Sarighat, na região de Daca, no Bangladesh

P

publico.pt




Lisboa (sede: editor e redacção)
Edifício Diogo Cão,
Doca de Alcântara Norte
1350-352 Lisboa
Tel. 210 111 000

Porto
Rua Júlio Dinis,
n.º 270 Bloco A 3.º
4050-318 Porto
Tel. 226 151 000

DIRECTOR
David Pontes
Directores adjuntos
Andreia Sanches, Marta Moitinho Oliveira, Sónia Sapage, Tiago Luz Pedro
Directora de arte
Sónia Matos
Directora de design de produto digital
Inês Oliveira
Editoras executivas
Helena Pereira, Patrícia Jesus
Editor de fecho
José J. Mateus

Editor de Opinião Álvaro Vieira **Editor P2** Sérgio B. Gomes **Online** Ana Maria Henriques, Mariana Adam, Pedro Esteves, Pedro Guerreiro, Pedro Sales Dias (editores), Amílcar Correia (redactor principal), Carolina Amado, João Pedro Pincha, José Volta e Pinto, Marta Leite Ferreira, Miguel Dantas, Sofia Neves (última hora); Rui Barros (jornalista de dados); Ruben Martins, Inês Rocha (áudio); Joana Bougard (editora multimédia), Carlos Alberto Lopes, Joana Gonçalves, Mariana Godet, Teresa Miranda (multimédia); Amanda Ribeiro (editora de redes sociais), Ana Zayara, Michelle Coelho, Patrícia Campos (redes sociais) **Política** David Santiago (editor), Susete Francisco (subeditora), Ana Sá Lopes, São José Almeida (redactoras principais), Ana Bacelar Begonha, Liliana Borges, Margarida Gomes, Maria Lopes, Nuno Ribeiro **Mundo** Ivo Neto, Paulo Narigão Reis (editores), Bárbara Reis, Jorge Almeida Fernandes, Teresa de Sousa (redactores principais), Rita Siza (correspondente em Bruxelas), Alexandre Martins, António Rodrigues, António Saraiva Lima, João Ruela Ribeiro, Leonete Botelho (grande repórter), Maria João Guimarães, Sofia Lorena **Sociedade** Natália Faria, Gina Pereira (editoras), Clara Viana (grande repórter), Alexandra Campos, Ana Cristina Pereira, Ana Dias Cordeiro, Ana Henriques, Ana Maia, Cristiana Faria Moreira, Daniela Carmo, Joana Gorjão Henriques, Mariana Oliveira, Patrícia Carvalho, Samuel Silva, Sónia Trigueirão **Local** Ana Fernandes (editora), Luciano Alvarez (grande repórter), André Borges Vieira, Camilo Soldado, Mariana Correia Pinto, Samuel Alemão, Teresa Serafim **Economia** Pedro Ferreira Esteves, Isabel Aveiro (editores), Manuel Carvalho (redactor principal), Cristina Ferreira, Sérgio Aníbal (grandes repórteres), Ana Brito, Luís Villalobos, Pedro Crisóstomo, Rafaela Burd Relvas, Raquel Martins, Rosa Soares, Victor Ferreira **Ciência** Teresa Firmino (editora), Filipa Almeida Mendes, Tiago Ramalho **Azul** Andrea Cunha Freitas (editora), Claudia Carvalho Silva (subeditora), Aline Flor, Andréia Azevedo Soares, Clara Barata, Nicolau Ferreira, Tiago Bernardo Lopes (multimédia), Gabriela Gómez (infografia), Rodrigo Julião (webdesign) **Cultura/Ípsilon** Paula Barreiros, Inês Nadais (editoras), Pedro Rios (editor Ípsilon), Isabel Coutinho (subeditora), Nuno Pacheco, Vasco Câmara (redactores principais), Isabel Salema, Sérgio C. Andrade (grandes repórteres), Daniel Dias, Joana Amaral Cardoso, Lucinda Canelas, Luís Miguel Queirós, Mariana Duarte, Mário Lopes **Desporto** Jorge Miguel Matias, Nuno Sousa (editores), Augusto Bernardino, David Andrade, Diogo Cardoso Oliveira, Marco Vaza, Paulo Curado **Fugas** Sandra Silva Costa, Luís J. Santos (editores), Alexandra Prado Coelho (grande repórter), Luís Octávio Costa, Mara Gonçalves **Guia do Lazer** Sílvia Pereira (coordenadora), Cláudia Alpendre, Sílvia Gap de Sousa **Ímpar** Bárbara Wong (editora), Carla B. Ribeiro, Inês Duarte de Freitas **P3** Inês Chaíça, Renata Monteiro (subeditoras), Mariana Durães **Terroir** Ana Isabel Pereira **Newsletters e Projectos digitais** João Pedro Pereira **Projectos editoriais** João Mestre **Fotografia** Miguel Manso, Manuel Roberto (editores), Adriano Miranda, Daniel Rocha, Nelson Garrido, Nuno Ferreira Santos, Paulo Pimenta, Rui Gaudêncio, Alexandra Domingos (digitalização), Isabel Amorim Ferreira (documentalista) **Paginação** José Souto (editor de fecho), Marco Ferreira (subeditor), Ana Carvalho, Cláudio Silva, Joana Lima, José Soares, Nuno Costa, Sandra Silva; Paulo Lopes, Valter Oliveira (produção) **Copy-desks** Aurélio Moreira, Florbela Barreto, Joana Quaresma Gonçalves, João Miranda, Manuela Barreto, Rita Pimenta **Design Digital** Alex Santos, Ana Xavier, Nuno Moura **Infografia** Célia Rodrigues (coordenadora), Cátia Mendonça, Francisco Lopes, Gabriela Pedro, José Alves **Comunicação Editorial** Inês Bernardo (coordenadora), João Mota, Ruben Matos **Secretariado** Isabel Anselmo, Lucinda Vasconcelos **Documentação** Leonor Sousa

Publicado por PÚBLICO, Comunicação Social, SA.
Presidente Ângelo Paupério
Vogais Cláudia Azevedo, Ana Cristina Soares e João Günther Amaral

Área Financeira e Circulação Nuno Garcia **RH** Maria José Palmeirim **Direcção Comercial** João Pereira **Direcção de Assinaturas e Apoio ao Cliente** Leonor Soczka **Análise de Dados** Bruno Valinhas **Marketing de Produto** Alexandrina Carvalho **Área de Novos Negócios** Mário Jorge Maia

NIF 502265094 | Depósito legal n.º 45458/91 | Registo ERC n.º 114410
Proprietário PÚBLICO, Comunicação Social, SA | Sede: Lugar do Espido, Via Norte, Maia | Capital Social €8.550.000,00 | Detentor de 100% de capital: Sonaecom, SGPS, S.A. | **Publicidade** comunique.publico.pt/publicidade | comunique@publico.pt | Tel. 210 111 353 / 210 111 338 / 226 151 067 | **Impressão** Unipress, Tv. de Anselmo Braancamp, 220, 4410-350 Arcozelo, Valadares; Empresa Gráfica Funchalense, SA, Rua da Capela de Nossa Senhora da Conceição, 50, 2715-029 Pêro Pinheiro | **Distribuição** VASP – Distrib. de Publicações, Quinta do Grajal – Venda Seca, 2739-511, Agualva-Cacém | geral@vasp.pt

Membro da APCT Tiragem média total de Agosto **19.838 exemplares**

O PÚBLICO e o seu jornalismo estão sujeitos a um regime de auto-regulação expresso no seu Estatuto Editorial **publico.pt/nos/estatuto-editorial**
Reclamações, correcções e sugestões editoriais podem ser enviadas para **leitores@publico.pt**

ASSINATURAS Linha azul **808 200 095** (dias úteis das 9h às 18h)
publico.pt/assinaturas • assinaturas@publico.pt

Espaço público

Uma lei no limbo ou os Iluminados ao ataque

Escrever Direito



Francisco Teixeira da Mota

As Brigadas do Além estão insidiosamente ao ataque, como é próprio deste tipo de organizações, impedindo a entrada em vigor da lei da eutanásia. Como se refere no recém-divulgado abaixo-assinado (que subscrevi) *Regulamentar a lei da eutanásia é respeitar a democracia*, o que os adversários da regulamentação "*pretendem não é senão criar mais um obstáculo artificial a que entre em vigor uma lei da República cujo conteúdo não lhes agrada*". E têm poder para o fazer, uma vez que, como é próprio destas organizações, têm elementos seus infiltrados nos diversos órgãos do poder.

Desta feita, é a pendência no Tribunal Constitucional de dois pedidos de fiscalização sucessiva da constitucionalidade da lei que é apresentada como a razão de ser para o Governo não avançar com a regulamentação, isto é, para manter a impossibilidade legal da morte medicamente assistida.

Para os subscritores do abaixo-assinado "mal andaria a democracia portuguesa se a expressão da vontade da larga maioria do Parlamento, reiterada cinco vezes, ficasse refém do desagrado de quem, nessas cinco vezes, não teve vencimento de causa", mas os membros desta organização, dado o seu carácter subversivo, não estão preocupados com o facto de a lei da eutanásia resultar de, nas palavras do abaixo-assinado, "um dos mais participados e criteriosos processos legislativos ocorridos na democracia portuguesa".

A lei aprovada em 31 de Março de 2023 estipula que o Governo tem 90 dias após a sua publicação para proceder à regulamentação e que a lei só entraria em vigor 30 dias depois. A regulamentação já deveria ter sido publicada ao tempo do anterior Governo, mas não foi. Parece mesmo que o anterior Governo nem se tinha dado ao trabalho de a preparar, o que permite ao actual Governo desresponsabilizar-se e ir sentado no lugar do morto.

Não vale a pena sequer invocar a forma extremamente, cautelosa, minuciosa, criteriosa, restritiva e burocraticamente morosa como esta lei veio permitir a despenalização da morte medicamente assistida, já que as Brigadas do Além não aceitam qualquer hipótese de morte medicamente assistida. Para os membros desta radical organização, os fins justificam os meios, pelo que, embora não deixem de ser sensíveis ao sofrimento alheio, na prática, para estes extremistas da Vida, tais provações são absolutamente irrelevantes em termos das suas crenças. Que lhes importa a eles o sofrimento e a humilhação destes seus irmãos – ao ser-lhes negada a sua vontade e individualidade no fim da vida – se, em contrapartida, estes extremistas podem alcançar a satisfação das suas próprias consciências? E, ainda por cima, cereja em cima do caixão, impedem que as portas do Além se fechem a esses sofredores impacientes.

Na verdade, para estes radicais do Além, o sofrimento – pelo menos, o alheio – será até motivo para se congratularem. Estão convictos de que, ao evitarem a regulamentação da lei, obrigando, assim, aqueles que querem morrer por estarem em situações de sofrimento de grande intensidade, com lesões definitivas de gravidade extrema ou com doenças graves e incuráveis, a prolongarem o inferno das suas vidas, estão a abrir-lhes o caminho para o Paraíso. Não será provavelmente o paraíso islâmico com as suas 72 virgens, mas qualquer outra recompensa *post-mortem*. Estes activistas da vida querem (e conseguem) impor as suas crenças e vontade aos seus irmãos, que querem abandonar a vida através da morte medicamente assistida, mesmo que estes não queiram ter qualquer tipo de relação com o Além.



Estão convictos de que, obrigando quem quer morrer a prolongar o inferno das suas vidas, estão a abrir-lhes o caminho para o Paraíso

Pelo meu lado, parece-me que, como se afirma no abaixo-assinado, já é tempo de, "*ao cabo de mais de uma década de debate público e democrático*", Portugal dispor efectivamente "*de uma lei prudente, equilibrada e tolerante que respeite a vontade de todas as pessoas e não imponha nada a ninguém*". Como já afirmei aqui mais do que uma vez, sou um "impenitente" defensor da eutanásia. Não por entender, em termos jurídico-filosóficos, que há um direito a morrer nem por qualquer outra razão jurídica. Para mim, é, pura e simplesmente, "uma questão de concreta humanidade e amor ao próximo". Verdade seja dita que também é uma questão de respeito pela nossa dignidade e liberdade.

Não tenho nada contra, antes pelo contrário, que haja maiores investimentos nos cuidados paliativos e que essa seja uma linha de actuação prioritária no campo da saúde, mas essa opção não pode esmigalhar a nossa liberdade e dignidade, como pretendem no seu terrorismo iluminado as Brigadas do Além.

Advogado. Escreve ao sábado

Confissão



Eduardo Marçal Grilo

Confesso que estou desejoso de ver o resultado final desta "novela" em que se tornou a feitura do Orçamento do Estado (OE) para o próximo ano.

Vejamos, em termos muito simples, o que tem acontecido desde as legislativas de 10 de Março. No próprio dia das eleições, o secretário-geral do Partido Socialista assumiu a derrota ainda se não conheciam os resultados finais e declarou que o seu partido seria oposição durante esta legislatura. Passado umas semanas veio dizer que o PS votaria contra o próximo Orçamento, mesmo sem conhecer o conteúdo de um documento que, como é natural, nessa altura não estava nem escrito nem talvez ainda pensado.

Daí para cá temos assistido a tudo. O PS já veio dizer que afinal talvez possa vir a apoiar um orçamento desde que haja uma negociação com o Governo sobre mais temas, além de IRS e IRC; o Governo também já disse que está aberto a uma negociação; o Chega anunciou que se retirava do processo, por o PSD recusar o referendo sobre imigração, mas veio entretanto dizer que afinal estaria disponível para discutir e viabilizar o OE, se o Governo excluísse o PS da negociação – o que o primeiro-ministro já recusou; a IL também já se posicionou, dizendo que aprova um OE desde que o país entre numa fase acelerada de privatizações; e, finalmente, o Bloco e o PCP são contra qualquer orçamento porque este, ou outro qualquer vindo dos partidos à sua direita, é um produto capitalista que vai contra os "interesses dos trabalhadores e do povo".

Temos portanto neste momento uma situação, a que Pacheco Pereira chamou, e bem, "a dança macabra" entre PSD e PS, em que, para tentarem encontrar uma saída para o Orçamento, cada um deles discute na praça pública temas e argumentos técnicos, tais como descidas de impostos, aumentos de vencimentos e incentivos aos mais novos para não saírem do país, a que se somam encargos orçamentais resultantes de benesses que foram sendo criadas para certos grupos profissionais e que uns e outros se encarregaram de ir distribuindo desde o início da legislatura, um no Governo, outro no Parlamento.

Entretanto, nós, que sabemos pouco de finanças e de orçamentos, vamos assistindo a esta "dança", que pode acabar mal, com um sentimento de grande preocupação e um pouco atónitos porque, com raríssimas exceções, poucos serão os que estão interessados em ter uma crise política envolvendo novas eleições, com mais demagogias, mais promessas, mais comícios, mais arruadas e sobretudo mais perturbação e mais prejuízo para a vida do país e de cada um de nós em particular.

Ora, o problema que parece ser muito complexo, neste caso, é capaz de ter uma solução bem simples.

Com negociação ou sem negociação, o país tem de ter OE aprovado em tempo para entrar em vigor no dia 1 de Janeiro de 2025. Alguém tem dúvidas de que é isto de que o país precisa? Só se forem os mesmos que têm dúvidas sobre tudo, inclusivamente sobre quem se deve apoiar nas eleições de 5 de Novembro nos EUA. Ou será que, como acontecia antigamente no futebol, os dois partidos precisam de um treinador estrangeiro para lhes vir ensinar o que devem fazer?

Costumo dizer que, com a idade, tenho hoje muito mais dúvidas do que certezas, mas neste caso tenho mesmo uma certeza. (Também tenho imensas dúvidas sobre todos aqueles que têm sempre imensas certezas sobre toda e qualquer questão.)

E a certeza é esta: em nome do bom senso e da racionalidade e com negociação ou sem negociação, o PS deve aprovar o OE 2025.

Não obterá nada de palpável em termos políticos. Também nada terá a perder, mas ganha seguramente a credibilidade e o respeito que os portugueses mais moderados e sensatos estão desejosos de ver na política portuguesa.

Há uns meses escrevi neste jornal um texto em que me mostrava farto e cansado. Agora continuo com os mesmos sintomas mas a que acrescento a incapacidade para perceber o que querem os políticos envolvidos neste processo das negociações. Novas bases de apoio? Ganhos eleitorais? Popularidade? Prestígio internacional?

Dá-me vontade de lhes dizer: parem para pensar, deixem os seus interesses partidários imediatos e olhem para o país e para o mundo com olhos de ver. Nós todos (ou quase todos...) agradecemos.

Ex-ministro da Educação

Ser senhor da sua morte



José Pacheco Pereira

O ruído do mundo



DR

Não me interessa muito a discussão jurídica e técnica sobre a eutanásia, porque ela é um biombo para duas concepções sobre a vida e a morte, sobre a liberdade de cada um dispor do seu corpo e os limites do sofrimento e da dor que também cada um está disposto a ter, assim como o modo como defronta a decadência do seu corpo e cabeça. Repare-se que, nesta enumeração, o sujeito da decisão e da acção é sempre individual, e as únicas garantias na lei que contam são aquelas que asseguram o predomínio da vontade individual, com liberdade e consciência. Se há, por isso, uma decisão estritamente pessoal e íntima é aquela de pôr termo à vida através da eutanásia. Em última razão, esta é a liberdade mais fundamental, ser senhor do seu corpo face à vida e à morte, ser senhor da sua morte.

Qual o grau de interferência que o Estado pode e deve ter face a essa liberdade última? Nos programas dos principais partidos portugueses está uma resposta a esta questão, que remete para o modo, como, por exemplo, os deputados devem comportar-se face a legislação sobre a eutanásia, como aliás sobre o aborto. Aqui os partidos dividem-se, PCP, BE, PS olham para as pessoas essencialmente como cidadãos, como membros da *polis*, que são governados pelas regras da *polis*, decididas democraticamente, que implicam que qualquer decisão sobre esta matéria é de natureza cívica e não depende da consciência individual. O terreno da consciência, incluindo as convicções religiosas, deve ser submetido à decisão democrática de como se organiza a sociedade, e à definição dos direitos e obrigações dos seus cidadãos. Mesmo que se admita um terreno de liberdade de consciência ele é sempre a excepção e não a regra.

Compreende-se que assim seja quando se trata de costumes e práticas de carácter religioso que menorizam as mulheres, como é o caso da excisão feminina em certas comunidades islâmicas africanas, que existem aliás em Portugal. Aliás, o confronto cultural que atravessa as democracias europeias sobre como actuar face a práticas cujas vítimas são essencialmente as mulheres, seja através de sociabilidades proibidas, trajes, comportamentos de poder assentes na família, é revelador da dificuldade desta questão. Os direitos fundamentais, que são uma construção política, nem por isso devem ser relativizados, porque há aqui um adquirido civilizacional, com um fundamento humanista que devemos ter e defender.

Mas há uma outra concepção patente nos partidos que incluem uma visão personalista nos seus programas, o PSD e o CDS. Essa visão personalista, genética no caso do PSD, através da influência que tinha a doutrina cristã, em particular a doutrina social da Igreja, nos homens que fundaram o partido, a começar por Francisco Sá Carneiro, em que é que ela se traduz na prática? O personalismo de Emmanuel Mounier é fortemente inspirado numa interpretação filosófica da doutrina cristã e, como o nome indica, parte do princípio de que a "pessoa" não se reduz ao cidadão, mas inclui uma dimensão metapolítica, na qual se concentra determinado tipo de liberdades de consciência, como sejam as ideias sobre o mundo, concepções sobre a vida e a morte e convicções religiosas.

Sá Carneiro, que incluiu no programa do PPD a laicidade do partido – e é por isso que uma tentativa de importação do "Deus, Pátria e Família", que se tentou fazer no tempo de Cavaco Silva, violava o programa do partido –, tirava uma outra consequência da ideia de que havia uma dimensão para além da política que não podia ser reduzida à cidadania. E essa consequência é que, em determinadas decisões, não se podia impor uma orientação do partido, se elas estiverem assentes na liberdade de consciência individual, como se verificava com o aborto e com a eutanásia. Ou seja, a solução em votações sobre essas matérias implicava necessariamente liberdade de voto e quando, por exemplo, num comportamento autoritário, e violador do programa do PSD, por parte de uma direcção de bancada parlamentar, se impunha disciplina de voto, não devia ser respeitada. No caso do PSD isso aconteceu várias vezes em votações sobre o aborto e ainda bem. Quem foi indisciplinado estava mais próximo da concepção personalista fundadora do partido, exercendo uma liberdade de consciência. O mesmo aconteceria se houvesse disciplina de voto a favor do aborto e deputados cristãos a violassem.



Já é tempo de se deixar de andar às voltas com tecnicidades jurídicas cujo único papel é impedir que a eutanásia tenha uma base legal, correspondendo à vontade maioritária na Assembleia

O caso da eutanásia é um deles. Remete para uma liberdade íntima, talvez a mais forte de todas as liberdades, a de ser senhor da sua morte. Caso tal acto implique a ajuda de terceiros, ou seja, não se trate de suicídio, a liberdade desses terceiros, que têm também direito numa matéria deste tipo a julgar pela sua consciência, deve ser garantida. Mas, ao mesmo tempo, não deve haver qualquer implicação legal, cumpridas que estão regras que devem apenas garantir a integridade da vontade de quem decide pôr termo à sua vida numa morte assistida.

Já é tempo de se deixar de andar às voltas com tecnicidades jurídicas cujo único papel é impedir que a eutanásia tenha uma base legal, correspondendo à vontade maioritária na Assembleia. É uma péssima maneira de criar obstáculos, com base em convicções religiosas que deviam ficar para quem as tem, para impedir que homens e mulheres sofram desnecessariamente ao se lhes tirar o poder de controlar a sua morte sem mais sofrimento e sem dor. É uma liberdade que também desejo para mim e lutarei por ela o que for preciso.

Historiador. Escreve ao sábado

Aposto que a desobediência da Ordem dos Médicos é crime

Coffee break



Bárbara Reis

Tudo o que aqui vou escrever é público e básico, perdoem-me os leitores de jornais compulsivos e os especialistas.

Em 2020, o bastonário da Ordem dos Médicos, Miguel Guimarães, escreveu uma carta ao presidente da Assembleia da República e à comissão parlamentar de Assuntos Constitucionais a informar que recusava nomear um médico para a Comissão de Verificação e Avaliação dos Procedimentos Clínicos de Morte Medicamente Assistida (CVA).

Anunciava que ia violar a lei se a lei fosse aprovada.

Na carta, Guimarães escreveu que a Ordem "se recusará a indicar ou nomear médico(s) para qualquer comissão que a legislação preveja e/ou a praticar qualquer tipo de acto do qual resulte uma colaboração e/ou participação, directa ou indirecta, da Ordem dos Médicos em procedimentos preparatórios e/ou de execução de actos de antecipação da morte a pedido ou da morte medicamente assistida, na vertente da eutanásia e da ajuda ao suicídio".

Em 2023, o novo bastonário, Carlos Cortes, manteve a posição do antecessor, anunciou que se recusaria a designar um médico para a comissão e enviou a mesma carta à Assembleia da República.

– Eu não nomearei ninguém – li no *Diário de Notícias*.

Anunciou que ia violar a lei. Neste caso, o bastonário disse isto quando já havia uma lei aprovada e após um longo debate público, jurídico, político e ético. Se houve processo legislativo participado na democracia portuguesa, este é um deles.

A lei que despenaliza a morte medicamente assistida foi aprovada cinco vezes pela Assembleia da República, por larga maioria. Pelo meio, o Presidente vetou-a duas vezes e o Tribunal Constitucional pronunciou-se duas vezes. Duas vezes, foi exigido ao poder legislativo que fizesse acertos e clarificações. Duas vezes foram feitas mudanças. A versão final foi aprovada pelo Parlamento em Março de 2023 e promulgada pelo Presidente dois meses depois.

A 25 de Maio de 2023, quase quatro anos depois de a lei ter andado para trás e para a frente – como deve acontecer em democracia – e passados ainda mais anos de debate nos *media* e sociedade civil, passou a ser lei.

A lei, de entre muitas coisas, diz que será criada a CVA, a comissão de verificação, e que a CVA terá "cinco membros de reconhecido mérito", entre os quais "um médico designado pela Ordem dos Médicos".

E, no entanto, o bastonário diz:

– Eu não nomearei ninguém.

O bastonário sabe que quando uma lei é aprovada, é vinculativa. E sabe que a Ordem dos Médicos deve obediência à lei e não vive fora da lei.

A Ordem dos Médicos tem poderes delegados do Estado – não é uma associação privada. Pode discordar da lei durante o processo legislativo, mas, quando a lei é promulgada, tem de obedecer. Diz o bom senso e diz a Constituição que, logo no artigo 2.º, declara que "a República Portuguesa é um Estado de direito democrático".

Claro que há a objecção de consciência. À partida, um médico que não queira participar em "procedimentos clínicos de morte medicamente assistida" não será obrigado e poderá recusar, sem ser punido por isso.

Mas mesmo a objecção de consciência já foi recusada como argumento por alguns tribunais superiores europeus e pelo Tribunal Europeu dos Direitos Humanos, que afirmaram que o direito dos profissionais de saúde à objecção de consciência não pode prejudicar ou limitar o direito à saúde dos outros cidadãos, li também no *DN*.

No caso do bastonário, nem é disso que se trata. Ninguém está a dizer que ele deve participar em "procedimentos clínicos de morte medicamente assistida". Ele deve nomear um médico para a comissão que vai avaliar os pedidos de morte medicamente assistida. Não se trata de ele fazer um acto médico contra a sua consciência. Trata-se de um acto administrativo imposto pela lei. Acto que ele não quer cumprir, por discordar da lei.

Claro que o bastonário pode praticar o crime de desobediência. Dirá que a nova lei vai contra o Juramento de Hipócrates e o código deontológico dos médicos? Aí, não há dúvida: a lei da morte assistida sobrepõe-se ao código deontológico dos médicos, que é um regulamento, não uma lei. Só tem força de lei o estatuto da Ordem dos Médicos. Mas mesmo que o código fosse lei, as regras da hierarquia das leis dizem que quando há em disputa duas leis com o mesmo valor hierárquico, prevalece a mais recente – neste caso, é a lei da despenalização da morte assistida. O bastonário não está em omissão, uma vez que o Governo ainda não regulamentou a lei, nem criou o CVA. A partir do momento em que o faça, terá de enfrentar a justiça.

Outra coisa: a posição individual do bastonário é isso mesmo – a sua posição individual. Carlos Cortes pode aconselhar os médicos a serem objectores de consciência, mas não tem o direito de pensar pelos seus membros.

A Associação dos Médicos Católicos Portugueses, centenária, terá 150 sócios e talvez mais no Porto, onde foi fundada. Se calhar, são todos contra a lei. Mas há 60 mil médicos em Portugal. Os inquéritos que há são parciais, mas mostram a divisão.



O bastonário da Ordem dos Médicos não gosta da lei da morte medicamente assistida e por isso diz que vai desobedecer. *Bluff* ou não, é do outro mundo

Em 2007, José Ferraz Gonçalves, médico no Instituto Português de Oncologia do Porto – que é contra a despenalização da morte assistida – fez um inquérito para a sua tese de mestrado em Bioética e concluiu que, dos 450 oncologistas inquiridos, 42,3% eram contra a eutanásia, 38,7% a favor e 19% não tinham opinião.

Em 2015, na tese de mestrado *Eutanásia e suicídio medicamente assistido: atitudes dos médicos*, Helena Fragoeiro, médica no Centro de Saúde de Câmara de Lobos, fez um inquérito a 183 médicos vinculados ao Serviço de Saúde da Região Autónoma da Madeira e concluiu que 66% eram a favor da legalização da eutanásia.

Em 2018, Ferraz Gonçalves regressou ao tema e tentou fazer um inquérito nacional. Acabou por fazer só no Norte: dos 1146 médicos inquiridos, 51% eram a favor da legalização da eutanásia, 32% contra e 17% não tinha opinião.

Agora, 42 médicos, entre os quais Álvaro Beleza e Manuel Sobrinho Simões, juntaram-se a 250 profissionais de várias áreas (*disclaimer*: eu incluída) e assinaram uma carta aberta cujo título é *Regulamentar a Lei da Eutanásia É Respeitar a Democracia*. Há médicos contra e há médicos a favor.

Só falta mesmo o Governo regulamentar: criar a comissão, definir o modelo do Registo Clínico Especial e o formulário do Relatório Final. Isto não tem nada de legislativo, é puramente administrativo. É pôr em funcionamento o que a lei diz. É uma competência exclusiva do governo e o prazo de 90 dias já mais do que expirou.

Jornalista. Escreve ao sábado

DANIEL ROCHA



Um título ambíguo, mas prudente

Coluna do Provedor



José Alberto Lemos

A notícia saiu no dia 25/7 na edição impressa, com o título "PRR deverá ser revisto pela segunda vez em 2025"

Não é novidade para ninguém que o Plano de Recuperação e Resiliência, mais conhecido pela sigla PRR, se debate com atrasos significativos na concretização de muitos dos projectos aprovados e cujo prazo final de execução é 2026.

O problema não é exclusivamente português e há hoje em muitos Estados-membros da União Europeia (UE) a convicção de que o plano carece de revisão nos seus conteúdos. No dia 23 de Julho, Bruxelas publicou um documento intitulado "Orientações para os Planos de Recuperação e Resiliência" em que reconhece a necessidade de haver adaptações para permitir que alguns projectos ainda se concretizem dentro dos prazos previstos.

Nos dias seguintes à revelação do documento, este jornal publicou vários textos sobre o assunto. Um deles fazia o ponto da situação dos projectos portugueses na avaliação da Comissão Nacional de Acompanhamento (CNA), cujo quarto relatório foi divulgado no dia seguinte ao documento da UE. Nele se informava em pormenor o "estado da arte" em cada área de intervenção, e se revelava que, a dois anos e meio do fim do prazo, apenas 5% dos investimentos estavam concluídos. Outro artigo dava conta do desconhecimento que os autarcas ainda têm em relação ao plano e da escassa informação disponibilizada ao público. E um terceiro avançava com a hipótese de, face ao relatório comunitário, Portugal poder rever o seu PRR, pela segunda vez, em 2025.

Este último artigo, que saiu no dia 25/7 na edição impressa, tinha como título "PRR deverá ser revisto pela segunda vez em 2025" e na entrada dizia que "Portugal pode aproveitar novas orientações de Bruxelas, que abre a porta a mudanças para salvar projectos em risco". Entre o título e o teor do artigo viu um leitor particularmente atento, cujas objecções a outra peça saída na Economia motivaram a coluna da semana passada, algumas dissonâncias.

Apesar do título, diz Lourenço Noronha, "o que se lê é que 'Portugal pode aproveitar novas orientações de Bruxelas', 'pode rever o seu PRR já no próximo ano', 'vê aqui (...) abrir-se a porta para negociar', 'pode simplesmente propor uma revisão do PRR'. Não transparece que tenha sido ouvido qualquer responsável, e/ou que qualquer fonte tenha indicado que essa possibilidade será aproveitada. Talvez isso decorra da forma como a peça foi escrita, ou de má interpretação minha, mas foi a impressão com que fiquei".



Plano de Recuperação e Resiliência

PRR deverá ser revisto pela segunda vez em 2025

"É certo, prossegue o leitor, que o artigo nota que 'a possibilidade de faseamento de projectos do PRR (...) já tinha sido noticiada em Portugal pelo *Jornal de Negócios*, a 15 de Julho, com base em declarações de responsáveis da Comissão'. Mas justamente o contraste entre essa formulação e a do título deste artigo evidencia a diferença de abordagem: uma coisa é chamar a atenção para uma possibilidade, outra é afiançar que ela 'deverá ser' aproveitada numa determinada data."

Admitindo que possa "estar a ler mal o título", e que este queira dizer apenas que "o PRR, a nível europeu, será revisto em 2025, como resultado das novas orientações de Bruxelas", o leitor observa que a expressão 'deverá ser revisto' ali utilizada "parece remeter para uma iniciativa do Governo, previsão que no texto acaba por não surgir justificada".

E, a concluir, pergunta: "Não havendo mal nenhum em que o PÚBLICO dedique espaço à análise de uma possibilidade aberta por documentos que são públicos, não terá o título optado por uma formulação que induz o leitor em erro quanto à existência de uma intenção – que só poderia ser das instâncias competentes – de concretizar essa hipótese?"

A questão levantada pelo leitor pode parecer demasiado subtil, e em certo sentido é-o, porque a expressão "deverá ser revisto" encerra alguma polissemia. Neste contexto, ora pode ser entendida como o cumprimento de uma obrigação, de uma possibilidade, ora como o resultado de uma iniciativa autónoma, de uma intenção voluntária. Mas, justamente porque é subtil, a questão que levanta tem valor pedagógico para o exercício do jornalismo.

Por isso, o provedor remeteu para o autor da peça as observações do leitor. "Escreve o leitor que, no artigo, 'não transparece que tenha sido ouvido qualquer responsável'. Ouvi duas fontes, independentes entre si, nenhuma delas membro do Governo. Ambas solicitaram anonimato. Em ambos os casos, o pedido era aceitável – a não confidencialidade poderia pôr em risco a relação laboral delas", revelou Victor Ferreira, responsável pelos três artigos sobre o PRR.

"Porque são fontes fiáveis, fiz aquilo que o Livro de Estilo prevê. Assumi a informação, sem recorrer 'às habituais, retóricas e desacreditadas fórmulas do género fonte digna de crédito, fonte segura ou fonte próxima de'", prosseguiu.

O jornalista invocou os três anos de experiência a cobrir o tema PRR que lhe permitiram "acumular muitas fontes locais, regionais, nacionais e europeias", "vivas e documentais", "públicas e privadas", que "nem sempre dão origem a uma notícia no imediato", mas que "são úteis porque ajudam a interpretar o quadro todo da realidade".



A fórmula 'deverá ser revisto' contém alguma ambiguidade, mas reflecte uma certa prudência que se recomenda, porque escasseia, no jornalismo prospectivo

"Foi o que aconteceu neste caso. Há muito tempo que se antevia a necessidade de rever o PRR, mais uma vez. Era algo de que não se falava em público, mas que nos corredores do poder era dado como certo e objecto de debate. Faltavam as regras, que entretanto surgiram no documento de Bruxelas, publicado a 23/7. Era a peça que faltava", explicou.

Quanto à hipótese, levantada pelo leitor, de o título induzir em erro, Victor Ferreira aponta "o mais importante: 48 horas depois da publicação do artigo, o ministro que tutela os fundos europeus confirmou a informação do PÚBLICO. A notícia revelou-se correcta, precisa, detalhada".

O jornalista admite como "legítimo" questioná-lo por que razão não contactou o Governo para obter confirmação em *on*, tornando assim o texto tão assertivo quanto o título, dissipando dúvidas. "Não o fiz pela segurança e fiabilidade da informação de que dispunha, e porque era muito improvável obter uma resposta governamental" em tempo útil. "O preço a pagar talvez tenha sido o de escrever que o país 'deverá rever' ou 'poderá rever' e não que o país 'vai rever'", atribuindo essa intenção ao Governo.

"Tendo em conta o resultado final, esse preço é menor do que o benefício que veio com o artigo", conclui. "Tendo em conta que a gestão da comunicação pelos governos nem sempre é ditada pelo interesse noticioso, mesmo em assuntos relevantes, poderemos sempre perguntar: e teria o ministro dito o que disse, dois dias depois, se o PÚBLICO não tivesse publicado este artigo?"

A pergunta é, naturalmente, especulativa, mas é o menos importante. O importante é avaliar a forma como o jornalista procedeu neste caso.

Após a divulgação do relatório de Bruxelas, recorreu à sua experiência acumulada, ao conhecimento dos mecanismos de funcionamento dos centros de decisão e a fontes de confiança para concluir aquilo que escreveu. Fê-lo assumindo a informação obtida como segura, seguindo as regras do Livro de Estilo em casos em que não é possível contornar o anonimato das fontes.

Prescindiu de uma confirmação oficial por razões atendíveis. Ao fazê-lo, sabia que havia uma pequena margem de risco, daí ter optado por um título menos assertivo do que o teor do artigo. A fórmula "deverá ser revisto" contém alguma ambiguidade, de facto, mas reflecte uma certa prudência que se recomenda, porque escasseia, no jornalismo prospectivo.

Depois de ouvir as explicações do jornalista, o provedor está convicto de que o leitor concordará com as razões para a escolha do título.

provedor@publico.pt

Ministro da Defesa incendeia relações com Olivença ao reclamar território

"Não se abdica" dos "direitos quando são justos", afirmou Nuno Melo. Alcaide de Olivença insurgiu-se contra o que considerou ser "discurso de divisão" mais típico "dos séculos passados"

José Volta

O ministro da Defesa Nacional, Nuno Melo, afirmou ontem que a localidade de Olivença "é portuguesa", o que está estabelecido por tratado, e defendeu que "não se abdica" dos "direitos quando são justos", o que provocou a indignação do alcaide da localidade.

Questionado pelos jornalistas em Estremoz, no distrito de Évora, sobre se Olivença é portuguesa ou espanhola, o ministro português foi peremptório: "Olivença é portuguesa, naturalmente, e não é provocação nenhuma". "Aliás, por tratado, Olivença deverá ser entregue ao Estado português", continuou Nuno Melo, que presidiu à cerimónia comemorativa do Dia do Regimento de Cavalaria N.º 3 (RC3), naquela cidade alentejana.

Segundo o ministro, que cumpriu parte do seu serviço militar precisamente no RC3, unidade do Exército também conhecida como Dragões de Olivença, "muitos avaliam a circunstância [de Olivença] numa razão caricatural". "E diz-se, desde o Tratado de Alcanizes, como Portugal tem as fronteiras mais antigas definidas, excepto esse bocadinho", porque, "no que toca a Olivença, o Estado português não reconhece como sendo território espanhol", sublinhou.

Garantindo que, na sua opinião, esta não é uma questão "de ontem, é de hoje", o ministro da Defesa Nacional aludiu ao próprio Regimento de Cavalaria n.º 3, a mais antiga unidade do Exército em actividade, que assinalou hoje os seus 317 anos: "Estes dragões são de Olivença por alguma razão".

Nuno Melo lembrou que, quando foi eurodeputado no Parlamento Europeu, defendeu esta questão, da qual continua a não abdicar. "Fi-lo, desde logo, no Parlamento Europeu, em questões colocadas, enfim, mas sabe, a *'real politik'* é a *'real politik'*", o que "não invalida a expressão dos direitos" e, quando estes "são justos, deles não se abdica", argumentou.

Olivença é uma cidade na zona raiana reivindicada por direito por Portugal, desde o tratado de Alcanizes, em 1297, mas que Espanha anexou e mantém integrada na província de Badajoz, na comunidade autónoma da Estremadura, apesar de ter reconhecido a soberania portuguesa sobre a cidade quando subscreveu o Congresso de Viena, em 1817.

NUNO FERREIRA SANTOS



Olivença é um município com cerca de 11 mil habitantes que fica junto a Badajoz. Foi anexado por Espanha em 1801



Estou convencido de que o ministro [da Defesa, Nuno Melo] tem assuntos mais urgentes e importantes para tratar neste momento

Manuel Andrade
Alcaide de Olivença

O alcaide de Olivença, porém, não demorou a reagir e fê-lo de forma enérgica: os discursos que "tentam dividir ou confrontar, falando de territórios sem pensar nas pessoas", são típicos de séculos passados.

Em comunicado, Manuel José González Andrade, líder da localidade com cerca de 12 mil habitantes integrada na província espanhola de Badajoz, sublinhou que discursos que procuram "separar através das fronteiras, no século XXI, foram mais do que esquecidos e pertencem a séculos passados". "Estou convencido de que o ministro [da Defesa, Nuno Melo] tem assuntos mais urgentes e importantes para tratar neste momento", acrescentou.

O alcaide sublinhou ainda que no seu município se trabalha "para aquilo que nos une, que é muito mais do que aquilo que nos separa numa fronteira que está misturada há décadas". "Olivença está plenamente satisfeita e orgulhosa do seu passado e da sua história porque nos torna únicos e nos permite ter uma identidade única em toda a Península Ibérica", frisou. "Como também tem consciência do seu presente e sabe perfeitamente qual é o seu futuro, ao qual se deve somar esta história partilhada como potencial", apontou ainda.

746 portugueses de Olivença

Desde 2014 que os oliventinos podem obter a nacionalidade portuguesa. Nestes dez anos, foi registada nos sistemas nacionais a entrada de 746 portugueses naturais de Olivença, de acordo com uma resposta do Ministério da Justiça a uma pergunta do grupo parlamentar do CDS.

Embora o ministério sublinhe não ser possível extrair dados "com base na ligação a Olivença" quanto aos pedidos de nacionalidade, uma vez que as requisições apresentadas por oliventinos "não constituem uma categoria autónoma de processos", há dados que permitem traçar um retrato superficial da situação.

Em 2014, registaram-se 78, com 2017 a estabelecer um máximo de 210 entradas nos registos de portugueses naturais de Olivença.

A resposta do Ministério da Justiça continua depois explicando que a nacionalidade portuguesa pode ser conseguida quando "o interessado invoca ter nascido em Olivença" antes da entrada em vigor da Lei da Nacionalidade (1981). É também possível abrir processos de atribuição de nacionalidade em casos de ascendência de nacionalidade portuguesa. **com Lusa**

PSD e Iniciativa Liberal estão a estudar novas coligações autárquicas

Liliana Borges

Os dois partidos estão a avaliar em que autarquias uma coligação pode ser decisiva para evitar uma vitória da esquerda

PSD e IL estão em conversações para aumentar o número de coligações para as próximas autárquicas. Embora formalmente as coligações só sejam fechadas depois das reuniões magnas dos partidos — o PSD terá o seu congresso ainda este mês, mas os liberais só se reúnem em Dezembro ou Janeiro —, sociais-democratas e liberais estão a estudar quais as autarquias em que uma coligação pode ser decisiva para evitar uma vitória da esquerda.

Depois de, em 2021, os sociais-democratas terem ficado atrás dos socialistas no número de autarquias conquistadas, o PSD está determinado em reforçar o seu ciclo de governação com uma vitória nas autárquicas. Na reeleição como presidente do PSD, Luís Montenegro traçou como objectivos reconquistar a liderança da Associação Nacional de Municípios (ANMP) e da Associação Nacional de Freguesias (Anafre), actualmente nas mãos do PS. O que significa ganhar mais câmaras e mais juntas de freguesia do que os socialistas — ou seja, vencer as eleições.

Para isso, o PSD está a apostar numa "plataforma aberta" à direita — que inclua o parceiro CDS, mas também a Iniciativa Liberal. Ao PÚBLICO, um dirigente do PSD conta que a estratégia dos sociais-democratas passará por aliar forças à direita perante uma esquerda "fragmentada e que não se entende".

A mesma fonte social-democrata confirma que "a grande maioria" dos nomes "estão fechados", uma vez que o processo autárquico está "bastante adiantado". Alguns, admite, poderão ser conhecidos no 42.º Congresso Nacional, marcado para 21 e 22 de Setembro, em Braga. Outros só ficarão fechados depois da próxima ronda de eleições para as distritais — que acontecerão até ao final de Outubro. Do lado da IL também é preciso ouvir os núcleos territoriais e aprovar a moção de estratégia global da próxima direcção na Convenção Nacional electiva, que terá Rui Rocha como "recandidato".

No entender dos sociais-democratas, interessa tanto ao PSD como aos liberais que existam coligações. Além de precisarem de agarrar o eleitorado que foge para a IL, o PSD acredita que também os liberais beneficiarão de uma coligação e da possibilidade de ter quadros em assembleias municipais e juntas de freguesia, enquanto concorrem a mais autarquias fora dos centros urbanos.

Em 2021, os liberais concorreram a 51 municípios, dos quais 43 eram candidaturas próprias e sete em coligação. Mas não foi por falta de oferta. No total, a IL recebeu 112 propostas para coligações, mas 105 foram rejeitadas.

DANIEL ROCHA



A Iniciativa Liberal recusou nas últimas autárquicas várias coligações com o PSD. Rui Rocha está mais aberto

Em 2021, a Iniciativa Liberal concorreu a 51 câmaras e só fez alianças em sete casos

Do lado dos liberais, que concorrem pela segunda vez às autárquicas, esse interesse é reconhecido, mas sublinha-se que as circunstâncias políticas não são as mesmas. As cores dos partidos mudaram, as lideranças também e não basta um entendimento alargado — é preciso que os núcleos territoriais concordem. Para isso, garante uma fonte liberal, "é mais fácil convencer a IL com propostas do que com pelouros".

Há três anos, a IL decidiu não apoiar a coligação Novos Tempos de Carlos Moedas na Câmara de Lisboa e preferiu apostar num candidato próprio, tendo primeiro apresentado Miguel Quintas, que desistiu dias depois de anunciar a sua candidatura. Bruno Horta Soares foi o substituto, mas o resultado ficou aquém das ambições para a capital, não tendo conseguido lugar de vereador. Um erro que o PSD acredita que continua a amargar os liberais. Do lado da IL, embora se continue a defender a decisão de 2021, já se admite apoiar o candidato do PSD para Lisboa (Carlos Moedas ainda não desfez o tabu da sua recandidatura), e fechar coligações para ultrapassar a meta dos 25 deputados municipais eleitos em 2021.

Em 2023, na moção de estratégia global com a qual foi eleito, Rui Rocha escrevia que a IL "apresenta-se, regra geral, a actos eleitorais sozinha, recusando coligações pré-eleitorais" e que qualquer acordo pré-eleitoral "deve ser validado pelos órgãos do partido mediante análise concreta", sobretudo em eventuais eleições autárquicas. É que, explica uma fonte oficial do partido ouvida pelo PÚBLICO, há um certo "instinto primário" para rejeitar uma coligação da IL aos partidos "do sistema".

Antes de decidir se concorre a uma determinada câmara numa candidatura própria ou coligação, a IL irá olhar para as autarquias que, por limitação de mandatos, vão mudar de presidente de câmara — o que acontecerá em 105 das câmaras municipais, a maioria nas mãos dos socialistas. Das 105 autarquias que terão obrigatoriamente de mudar de líder, 54 são socialistas, 30 do PSD (sozinho ou coligado), 12 do PCP-PEV (de um total de 19 câmaras desta coligação), três do CDS-PP (de seis municípios) e um do Juntos Pelo Povo (JPP).

Ex-cônsul garante que processo das gémeas foi o "habitual"

Joana Mesquita

O processo de naturalização das gémeas que receberam o medicamento Zolgensm decorreu de forma "normal", garantiu ontem o embaixador Paulo Jorge Nascimento, ex-cônsul-geral de Portugal em São Paulo, Brasil, ouvido ontem por videoconferência na Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) ao caso. Admitindo ter tido "variadíssimos" encontros com Nuno Rebelo de Sousa, na altura presidente da Câmara Portuguesa de Comércio em São Paulo, e ter conhecido Juliana Drumond, a sua companheira, o embaixador assegurou que nenhum dos dois lhe falou do "caso das gémeas".

A relação entre Nuno Rebelo de Sousa e o actual embaixador português na China era "essencialmente institucional", explicou.

"Nunca tive contacto nem conhecimento deste caso quando estive em São Paulo", sustentou o ex-cônsul,"Nunca tive nenhum contacto" nem da Casa Civil da Presidência da República nem do Governo, asseverou. "Não tive sequer conhecimento do pedido" de Daniela Martins junto do consulado, apontou ainda, garantindo não conhecer nem ter tido "contacto" com a mãe das gémeas.

Vários deputados — como André Ventura e Joana Cordeiro (IL) — consideraram "difícil de acreditar" que a informação não tenha chegado ao então cônsul português, mas o embaixador reiterou que nunca lhe falaram sobre o tema.

O processo de naturalização das gémeas demorou cinco meses, uma vez que os pais submeteram o pedido, através de um formulário no *site* do consulado, em Abril de 2019 e a emissão dos assentos de nascimento foi feita em Setembro desse ano.

Este é um "período de tempo bastante normal" e o processo "decorreu de forma habitual", sublinhou Paulo Jorge Nascimento, referindo que este "é um dos processos mais simples que podem existir", já que são duas menores, com um progenitor com nacionalidade portuguesa.



André Ventura contesta decisão de Aguiar-Branco que proíbe acesso a comunicações de Marcelo

Relativamente ao facto de um funcionário do consulado ter recolhido os dados biométricos das gémeas enquanto estavam internadas no hospital, o embaixador confirmou que tal aconteceu porque as crianças não se podiam deslocar ao consulado. Questionado sobre se um funcionário teria entregado no hospital os cartões de cidadão, Paulo Jorge Nascimento indicou que a "única deslocação" que pode confirmar foi para a recolha de dados biométricos.

O embaixador confirmou ainda a existência de "despachantes", responsáveis por fazerem agendamentos no consulado-geral e depois venderem as vagas, mas disse não ter indícios que mostrem a "intervenção de terceiros" neste caso.

Antes da audição do embaixador,em declarações aos jornalistas, André Ventura disse estar a ponderar recorrer ao Supremo Tribunal de Justiça, depois de o presidente da Assembleia da República ter recusado o acesso a comunicações privadas do Presidente da República. O líder do Chega afirmou que o partido "recebeu com estupefacção a notícia" de que Aguiar-Branco decidiu não enviar à Presidência d República o pedido do Chega para aceder a comunicações de Marcelo Rebelo de Sousa.

Partidos tentam preservar clima de paz até à chegada do Orçamento

Maria Lopes

Governo mantém na gaveta as propostas de lei sobre baixa do IRC e IRS Jovem, e PS leva a debate questões culturais



DANIEL ROCHA

Governo e PS afastam temas polémicos e com impacto orçamental até ao Orçamento

Ao mesmo tempo que os corredores serão palco para declarações de avança-recua de PSD, PS e Chega sobre o Orçamento do Estado para 2025, este próximo mês de actividades parlamentares até à chegada da proposta de lei promete manter na actualidade temas como a fuga de presos de Vale de Judeus, os negócios da TAP, o roubo no MAI, a comissão de inquérito ao "caso das gémeas", a segurança, as dificuldades do arranque do ano lectivo, o acesso às creches, a redução do IRC e o IRS Jovem. E talvez mais alguns assuntos que a actualidade impuser – como a sucessão da procuradora-geral da República e noutros cargos de peso que o Governo tenciona mudar.

Os agendamentos da conferência de líderes desta semana não trouxeram os temas que já se sabe que dividem profundamente PSD e PS, como é o caso da redução do IRC e do IRS Jovem, talvez porque o Governo prefere não acicatar a discussão já, mas é bem possível que sejam debatidos no início de Outubro, num ensaio do que será a discussão do orçamento. Os agendamentos para a primeira quinzena de Outubro e o calendário orçamental serão decididos na conferência de líderes de 25 de Setembro, mas já se sabe que o debate do orçamento na generalidade deverá ser nos dias 30 e 31 de Outubro.

No Parlamento estão os pedidos de autorização do executivo entrados em Junho e Julho para a reforma do IRC (redução faseada da taxa geral de 21 para 15% até 2027, e para as pequenas e médias empresas de 17 para 12,5%), o regime do IVA de caixa e o IRS Jovem de 15%. A intenção do executivo é ter estes regimes em vigor no início de Janeiro do próximo ano, pelo que terá que tratar das propostas de lei rapidamente – e o ministro Pedro Duarte garantiu nesta sexta-feira que o executivo não tenciona desistir delas (pelo menos do IRS).

Nenhum deles foi ainda agendado: o executivo preferiu marcar assuntos menos controversos, mas não isentos de acusações. É o caso das propostas de lei sobre as medidas de contratação pública para aligeirar processos, sobre a reinscrição dos funcionários públicos na Caixa Geral de Aposentações (vetado por Marcelo), e sobre a notificação dos contribuintes para efeitos fiscais. Mas também o debate sobre os documentos referentes à governação socialista da Conta Geral do Estado de 2022 e o Relatório Anual de Segurança Interna de 2023, dois bons exemplos para guerrilha entre PSD e PS.

O PS, que até ao Verão foi somando vitórias no Parlamento com a aprovação de medidas-bandeira contra a vontade do Governo, como a redução do IRS e do IVA da luz para baixos consumos, a abolição de portagens, recebeu há duas semanas uma espécie de puxão de orelhas do Presidente da República com o veto do diploma dos apoios ao alojamento estudantil. Sem ameaçarem com outras propostas que sabem ser nitidamente conflituosas com o Governo, os socialistas agendaram a discussão em plenário de propostas sobre cultura, mais inócuas que os temas fiscais: o estatuto do mecenato cultural e a criação de um fundo para a aquisição de bens culturais para museus e palácios nacionais.

> **Um assunto a voltar ao plenário é o das creches, pela mão do PCP, que insiste numa rede pública, e da IL, que quer liberdade de escolha para os pais**

Outro assunto a voltar ao plenário é o das creches, pela mão do PCP, que insiste na criação de uma rede pública, e da IL, que quer liberdade de escolha para os pais e condições para que as crianças até aos três anos tenham lugar no sistema educativo. Haverá ainda tempo para as questões da gravidez: com um projecto de lei da autoria de cidadãos para o alargamento da licença parental, mas também a proposta do PSD para o estatuto do Conselho Nacional de Procriação Medicamente Assistida (não se trata da regulamentação das barrigas de aluguer, vetada pelo Presidente).

Antes de processos legislativos haverá, no entanto, debates sobre actualidade já na próxima semana: o estado dos estabelecimentos prisionais, por proposta do Chega; o arranque das aulas, por iniciativa do PCP.

A par disso, nas próximas semanas, passará pelas comissões especializadas boa parte do elenco ministerial para as audições regimentais. E foram aprovadas audições de duas dezenas de responsáveis públicos envolvidos nos casos da fuga de presos de Vale de Judeus, do assalto à Secretaria-Geral do MAI, do incêndio na Madeira, e do processo de privatização e nacionalização da TAP – só para citar os mais sonantes. No caso da transportadora aérea, foram já aprovados pedidos para audições a diversos protagonistas na Comissão de Economia, mas o PS pretende agora ouvir os mesmos e mais alguns nomes (17 no total) na Comissão de Orçamento e Finanças, o que obrigaria a que o assunto fosse esticado lá para Janeiro ou Fevereiro, já que esta comissão não terá capacidade para tratar de qualquer outro tema que não o orçamento para 2025 até ao Natal.

Governo quer mais 59 mil casas novas até 2030

Joana Mesquita

O primeiro-ministro anunciou ontem a construção de cerca de 59 mil casas até 2030, duplicando as 26 mil prometidas até 2026 inicialmente previstas no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR).

O aumento do número de fogos vai implicar um investimento adicional, a juntar aos 1,4 mil milhões já financiados pelo PRR, de 2,801 mil milhões de euros, um valor que sairá do Orçamento do Estado.

Em declarações aos jornalistas, Luís Montenegro assegurou que "todos os projectos que estão ou estavam em curso mas não tinham financiamento" terão "o financiamento assegurado no Orçamento do Estado".

De acordo com o ministro das Infra-Estruturas e da Habitação, Miguel Pinto Luz, o executivo vai financiar a 100% 36 mil casas, ou seja, mais 10 mil do que o anterior executivo. As restantes 23 mil serão financiadas a 60%.

Quando o Governo da Aliança Democrática entrou em funções, teriam sido entregues 1600 casas, das 26 mil, segundo os dados de Miguel Pinto Luz. E, por isso mesmo, o ministro pediu o empenho das autarquias para que seja possível cumprir o objectivo de construir 26 mil casas até 30 de Junho de 2026, meta do PRR.



Ministro das Infra-Estruturas, Miguel Pinto Luz, pediu o empenho das autarquias para acelerar a construção

Para Miguel Pinto Luz, este é o "maior investimento público das últimas décadas" em habitação.

Em Alcanena, no distrito de Santarém, Luís Montenegro deu conta de que esta foi uma decisão tomada pelo Governo no Conselho de Ministros da passada quarta-feira.

O primeiro-ministro criticou aqueles que "muitas vezes imputam a este governo" um determinado tipo de estigma ou estratégia, já que estão "condicionados pelos seus próprios complexos", "marcadamente ideológicos".

"Nós não temos esses complexos", afirmou Luís Montenegro, defendendo que o problema na habitação não se resolverá sem iniciativa privada, mas sublinhando que o Estado deve assumir a sua responsabilidade.

Em seis anos, quadro de pessoal do INEM só ganhou 53 profissionais

Se, entre 2017 e 2023, o número de profissionais nos quadros cresceu 4%, o de chamadas teve um aumento de 10,7%. No ano passado, segundo relatório de actividades, ficaram 264 postos de trabalho vagos

Ana Maia

Faltam profissionais no mapa de pessoal do Instituto Nacional de Emergência Médica (INEM) e os esforços desenvolvidos para ocupar todos os postos de trabalho "têm-se revelado insuficientes para dar resposta às necessidades da instituição", lê-se no *Relatório Anual de Gestão e Actividades* relativo ao ano passado. Entre 2017 e 2023, o quadro de pessoal do INEM ganhou apenas 53 profissionais. Se, entre 2017 e 2023, o número de profissionais nos quadros cresceu 4%, já o número de chamadas teve um aumento de 10,7% no mesmo período.

Poderia parecer uma boa notícia. No ano passado, revela o relatório de actividades, "ingressaram (ou regressaram) ao INEM, 75 trabalhadores". Porém, no mesmo período, saíram da instituição 114 trabalhadores, refere o relatório – o último de Luís Meira enquanto presidente do INEM, que pediu a demissão na sequência de um conflito com o ministério por causa do ajuste directo para assegurar o funcionamento de quatro helicópteros.

Actualmente, o organismo é gerido por Sérgio Janeiro, até que o novo concurso para o cargo, que já está na lista de procedimentos a abrir em breve da Comissão de Recrutamento e Selecção para a Administração Pública (Cresap), esteja concluído.

No documento aponta-se a "elevada exigência da actividade nos meios de socorro" e a "oferta de melhores condições remuneratórias noutras instituições da administração pública" como causas para rescisões de contratos e mobilidades que levam à saída dos profissionais. Mas não é de agora que o défice de recursos humanos acontece.

A informação disponível no relatório, e nos anteriores, permite perceber que os lugares ocupados ficaram sempre aquém das previsões. Em 2017, a previsão era de 1721 profissionais, mas o número de postos ocupados ficou-se pelos 1302. No ano passado, a previsão apontava para 1619, mas os lugares preenchidos não foram além dos 1355. Assim, a taxa de ocupação de postos de trabalho no ano passado foi de 84%, "o que representa um total de 264 postos vagos".

A diferença poderia ter sido ainda maior, tendo em conta que a proposta de mapa de pessoal apresentada pelo INEM era de 1956 postos de trabalho. A Administração Central do Sistema de Saúde (ACSS) não aceitou e determinou 1619 postos de trabalho no mapa de pessoal em 2023, lê-se no documento. A alteração "teve várias implicações, nomeadamente em procedimentos concursais que estavam em curso e para os quais deixou de haver dotação de postos de trabalho".

O défice de recursos humanos, ao nível de várias categorias, "tem sido colmatado com recurso a trabalho extraordinário" e também a prestações de serviço, que tem sido flutuante ao longo dos anos. Em 2023, por exemplo, para reforçar os 1355 profissionais do quadro, o INEM recorreu a 226 prestadores de serviço.

Destes, 178 eram médicos, 41 enfermeiros, seis trabalhadores equiparados a assistentes técnicos com funções nos Centros de Orientação de Doentes Urgentes (CODU) e um fiscal único. Os médicos e enfermeiros exercem funções nos CODU, no Serviço de Helicópteros de Emergência Médica e em situações de necessidade de reforço de apoio em actividades relacionadas com o planeamento civil, prevenção e actuação em catástrofes e prestação de apoio a eventos com multidões.

Os recursos humanos são parte fundamental na capacidade de resposta do INEM, nomeadamente os técnicos de emergência pré-hospitalar (TEPH), que em 2023 representavam 68% do total do mapa de pessoal. Exercem funções "na rede de emergência médica nacional, designadamente nos meios de emergência médica e nos CODU", mas a sua contratação também não tem sido fácil. Actualmente está em curso um concurso para a contratação de 200 destes profissionais.

A procura dos serviços de emergência médica, que tem reflexo na actividade do CODU e dos meios de emergência médica, tem aumentado, retomando a "tendência crescente dos últimos anos anteriores à pandemia". Em 2017, os CODU atenderam 1,3 milhões de chamadas – uma média diária de 3748 –, enquanto no ano passado foram 1,5 milhões (uma média diária de 4185 chamadas).

As chamadas atendidas no ano passado deram origem a 1.424.829 ocorrências, que "motivaram um total de 1.422.055 accionamentos", refere o documento, que acrescenta que "do total de accionamentos, 83,1% foram realizados pelas ambulâncias de bombeiros sediadas em corporações de bombeiros e delegações da CVP [Cruz Vermelha Portuguesa]".

São os CODU que fazem a gestão e coordenação dos meios de acordo com vários critérios, como a situação clínica das vítimas, que são categorizadas por prioridades. Na prioridade 1 entram, como refere o relatório, as situações graves para as quais devem ser enviadas ambulâncias de suporte imediato de vida (SIV), viaturas de emergência e reanimação (VMER) ou helicópteros (este é um meio usado em situações mais específicas).

Segundo avançou o *Expresso* esta semana, para 18.986 casos de um total de 147.280 casos classificados como prioridade 1, o INEM só conseguiu enviar ambulâncias de emergência médica, de posto de emergência médica, de postos de reservas ou dos bombeiros ou da Cruz Vermelha. O que representa 12,9%.

Esta é uma situação que também aconteceu em anos anteriores. Em 2018, por exemplo, dos 147.371 casos classificados como prioridade 1, 16.761 também não receberam resposta de meios mais diferenciados (11,4%).



NUNO FERREIRA SANTOS

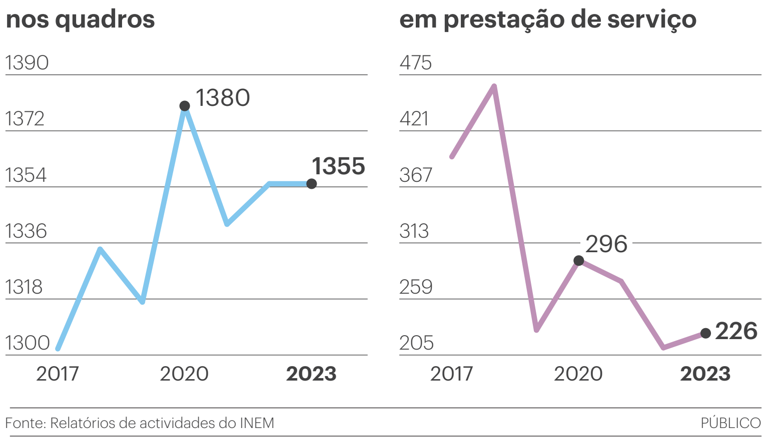
Muitas vagas ficaram por preencher

Evolução do desempanho do INEM

Número de chamadas
Em milhares
1540, 1492, 1444, 1396, 1348, 1300
Início da pandemia
1515
1309
2017, 2020, 2023

Número de ocorrências
Em milhares
1430, 1390, 1350, 1310, 1270, 1230
1425
1237
2017, 2020, 2023





Fonte: Relatórios de actividades do INEM

PÚBLICO

Sociedade



Os "miúdos" da Geração 21, estudo único em Portugal, fazem 18 anos

Projecto acompanha milhares de bebés desde que nasceram e entrou na oitava fase de avaliação. Única coorte de nascimento em Portugal está em risco por falta de financiamento

Reportagem

Sofia Neves e Teresa Pacheco Miranda Texto
Paulo Pimenta Fotografia

Pode dizer-se que Beatriz e a Geração 21 nasceram no mesmo dia. A bebé tinha horas de vida quando a mãe, Isabel, ainda na maternidade e a recuperar do parto, aceitou fazer parte de um estudo científico pioneiro em Portugal. No longínquo ano de 2005, Beatriz foi a "paciente zero" desta coorte de nascimento que começou com mais de 8000 bebés e que acompanha, até ao dia de hoje, milhares de jovens que completaram, entretanto, 18 anos.

"A Beatriz já tinha nascido, estava no meu colo, enquanto me faziam algumas perguntas sobre o parto, alimentação e sono. Já não me recordo de muitas das questões, foi há muitos anos", confessa Isabel Costa e Sá. A Geração 21 era e continua a ser o primeiro e único estudo deste tipo em curso em Portugal. Entre Abril de 2005 e Agosto de 2006, 8495 mulheres internadas que tivessem dado à luz em cinco hospitais do Grande Porto – São João, de Santo António, Pedro Hispano, Maternidade Júlio Dinis e Centro Hospitalar de Vila Nova de Gaia/Espinho – foram convidadas a integrar a coorte (grupo de pessoas que nasceram na mesma altura).

Cerca de 300 mães foram apresentadas ao projecto ainda antes de o seu bebé ter nascido. No final das contas, as equipas conseguiram até recrutar mulheres que tinham acabado de dar à luz gémeos e um total de 8647 crianças (e as suas famílias) foram incluídas na Geração 21.

Depois de uma análise inicial, nos primeiros dias de vida, alguns participantes foram avaliados aos 6, 15 e 24 meses. As avaliações globais que ocorrem através de diversos formatos (questionários, colheitas de sangue e de cabelo, medição da pressão arterial, ou exames mais específicos como electrocardiograma, espirometria, avaliação do estado pubertário e avaliação cognitiva, por exemplo) foram feitas quando as crianças tinham 4, 7, 10 e 13 anos. O projecto serviu de base a dezenas de trabalhos de investigação científica, em áreas como a saúde perinatal e pediátrica, obesidade e saúde metabólica, estilos de vida e saúde



cardiovascular. Já que se produz prova científica sobre o que origina certas doenças, esta coorte de nascimento também pode ajudar a planear estratégias para as evitar.

"Fazer parte de algo maior do que eu"

No ano passado, em Maio, quando arrancou a avaliação dos 18 anos, Beatriz foi uma das primeiras participantes a serem chamadas. "Gosto de fazer parte de algo que sinto que é maior do que eu e que pode ajudar os outros. A minha experiência tem sido bastante enriquecedora e é algo que espero levar para o resto da minha vida", refere, enquanto percorre um corredor que lhe é muito familiar. "Lembro-me da avaliação dos 7 anos, de me medirem e pesarem. As primeiras vezes foram um pouco assustadoras, porque não sabia o que ia acontecer, mas depois habituei-me."

Ao longo dos últimos 18 anos, alguns exames foram realizados na Escola Superior de Saúde ou na Faculdade de Medicina Dentária, mas quase toda a magia acontece num dos pisos da Faculdade de Medicina da Universidade do Porto. As avaliações iniciam-se todos os dias pelas 8h30, hora a que começam a chegar os primeiros participantes agendados para cada dia. Depois de vários anos de experiência, a equipa tornou-se uma "máquina bem oleada". Após assinarem um consentimento para uso dos seus dados, os jovens vão saltando de sala em sala, num processo que demora cerca de duas horas e meia.

Bruno Silva recebeu a chamada numa manhã quente de Agosto, mais de um ano depois de Beatriz. Não são 11h quando chega, ainda em jejum. É recebido quase de imediato pela enfermeira Isabel Monteiro, que lhe fará a colheita de sangue e também de cabelo. Apesar de ter contactado com milhares de jovens ao longo dos anos em que decorre cada avaliação, Isabel nunca se engana nos nomes. "Está tudo bem contigo, Bruno?", pergunta-lhe, ao entrar na sala onde decorrerão os primeiros exames. "Impressionas-te com a colheita de sangue? A que horas fizeste a tua última refeição?" Do rol de questões faz também parte os problemas de saúde que os participantes poderão ter (Bruno tem asma) e se tomam medicação.

"Aceitaste fazer a recolha de cabelo? Sabes que é um corte radical", brinca a enfermeira, que separa apenas uma pequena madeixa de cabelo, cortando-a junto à raiz. Estas amostras vão permitir fazer estudos de stress crónico, depressão e ansiedade. "No cabelo conseguimos obter uma exposição ao cortisol, também conhecido como 'hormona do stress', mais prolongada, até três meses. No sangue só conseguimos o cortisol pontual e na urina até 24 horas."

Faixa etária "particular"

A fase dos 18 anos — em que, até meados de Agosto, tinham sido avaliados cerca de 2 mil participantes — é especial por vários motivos. Além de estar a acontecer numa fase crucial entre a adolescência e a idade adulta, é a primeira vez que os jovens, já autónomos, podem decidir não comparecer.

"Até aos 13 anos eles vinham, porque os pais tinham interesse. O que notamos agora é que os pais deixam a decisão para os filhos. Alguns ainda mantêm interesse, outros não", explica Susana Santos, coordenadora do estudo. "Há uma maior dificuldade em conseguir atraí-los. É uma faixa etária muito particular e temos de experimentar diferentes estratégias para tentar convencê-los a vir." Faltar a uma das fases não significa que o jovem fique automaticamente excluído da coorte, mas o ideal é que compareçam sempre.

Projecto começou em 2005 com mais de 8000 bebés e acompanha, até hoje, milhares de jovens que completaram, entretanto, 18 anos

Jovens são chamados regularmente para fazer vários exames: colheitas de sangue e de cabelo, medição da pressão arterial, ou exames mais específicos como electrocardiograma e espirometria sujos resultados são guardados numa grande base de dados

Alguns jovens mantêm interesse em participar, outros não, sendo que a equipa do Geração XXI tem algumas estratégias para os continuar a atrair ao projecto

Duas das estratégias postas em curso passam por tentar manter o contacto nos anos que separam cada avaliação — através do envio de *newsletters* e de mensagens nos aniversários dos participantes — e por divulgar os resultados dos exames que os jovens fazem no dia em que são chamados. "No caso de haver dados que indiquem alguma patologia, facilitamos o encaminhamento para a especialidade", diz a coordenadora. Os participantes têm, em todas as avaliações, de responder a dois questionários: um deles preenchem com a ajuda de um dos investigadores. O outro, mais curto, preenchem de forma autónoma. De fase para fase, há perguntas sobre o percurso escolar, actividade profissional, alimentação, sono, exercício físico, consumo de bebidas alcoólicas e drogas que se mantêm inalteradas, mas a avaliação dos 18 anos trouxe outra novidade.

"Tentamos adaptar a recolha de dados a esta faixa etária e também ao contexto que vivemos. Temos uma secção sobre a infecção por SARS-CoV-2 e perguntas sobre a vida sexual e reprodutiva, *cyberbullying*, identidade de género e distúrbios alimentares", exemplifica Susana. Para que os investigadores consigam o maior grau de veracidade possível, estas perguntas fazem parte do questionário auto-aplicado. "Em anos anteriores eram sempre os pais a reportar sobre os filhos. Aos 13 anos já houve um ou outro questionário em que perguntamos directamente aos participantes e agora, aos 18, tudo é questionado aos filhos e tentamos que os pais não estejam presentes."

O pós-avaliações

Bruno está pronto para fazer o exame da respiração. Pelo meio, pesou-se, mediram-lhe a tensão arterial e determinaram a quantidade de massa gorda e de água que tem no corpo. Também fez um exame de resistência à pressão (e à dor) que consiste em definir o seu nível de desconforto à medida que uma braçadeira que lhe foi colocada abaixo do joelho aperta e alarga.

"Escolho vir, quando sou chamado, por opção própria. Quero ajudar a melhorar a base de dados de Portugal", admite. O jovem guarda várias memórias dos exames da Geração 21 ao longo dos

→

anos, mas o factor que acha mais interessante é o de poder ver a evolução de alguns dos seus hábitos entre a adolescência e o começo da idade adulta. "Alguns mudaram bastante. A alimentação, por exemplo. Antes comia muito menos, agora estou muito mais confortável com a comida. Também notei mudanças no meu nível de ansiedade." Em média, cada avaliação global demora dois anos a ser concluída, o que significa que a fase dos 18 anos deverá terminar em meados de 2025 e a próxima só será iniciada daí a três ou quatro anos, para que se recolham sempre "dados novos" e para que se apanhem os "picos de desenvolvimento" destes jovens.

"Se tivermos uma taxa de participação pouco satisfatória, poderemos ter de esticar estas datas para conseguirmos chegar a mais participantes ou até fazer avaliações por telefone ou no domicílio, mas o ideal é que isso não aconteça. A diferença de idades entre os primeiros participantes a serem avaliados e os últimos a serem chamados não pode ser muito grande", explica Susana Santos.

Projecto em risco por falta de financiamento

As coortes de nascimento, como a Geração 21, permitem estudar todo o espectro das consequências de uma exposição a certos factores de risco. Estes estudos melhoram a compreensão das causas e dos mecanismos que estão na base da epidemia de obesidade, avaliando contributos tão diversos como os do parto por cesariana, da posição social e económica, das experiências de vida adversas, da exposição ambiental, os espaços verdes e a urbanização, ou da dieta e do exercício físico.

Também é possível estudar o impacto da violência parental na criação de um estado de inflamação crónica, os efeitos a longo prazo do tabagismo materno, as causas de asma e alergias, as idades decisivas para o desenvolvimento da dor crónica e as experiências-chave que permitem predizê-la.

"Estes estudos permitem recolher informação sobre um período muito importante: o período pré-natal, a gravidez e período pós-natal, que determinam muito daquilo que nos acontece nos anos seguintes, as doenças que desenvolvemos, as experiências de risco que vamos tendo ao longo da vida", explica a coordenadora do projecto. Existem mais de 50 coortes deste tipo a funcionar em 19 países da Europa, o que representa uma população em estudo de mais de 500 milhões de crianças. A Geração 21 está identificada como uma das maiores dos países europeus do Sul. Para Henrique Barros, investigador principal da Geração 21 e presidente do Instituto de Saúde Pública da Universidade do Porto (ISPUP), ver este estudo crescer ao longo dos últimos 18 anos tem sido "simultaneamente estimulante e doloroso".





Quando começamos uma coisa como esta, é quase como quando se começa uma família. Em Portugal, quando se fala em estrutura, pensa-se em betão, mas o que criamos com estas pessoas é, inequivocamente, uma grande estrutura de investigação

Henrique Barros
Investigador principal da Geração 21 e presidente do Instituto de Saúde Pública da Universidade do Porto (ISPUP)

"Quando começamos uma coisa como esta, é quase como quando se começa uma família. Em Portugal, quando se fala em estrutura, pensa-se em betão, mas o que criamos com estas pessoas é, inequivocamente, uma grande estrutura de investigação. Há estruturas intangíveis, mas esta é muito tangível." Todavia, ao longo dos últimos anos, tem sido "injustamente difícil" manter esta estrutura por falta de financiamento sustentável e "todos os dias" a Geração 21 está em risco de ter um fim. "Podemos estar em risco de defraudar as expectativas de muitas pessoas. Não são só oito mil crianças que estão envolvidas. São os seus pais, avós, irmãos, famílias que gastaram o seu próprio dinheiro para estarem aqui, já que nunca tivemos financiamento suficiente para os ir buscar e levar a casa. As pessoas não são ratos de laboratório - bem pelo contrário, são sujeitos activos daquilo que estamos a fazer. As histórias que contamos são as suas histórias".

A Geração 21, como estrutura de investigação que acumulou uma quantidade incalculável de informação, permitiu, nestes 18 anos, publicar uma centena e meia de artigos científicos internacionais e foi galardoada com dezenas de prémios que distinguiram trabalhos desenvolvidos no âmbito da coorte. Também serviu de base para treino de dezenas de investigadores pós-graduados e à investigação das suas teses de mestrado e doutoramento. Para colocar uma coorte deste tipo em campo é preciso um "grande esforço": é necessário um local físico para fazer as avaliações, mas também um leque abrangente de recursos humanos e outros materiais (médicos e digitais) para recolha, armazenamento e análise de dados. "Em 2005, houve financiamento para começar a coorte, mas mais nada desde então. Conseguimos financiamento de projectos que envolviam a Geração 21, mas nunca um apoio directo. E acredito que isto seja um dos grandes entraves a que não existam mais projectos como este em Portugal", observa Susana Santos.

Para Henrique Barros, é premente chamar a atenção de governos locais (e não só) para projectos "de grande relevância local" como a Geração 21, que funcionam como uma espécie de memória comunitária. "É estranho que, ao fim de muitas dúzias de publicações internacionais, ninguém tenha reparado que um jardim, se não for cuidado, morre. Os financiamentos europeus são fundamentais e temos obrigação de os procurar, mas noutros países onde este tipo de estudos é feito há, pelo menos, um emparelhamento com o interesse local. Nestes dados não está só a história da saúde da cidade do Porto ou de Matosinhos – está a história da saúde das suas pessoas. O período da crise financeira, das famílias que emigraram, dos problemas sociais, está marcado nestes dados. Há aspectos locais, há realidades históricas, há cultura. Nós, seres humanos, temos muito mais em comum do que temos de diferente."

Os dados recolhidos ao longo destes 18 anos poderiam até "influenciar decisões sobre a saúde dos portugueses". "Esta jóia de conhecimento é de um valor inestimável para poderem imaginar decisões. Fala-se do aumento da obesidade, da asma, das alergias, problemas de saúde mental, fuma-se mais ou fuma-se menos. Temos aqui o fio e a informação para tomar decisões." Os dois responsáveis desejam que o projecto os ultrapasse em anos de vida e que chegue à segunda e à terceira gerações. "Se formos capazes, queremos acompanhar estes jovens quando tiverem as suas famílias e quando os seus filhos tiverem filhos", garante Henrique Barros. "Teremos acesso a uma verdadeira biblioteca da saúde de um valor inesgotável."

Controlo da videovigilância em Vale de Judeus passou a ser feito por dois guardas

Mariana Oliveira

Profissional que estava no centro de controlo no dia da fuga esteve atento às imagens das visitas. Foi ouvido ontem pela PJ

A visualização e controlo das câmaras de videovigilância dispersas pelo Estabelecimento Prisional de Vale de Judeus (Alcoentre) de onde fugiram, faz este sábado uma semana, cinco reclusos já está a ser feito por dois guardas e não apenas por um, como aconteceu até ao dia da evasão. Este é um dos procedimentos de segurança da cadeia que já foi alterado na sequência da fuga, sendo expectável que outros venham, entretanto, a ocorrer. Tal aconteceu ainda antes de ontem a actual directora-geral interina dos Serviços Prisionais, Isabel Leitão, ter estado em Vale de Judeus, concelho da Azambuja, para se reunir com os responsáveis do estabelecimento prisional e começar a discutir outras eventuais alterações de procedimentos.

O sistema de vigilância, que tem cerca de duas centenas de câmaras, é visualizado num centro de controlo onde existem oito ecrãs, alguns dos quais divididos em 25 quadrados. No entanto, os guardas que ali trabalham têm que seleccionar algumas dessas imagens para as visualizar num formato ampliado. Contudo, no dia da fuga, as imagens que estavam destacadas eram do local onde estavam a decorrer as visitas, confirmou o PÚBLICO junto de várias fontes.

O guarda que esteve de serviço no centro de controlo da videovigilância durante a maior parte da fuga – foi substituído por outro colega às 10h, um minuto antes de terminar a evasão – foi ouvido ontem naquela prisão pela Polícia Judiciária durante quatro horas, tendo justificado essa opção com ordens existentes para reforçar a vigilância às visitas, a principal porta de entrada de produtos ilícitos, como drogas. Disse que o papel de quem visualizava as câmaras de vigilância seria complementar ao dos sete colegas que estavam presencialmente nesse edifício, onde revistavam os reclusos antes de estes regressarem ao seu pavilhão e fiscalizavam os visitantes e os objectos que estes traziam para os presos.

Estranho é que não estivessem igualmente atentos aos quatro pátios onde os reclusos se passeavam sem ninguém a vigiá-los. Era num desses pátios que se encontravam quatro dos cinco fugitivos, antes de treparem com a ajuda de um lençol um primeiro muro. De seguida, subiram uma escada montada por cúmplices que os ajudaram a descer por outra escada e juntos ultrapassaram uma rede de arame farpado, que tinha sido previamente cortada.

Tudo isto, que terá demorado seis minutos, segundo informações divulgadas pela ministra da Justiça, escapou aos dois guardas que alternaram a posição no centro de controlo. Como o trabalho de monitorização das câmaras de videovigilância é cansativo e repetitivo, era realizado por uma equipa de dois guardas que alternavam de hora a hora. Enquanto um via as imagens, o outro vigiava pórticos ou dava apoio nas visitas. Depois trocavam. Segundo o PÚBLICO apurou, os dois já foram ouvidos pelos serviços de auditoria prisionais, enquanto os inspectores da Unidade Nacional de Contraterrorismo da Polícia Judiciária só ouviu um deles. Para a próxima semana os auditores, que já começaram a interrogar reclusos, vão ouvir mais oito guardas prisionais.



RUI GAUDÊNCIO

Cinco reclusos fugiram da cadeia de Alcoentre no último fim-de-semana

O sistema de vigilância tem cerca de duas centenas de câmaras, com imagens em oito ecrãs

'Os guardas', diz Abrunhosa

O ex-director-geral dos serviços prisionais Rui Abrunhosa Gonçalves atribuiu aos guardas prisionais a principal responsabilidade pela fuga. Em entrevista à RTP e ao ser questionado sobre quem falhou na fuga respondeu: "Os guardas".

"Na prisão temos duas grandes populações, os reclusos e os guardas, e estes últimos estão lá sobretudo para exercer segurança. É óbvio que houve falhas na segurança que foram exploradas pelos reclusos. É isso que está a ser fundamentalmente apurado", disse, numa alusão ao processo da Auditoria e Inspecção dos Serviços Prisionais e ao inquérito-crime dirigido pelo Ministério Público (MP).

Questionado sobre se admite que poderá ter havido conivência ou cumplicidade de guardas ou funcionário da prisão, Rui Abrunhosa Gonçalves salienta: "Neste momento e neste cenário tudo é admissível". Mas enfatizou que é "preciso esperar pelo resultado das investigações" em curso.

Quem não gostou das declarações de Abrunhosa Gonçalves foi o presidente do Sindicato Nacional do Corpo da Guarda Prisional, Frederico Morais, que acusa o ex-director-geral de "sacudir a água do capote", avisando que a associação defenderá "com unhas e dentes" os guardas que prestam serviço em Vale de Judeus.

Rui Abrunhosa Gonçalves revelou que há mais de um ano, ou seja, desde o anterior Governo socialista, que tinha pedido ao Ministério da Justiça o reforço do efectivo de guardas prisionais. Reiterou, no entanto, que os 33 guardas existentes no dia da fuga em Vale de Judeus eram suficientes para garantir a segurança da cadeia. **com Lusa**

Juiz leva todos os arguidos da *Operação Babel* a julgamento

O Tribunal de Instrução Criminal do Porto decidiu ontem levar a julgamento nos exactos termos da acusação todos os arguidos da *Operação Babel*, relacionada com a alegada viciação de normas e instrução de processos de licenciamento urbanísticos em Gaia.

A informação foi avançada à agência Lusa por fonte judicial, dando conta de que o Tribunal de Instrução Criminal (TIC) do Porto pronunciou (decidiu levar a julgamento) os arguidos, depois de alguns terem requerido a instrução, fase facultativa que visa decidir, por um juiz de instrução criminal, se o processo segue, e em que moldes, para julgamento.

Em Junho deste ano, o MP deduziu acusação contra 16 arguidos, por dezenas de crimes económicos, incluindo o antigo vice-presidente da Câmara de Vila Nova de Gaia Patrocínio Azevedo, o empresário Paulo Malafaia e Elad Dror, fundador do Grupo Fortera.

O TIC do Porto manteve as medidas de coacção de prisão preventiva a Patrocínio Azevedo e a Paulo Malafaia.

Segundo a acusação do Departamento de Investigação e Acção Penal (DIAP) Regional do Porto, com quase mil páginas, estão também acusados neste processo o advogado João Lopes, Luísa Aparício, à data dos factos dirigia a Direcção Municipal de Urbanismo e Ambiente da Câmara de Gaia, um economista espanhol e 10 sociedades, a maioria pertencente ao Grupo Fortera, com capitais israelitas e ligado aos negócios e à promoção imobiliária.

O processo está relacionado com a suposta viciação de normas e instrução de processos de licenciamento urbanístico em Vila Nova de Gaia em favor de promotores associados a projectos de elevada densidade e magnitude, estando em causa interesses imobiliários na ordem dos 300 milhões de euros, mediante a oferta e aceitação de contrapartidas de cariz pecuniário.



Patrocínio Azevedo era vice-presidente da Câmara de Gaia e presidente da concelhia do PS

A investigação sustenta que Elad Dror e Paulo Malafaia, promotor imobiliário, "combinaram entre si desenvolverem projectos imobiliários na cidade de Vila Nova de Gaia, designadamente os denominados Skyline/ Centro Cultural e de Congressos, Riverside e Hotel Azul", contando com o alegado favorecimento por parte do antigo vice de Gaia, que receberia em troca dinheiro e bens materiais, como relógios.

O antigo autarca de Gaia, que se encontra em prisão preventiva, está acusado de cinco crimes de corrupção passiva, quatro crimes de prevaricação, um de participação económica em negócio, um de tráfico de influência, um de abuso de poderes, um de branqueamento e quatro de recebimento ou oferta indevidos de vantagem.

O empresário ligado ao ramo imobiliário Paulo Malafaia é acusado de três crimes de corrupção activa, três de prevaricação, um de participação económica em negócio, um de branqueamento, um de tráfico de influência, um de abuso de poderes e quatro de recebimento ou oferta indevidos de vantagem.

O MP acusou ainda Elad Dror de cinco crimes de corrupção activa, quatro de prevaricação, um de participação económica em negócio, um de branqueamento, um de tráfico de influência e quatro de recebimento indevido. **Lusa**

Incêndio esvaziou a Fajã das Galinhas para sempre

Sinistro começou na serra d' Água e durante 13 dias devorou coberto vegetal. Há 120 pessoas que é preciso realojar. Algumas arrependem-se de ter abandonado a casa

Reportagem

Ana Cristina Pereira Texto
Paulo Pimenta Fotografia

Já era inseguro viver na Fajã das Galinhas, aldeia empoleirada num vale abrupto do concelho de Câmara de Lobos, na Madeira. Depois de o lume devorar a encosta, parece impossível fechar os olhos e adormecer, mas todos os dias ainda ali se deitam e levantam quatro pessoas.

O presidente da câmara, Leonel Correia Silva, tem andado numa roda-viva para realojar os 120 residentes, mas não tem poder para os obrigar a sair. "São projectos de vida interrompidos. As pessoas estão a passar dificuldades até psicológicas."

O autarca descreve a cobertura vegetal que ia sustendo os declives acentuados. E aponta para o negrume que agora forra a paisagem. Se vier uma chuva intensa, o que segurará rochas, árvores mortas, terra?

Do outro lado da montanha, o presidente da Junta de Freguesia do Curral das Freiras, Manuel Salustino Gonçalves, manifesta receio igual ao do presidente da câmara e ao de tantos ambientalistas. "Se entrar devagarinho a chover e vierem uns dias de sol, vão começar a rebentar ervas. Se houver precipitação alta, vai haver problemas."

Mais de cinco mil hectares ardidos

Faz agora um mês, na serra d'Água, no concelho da Ribeira Brava, houve quem se pusesse a lançar foguetes. Àquela hora da manhã, o alerta era amarelo, não estabelecia restrições. Durante 13 dias, as chamas subiram e desceram encostas até alcançar os picos mais altos da ilha.

O Instituto de Florestas e Conservação da Natureza assinala mais de cinco mil hectares de área ardida nos municípios de Ribeira Brava, Ponta do Sol, Câmara de Lobos e Santana. E isso inclui 139 hectares de Laurissilva, uma floresta que é uma relíquia do Terciário, património da humanidade.

Em termos humanos, o ponto mais crítico é a Fajã das Galinhas. No princípio desta semana, não estava aberta a estrada que lhe dá acesso. Andava uma equipa de rocheiros a limpar a escarpa sobranceira à via, isto é, a fazer cair pedras soltas com estrondo e poeira.

Aproximando-se o final da semana, já os moradores puderam percorrer a estrada curvilínea e os caminhos íngremes e estreitos até às suas casas para resgatar alguns pertences. Por estes dias, estão a retirar aquilo de que precisam para o alojamento provisório que a autarquia tem encontrado em propriedade do município, da região autónoma ou de particulares.

Pelas contas de Leonel Correia Silva, estão acomodadas 43 pessoas de 13 famílias. Em transição, estão 27 de sete famílias. "Ficam a faltar umas 50 pessoas, a maior parte em casa de familiares." Este fim-de-semana, no Centro Comunitário Cidade Viva ainda dormem sete.

A longa espera

À entrada do centro, num sofá escuro, estavam Filomena Santos e a mãe, prestes a fazer 90 anos e incapaz de ir à casa de banho sozinha. O marido, não se via. O homem tem demasiadas mazelas. Pouco anda. Deixa-se estar na cama.

Filomena Santos já perdeu a conta às vezes que a estrada da Fajã das Galinhas foi limpa e interrompida por pedregulhos capazes de matar gente, mas custa-lhe imaginar a vida longe daquele lugar. "Fui lá ver o que tinha lá e matar saudades e chorar no terreiro de minha mãe."

Para Filomena Santos e a família, já há casa. Os funcionários da câmara estavam a fazer pequenos arranjos. Esperava que fossem à Fajã das Galinhas buscar a cama articulada da mãe e outros haveres. "As panelas, as roupas..."

António Alberto Santos, de 75 anos, e Filomena Nunes, da mesma idade, sentados no sofá em frente, ainda não tinham poiso. Já tinham sido levados a uma casa, mas não tinham gostado da ideia de lá morar.

Estavam ali desde que, no dia 17 de Agosto, lhes disseram que tinham de deixar a Fajã das Galinhas. Nem pegaram nos medicamentos. Um neto conseguiu ir lá buscá-los, mas enganou-se nas embalagens. Foram à farmácia comprar outros, que já estavam "a ficar com a cabeça tonta".

Uma vida a trabalhar para ter aquela casa e uns pedaços de terra para plantar alguma coisa. "Tenho ali dinheiro empatado que ganhei na tropa, no Ultramar", referiu ele. "Trabalhei na agricultura, na construção civil, fiz vários trabalhos, fui pau para toda a obra, mas nunca ganhei para sair dali."

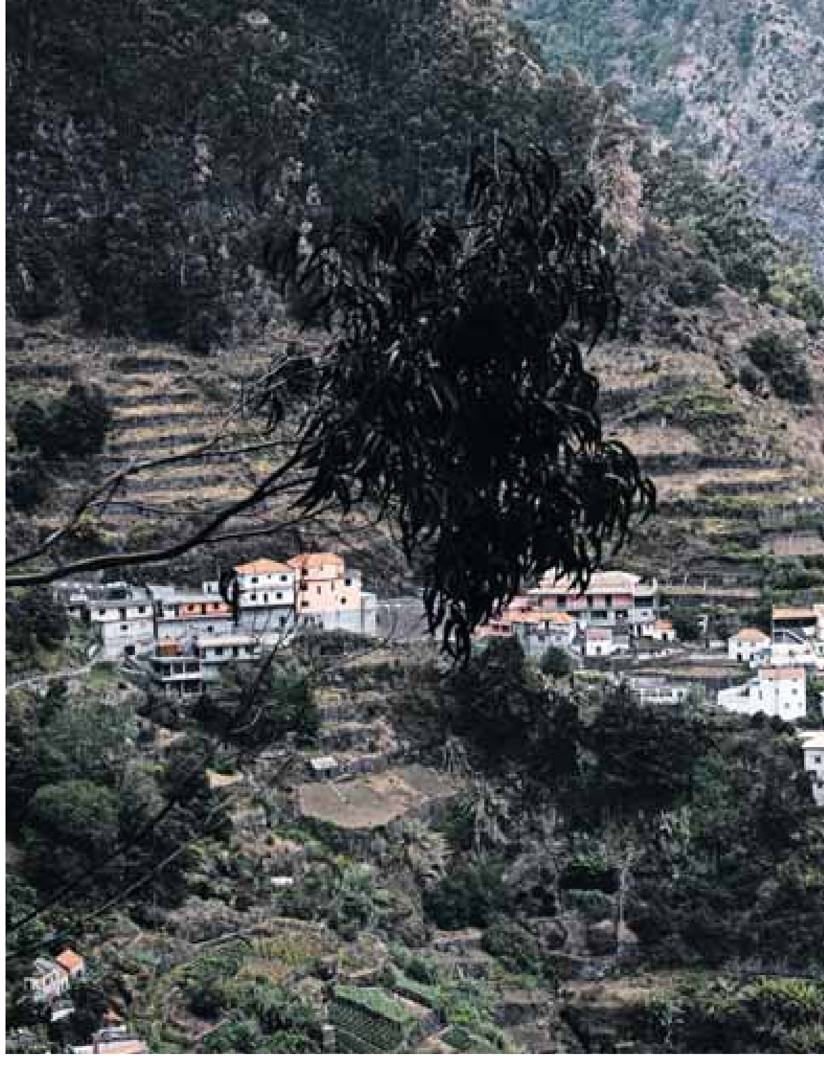
Filomena Nunes confirma o sacrifício familiar. Gosta sobretudo do silêncio do lugar onde nasceu, namorou, casou, criou três filhos, mas nunca confiou naquela escarpa. Não quer lá ir, a não ser para recuperar as suas "coisinhas".

O perigo tem estado sempre à espreita. Ainda em Março de 2023, uma derrocada provocou três feridos e danificou uma casa. Dois desses feridos constituem um casal que ficou inválido e este fim-de-semana também ainda dorme no centro – José Paulo Rodrigues e Irene Santos.

Esta semana ia no início e José Paulo Rodrigues já esgotara a sua paciência. "Tenho a barriga inchada. Não é de comer muito. É de comer arroz cru, sem azeite, sem óleo. Estou aqui há quatro semanas – quatro semanas! Se eu sabia o que sei hoje, não tinha saído lá de dentro."

Um dos que lá ficaram caiu e não teve pronto auxílio. O homem ia nos 70 anos e foi encontrado morto









O Instituto de Florestas e Conservação da Natureza assinalou mais de cinco mil hectares de área ardida nos municípios de Ribeira Brava, Ponta do Sol, Câmara de Lobos e Santana



no domingo dia 8. "Também não vou ficar para semente", comparava-se este, de 56 anos. "Não me importa que esteja perigoso. Já vi tantas vezes a morte lá. Não morri lá mais a minha mulher por sorte."

Ao ouvi-lo, o presidente da câmara procurou fazê-lo compreender o contexto: "Eu também não estava à espera disto. São 43 agregados. Tenho que arranjar 43 casas para 120 pessoas. Não é só estalar os dedos. Também queria."

Leonel Correia Silva não desvalorizava o cansaço de quem ficou para trás, como aquele antigo agricultor e a mulher, de 52 anos. "Eu percebo a vossa aflição. Eu sou muito sensível a isso. Nós estamos a trabalhar muito para conseguir casas. As pessoas estão a sair e não é só daqui, do centro comunitário. Estamos a tirar também pessoas de casas de família, que não têm condições para continuar onde estão."

A solução definitiva já estava pensada antes dos incêndios. Na sequência da derrocada de 2023, a autarquia delineou um plano de realojamento para os 120 residentes, ali perto, no Castelejo. O terreno ainda está coberto de mato. O autarca afirma que está a concluir procedimentos de contratação e que "este mês" arrancará a obra.

"Quando nós iniciámos este processo, a maior parte não queria sair", recorda. "Falámos com as pessoas e pedimos às pessoas para se deslocarem à câmara, para sabermos quem é que estava receptivo e quem não estava."

Se para os moradores antigos haverá solução definitiva depois da temporária que agora se oferece a todos, o mesmo não se poderá dizer para os recém-chegados, como é o caso de uma idosa, de um jovem casal com três filhos e de um grupo de imigrantes do Peru e da Colômbia. "Por isso se falava em 136, mas estes não são minha responsabilidade."

Na segunda-feira, os rocheiros voltarão com as suas cordas e picaretas. Irão continuar a avançar até mais perto das habitações. "Ao fazer isso, há o risco de parte do material galgar a estrada e levar algumas das casas."

Por vontade de Leonel Correia Silva, todas as casas serão inutilizadas. O departamento jurídico está a estudar hipóteses. "Temos de fazer a expropriação. De outra forma não posso proibir as pessoas de irem para lá. Posso aconselhar, recomendar, notificar até."

Neste momento, nenhum realojado paga renda. Não será assim quando a autarquia acabar de construir as casas. "Vamos fazer uma avaliação. Podemos pagar o valor ou compensar com uma casa. Há aqui pessoas que ainda estão a pagar empréstimos, mas também há pessoas que não são proprietárias."

Contabilizar prejuízos

Em várias outras partes da ilha, o lume ameaçou habitações. Quando chegou ao Curral das Freiras, Manuel Salustino Gonçalves, que é bombeiro de profissão, estava a terminar as férias e a fazer um piquete voluntário.

Na madrugada de dia 17 de Agosto, viu as chamas descerem a encosta, ameaçando os lugares de Seara Velha e Terra Chã de Cima. Nove homens precipitaram-se para o local em dois veículos. Pelas 4h00, estavam em acção.

Perante o calor intenso e o fumo fechado, só ficou quem podia ajudar os bombeiros. "Eu fui para casa da minha sobrinha", diz Rosa da Conceição Abreu, uma das mulheres mais velhas da Terra Chã de Cima. "Eu estava sozinha e tinha medo."

O ponto mais crítico é a Fajã das Galinhas. No início da semana, não estava aberta a estrada que lhe dá acesso. Andava uma equipa a limpar a escarpa

No final daquele sábado, a situação ficou controlada ali, mas as chamas tomaram o sentido norte da freguesia. Depois, foram avançando até ao Pico Ruivo. O incêndio só haveria de ser considerado extinto nove dias depois.

Os prejuízos estão agora a ser levantados. A Terra Chã de Cima é um exemplo. "A malta que vive aqui, cada um tem o seu trabalho, a sua pequena agricultura, alguns têm apicultura", comenta Manuel Salustino Gonçalves. Há quem tenha perdido toda a produção de castanha e toda a produção de maçã, "conhecida por pêro de moinhos, que aparece na altura do Natal".

Descendo a única rua, há um homem que puxa o presidente-bombeiro: "Viu no ano passado o pêro que eu tinha aí dentro de casa". É o marido de Inês Santos, que clarifica: "Mais de 1500 quilos. Vendia-se, comia-se, dava-se e ainda ficavam para o porco os miúdos ou furados."

O casal perdeu as macieiras e os castanheiros que tinha na parte de cima da aldeia e o alento para recomeçar. "Não planto mais. Estou velha. Foi tudo à vida. Aqui em baixo ainda me ardeu um limoeiro e uma ameixeira."

Vai nos 67 anos, Inês Santos. Tem os filhos e os netos nas ilhas do canal, uns em Jersey, outros em Guernsey. Nenhum lhe parece interessado em voltar ao Curral das Freiras para se dedicar à castanha e ao pêro. E quem garante que os canais de rega e as veredas estão seguros para andar?

Nesta e noutras freguesias afectadas pelos incêndios, é tempo de preparar o Inverno. "Se deitar água na terra agora, corre toda", repete Leonel Correia Silva. "A terra está de tal forma árida que não consegue absorver."

As histórias passam de geração em geração. Desde o século XIX, a ilha foi cenário de mais de 30 aluviões. Chuvas fortes e intensas transportam concentrações elevadas de material sólido, que deixam um rasto de destruição. O último ocorreu no dia 20 de Fevereiro de 2010.

"Já falei com a secretária [de Agricultura, Pescas e Ambiente]", garante. "Temos de nos focar em algumas áreas mais críticas. Limpeza, corta-fogo, reflorestação. Não vamos reflorestar à louca. Há áreas em que teremos de fazer uma limpeza profunda. Em algumas zonas, vamos reintroduzir castanheiros."

E se o Porto retirasse os carros das ruas em redor das escolas?

A Mubi lança hoje um documento com medidas para melhorar as condições para andar a pé e pedalar na cidade, mas sem grandes esperanças que sejam aplicadas

Camilo Soldado

Que cidade seria o Porto se fechasse ao trânsito automóvel a área envolvente de cada escola, nos horários de entrada e saída dos alunos? Se adoptasse 30 quilómetros por hora como a velocidade máxima padrão nas suas ruas? Se tivesse um sistema público de bicicletas partilhadas? Seria uma cidade "mais viva, saudável e sustentável e usufruída por todas as pessoas, independentemente das condições de mobilidade", afirma a presidente da Associação pela Mobilidade Urbana em Bicicleta (Mubi), Vera Diogo, que apresenta hoje um conjunto de propostas para melhorar a acessibilidade pedonal e ciclável no Porto.

No documento consultado pelo PÚBLICO, além das medidas sobre as ruas das escolas que se assemelham ao que já é aplicado em Paris ou Barcelona, bicicletas partilhadas e diminuição de velocidade (e sobre as quais a Câmara Municipal do Porto não quis pronunciar-se), a Mubi propõe a redução de tráfego em toda a cidade e a aplicação de uma política de estacionamento que agrave a tarifa para os visitantes, com os lugares nas ruas a serem substituídos por parques dissuasores.

Defende ainda a restrição de acesso automóvel ao centro histórico, com o aumento da instauração das Zonas de Acesso Automóvel Condicionado. Sublinha também que o programa Rede 20 (para redução da velocidade a 20 quilómetros em algumas ruas da cidade), tal como está a ser aplicada, "não implica necessariamente uma redução do volume de tráfego".

Entre outras medidas, a Mubi pede também o alargamento de passeios e a criação de uma rede estruturante com percursos seguros para utilização de bicicleta na cidade, assim como melhorias no transporte público que passam pelo alargamento da rede de metro (algo que está em curso) e o aumento de vias *Bus* para os autocarros da STCP.

Esta necessidade de transformar as cidades está longe de se aplicar apenas ao Porto. Vera Diogo relembra as duas recentes mortes por atropelamento em Lisboa, dizendo que não podemos "banalizar" estes acontecimentos. "Não se pode dar como adquirido que é um acidente e que não há nada a fazer. Achamos que é essencial mudar o paradigma também no Porto e não estamos a ver mudanças", lamenta.

À apresentação do documento *Porto: Por uma Cidade Viva e Acessível*, na Casa Comum da Reitoria da Universidade do Porto, segue-se a discussão com o mote "Como tornar o Porto uma cidade viva e acessível?", na antecâmara da Semana Europeia da Mobilidade (16 e 22 de Setembro). A sessão conta com as professoras e investigadores da Universidade do Porto Cecília Silva e Maria Paula Santos, das faculdades de Engenharia e de Desporto, respectivamente, que estudam questões relacionadas com a mobilidade activa.

PAULO PIMENTA



A associação gostaria de ver uma cidade menos hostil para os peões e os ciclistas, mais segura

Três anos, tudo na mesma

As propostas deste documento têm uma base que já vem de trás: o manifesto *Cidades Vivas*, que a associação lançou antes das eleições autárquicas de 2021, para colocar o foco nos problemas da mobilidade urbana. E porque é que faz sentido recuperar um texto com reivindicações de há três anos? "Não houve grandes alterações" no Porto, responde Vera Diogo. Houve mesmo "retrocessos estruturais", diz, referindo-se à expansão da rede de ciclovias no município que foi "abortada".

Depois, houve uma miríade de anúncios nesta área que ou ainda não se concretizaram ou cujo congelamento foi anunciado pela Câmara Municipal do Porto (CMP). Tinha sido anunciada a construção de duas ciclovias intermunicipais, que garantiriam a ligação a Gondomar e Matosinhos. A primeira caiu, por diferendo entre as autarquias, a segunda está ainda em preparação.

Vera Diogo reconhece que houve um ímpeto da autarquia em 2020 quando, no contexto do desconfinamento, a CMP apresentou um plano para abrir mais 35 quilómetros de ciclovia. Houve discursos, alguns troços foram construídos (que precisam de manutenção), mas o esforço não teve sequência, lamenta Vera Diogo.

Aliás, em 2021, o Porto associou-se à Semana Europeia da Mobilidade, uma iniciativa da Comissão Europeia na qual participam 102 cidades portuguesas. Depois, o executivo mudou de opinião. Em Julho deste ano, quando o Bloco de Esquerda levou a proposta de participação à reunião de câmara, Rui Moreira respondeu que "as coisas não se resolvem através de modelos proclamatórios".

"Não percebemos bem quando é que as coisas vão começar a mudar", desabafa a responsável da Mubi, que questiona se, mesmo no caso das obras que foram feitas, há um ganho para a mobilidade ou ambiental. "É gritante que o automóvel continue a ter quatro vias", diz, sobre e instalação do *metrobus* na Boavista, sem que fosse previsto espaço para as bicicletas. A manutenção do espaço para os carros, diz, não corresponde ao princípio de "descarbonização" que serviu de argumento para financiar a obra com fundos do PRR, aponta.

Com este histórico e este contexto, a um ano do fim do terceiro mandato de Rui Moreira, já há poucas expectativas.

Iniciativa de cidadãos

Colectivo não desiste de ciclovia na Boavista e lança carta aberta

Camilo Soldado

Foi a "desilusão" com o espaço público que os levou a dirigir-se ao município e à Metro do Porto. São ex-alunos da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, organizam-se no Colectivo 624 e querem "que as bicicletas tenham o seu espaço na cidade do Porto". E exigem-no "hoje", porque estão preocupados com a cidade de amanhã.

Para isso lançaram uma carta aberta aos responsáveis da autarquia. No texto, defendem a "execução de uma rede ciclável na cidade do Porto", que esta seja "lógica e estruturada" e que "inclua o eixo Rotunda da Boavista-Rotunda da Anémona", pelo qual também passa o canal de metrobus, parcialmente já instalado.

Para Miguel Van-Zeller, um dos membros do colectivo, custa muito olhar para a cidade e ver a falta de aproveitamento da mobilidade activa como alternativa. Há "muitas cidades que estão a avançar" nesse capítulo e há "uma quantidade impressionante de estudos" que mostram que a cidade melhora "em quase todos os aspectos", quando há a melhoria das condições para andar a pé e de bicicleta, menciona. Esses aspectos incluem os indicadores económicos, de saúde, bem-estar ou congestionamento do trânsito. O que tem sido feito no Porto, considera, "é completamente insuficiente".

"Não se vê um plano com estrutura. É tudo pouco transparente", realça o membro do colectivo que também é formado por Ruben Vasques, Raquel Stattmiller, Patrícia Varão Moreira, Maria Eduarda Filipe e Beatriz Rosendo. A Câmara Municipal do Porto (CMP) tem referido que está a trabalhar no Plano de Mobilidade Urbana Sustentável, mas ainda não apontou uma data para a sua apresentação.

Um avanço e um retrocesso

As primeiras experiências do Colectivo 624 envolveram acções no terreno. Fosse instalando uma pequena escada para permitir ver o horizonte por cima de tapumes, em Aveiro, ou percorrendo as ruas de Viseu para questionar o espaço público, a prática do grupo assenta na leitura da cidade e num olhar crítico sobre as questões do urbanismo. Mas assenta também na experiência de cada um.

Miguel Van-Zeller usa bicicleta como meio de transporte, mora na zona da Boavista e trabalha na Praça do Marquês. Depara-se diariamente com carros mal estacionados, que obstruem a ciclovia da Rua da Constituição, e acrescenta que as razias dos carros são diárias. "Torna-se cansativo", observa. Isso contribui para a sensação de insegurança.



Pede-se mais espaço e mais seguro para as bicicletas

Depois dos trabalhos no terreno, com o texto, o colectivo ensaia agora outra abordagem. A carta é publicada numa altura em que parte significativa da Avenida da Boavista já recebeu obras para integrar o canal de metrobus. Entre a Casa da Música e a Avenida Marechal Gomes da Costa já foram concluídos os trabalhos a cargo da Metro do Porto, mantendo duas vias para carros em cada sentido, mas não prevendo uma ciclovia, tal como tinha vindo a ser reivindicado por urbanistas e utilizadores da avenida. Por isso, o colectivo entende que este projecto representa simultaneamente uma evolução (ao garantir via dedicada para os autocarros do metrobus) e um retrocesso (excluindo a ciclovia e estreitando passeios).

Falta ainda concluir a ligação entre a Marechal e a Anémona, já em Matosinhos, e está prevista a instalação de uma via ciclável em parte desse percurso. Mas continuará a faltar a ligação ao centro do Porto. O Colectivo 624 acredita que o redesenho deste eixo seria "uma oportunidade" para incluir a bicicleta. A carta pode ser assinada *online*, no *site* que o colectivo montou para o efeito.

Além do texto, lançaram também uma plataforma para a recolha de percursos cicláveis, com o objectivo de abrir a discussão à comunidade.

Acordo falhou: nem dono nem inquilino querem pagar obras do Teatro Sá da Bandeira

A Lello Vitória diz que é o inquilino que deve pagar os trabalhos. Rocha, Brito & Vigoço, Lda. entende que é o dono que o deve fazer

O proprietário do Sá da Bandeira, no Porto, e o inquilino que gere o teatro há décadas, não conseguiram chegar ontem a um acordo para pôr fim ao litígio judicial sobre a requalificação do imóvel classificado como de interesse público. A proprietária Lello Vitória - Livros e Turismo, Lda. moveu uma acção contra o inquilino Rocha, Brito & Vigoço, Lda., na qual pede que este seja obrigado a fazer as obras de requalificação que o teatro necessita, sob pena de ver rescindido o seu contrato de arrendamento. O arrendatário defende que é o senhorio que deve pagar os trabalhos. Em Abril, os dois tinham-se mostrado disponíveis para chegar a um entendimento, contudo, em sede de audiência prévia, que decorreu ontem no Tribunal Judicial da Comarca do Porto, tal não se materializou.

À Lusa, o advogado Luís Bianchi de Aguiar, em representação do inquilino, explicou que o entendimento "foi posto sempre na perspectiva do termo do contrato de arrendamento", perspectiva que "não estava na mente do seu cliente". Contudo, durante a audiência, o seu cliente até admitia a hipótese de discutir esta questão, se o valor para aceitar o término do contrato de arrendamento "fosse uma proposta que justificasse".



Em Abril, Lello e inquilino tinham-se mostrado disponíveis para chegar a um entendimento

"A proposta é baixíssima e feita no pressuposto que o teatro está em más condições, o que não é verdade", declarou o advogado de defesa. O teatro, continuou, "tem a agenda preenchida para dois anos e meio e a Livraria Lello continua a dizer que o teatro não dá dinheiro, não tem actividade e tem actividades ilícitas", assinalou. Escusando a divulgar o valor proposto pela proprietária do teatro, o advogado adiantou apenas que "é inferior à facturação da última peça que o teatro tem a funcionar neste momento".

Já Avelino Pedro Pinto, em representação da proprietária Lello, desafiou o administrador da empresa inquilina a provar que o teatro não representa um risco de segurança, como alega no processo.

Numa nota enviada, posteriormente, à Lusa, a Lello lamenta que o arrendatário tenha inviabilizado a iniciativa de conciliação, acusando-o de fazer uso da sua condição de loja histórica para exigir um valor equivalente a 127 anos de renda para aceitar o término do contrato.

"Esta recusa por parte do arrendatário do Teatro Sá da Bandeira tem como base a especulação absurda que este faz com a condição de loja histórica de que o Teatro beneficia, exigindo, sem qualquer racionalidade económica ou financeira, receber um valor equivalente a mais de um século de renda, 127 anos da renda actual e a mais 40 anos de lucro médio tendo em conta o lucro médio dos últimos cinco anos", considerou.

A Lello classifica ainda de "inaceitável" que esta classificação, pensada para proteger a função do teatro - "que a Livraria Lello quer não só manter, como requalificar" - esteja a ser usada para retirar "benefícios económicos claramente indevidos e injustificáveis". Com esta recusa, assinala a nota, o arrendatário "mantém este equipamento sem nele fazer as obras a que legalmente é obrigado para garantir e actualizar as essenciais condições de segurança do edificado".

O administrador do Sá da Bandeira rejeitou as acusações de falta de segurança, sublinhando que "no máximo, de dois em dois anos", o Ministério da Cultura, os Bombeiros, a Câmara do Porto e Protecção Civil procedem a vistorias, tendo as questões de segurança levantadas sido "sempre resolvidas de forma a que o teatro continuasse a funcionar". **Lusa**

Sondagens desfavoráveis atestam arranque difícil de Starmer

Dois meses depois da vitória nas eleições, impopularidade do primeiro-ministro iguala o seu pior registo (46%)

António Saraiva Lima

“Não se muda um país ao carregar num botão.” Foi uma das frases fortes do primeiro discurso de Keir Starmer como chefe do Governo britânico, proferido em frente ao n.º 10 de Downing Street, em Londres, no dia 5 de Julho, menos de 24 horas depois umas eleições vencidas de forma clara pelo Partido Trabalhista, que derrotou o Partido Conservador, no poder há 14 anos. Com aquela frase, inserida numa intervenção que teve como principal mensagem a garantia de que a primeira vitória do Labour em legislativas desde 2005 significava uma “mudança” e uma “renovação nacional”, Starmer pedia o que todos os políticos recém-eleitos pedem em quem confiou o seu voto: tempo.

E esse pedido foi consumado, no final de Agosto, quando o próprio primeiro-ministro do Reino Unido assumiu, num outro importante discurso à nação, que o próximo Orçamento do Estado, cuja proposta será apresentada em Outubro, vai ser “doloroso” e vai conter medidas “impopulares”. “A situação é pior do que alguma vez imaginámos”, explicou, apontado o dedo ao Partido Conservador, que acusa de ter deixado “um buraco negro de 22 mil milhões de libras [26 mil milhões de euros] nas finanças públicas”.

Uma dessas medidas tem sido amplamente discutida na opinião pública e até já foi alvo de uma votação na Câmara dos Comuns, promovida pelo Governo: o fim dos apoios a cerca de dez milhões de pensionistas de Inglaterra e do País de Gales para pagarem as facturas da energia durante o Inverno. Cinquenta e três dos 404 deputados trabalhistas na câmara baixa do Parlamento não participaram na votação e apenas um membro do partido votou contra; e a controversa proposta foi aprovada.

Para além disso, o Governo do Partido Trabalhista teve outras difíceis frentes de batalha para travar ao longo destes dois meses de regresso ao poder. À cabeça: os motins racistas e as manifestações de extrema-direita que ocorreram na primeira quinzena de Agosto e que se alastraram, de forma violenta e descontrolada, a várias cidades e localidades do país.

Houve ainda a decisão impopular de libertar milhares de presos antes do final das suas penas perante uma situação de sobrelotação das prisões; a divulgação de um relatório devastador sobre o estado do serviço nacional de saúde, que revelou que os tempos de espera fizeram 14 mil mortes por ano; e a publicação de outro relatório, muito crítico, que abrange a classe político-partidária como um todo, que aponta “décadas de falhanços” das autoridades políticas, das empresas e do sector da construção, no âmbito do incêndio da Torre Grenfell (Londres, 2017), que matou 72 pessoas.

Pior desde 2021

À luz da realidade e até pela própria natureza deste tipo de exercícios, que tendem a amplificar a insatisfação das pessoas, a avaliação que os eleitores britânicos fazem do desempenho do novo primeiro-ministro e do Partido Trabalhista nos primeiros dois meses no poder não dá grandes motivos para Keir Starmer sorrir.

Publicado ontem, um inquérito da Ipsos exibe uma queda acentuada da popularidade do líder trabalhista e do partido de centro-esquerda. Com 46% dos participantes no estudo a avaliarem negativamente Starmer, este iguala o seu pior registo em sondagens daquela empresa. Em comparação com o mês anterior, a impopularidade do primeiro-ministro subiu oito pontos percentuais e a percentagem dos que o avaliam de forma favorável (36%) caiu seis pontos.

É preciso recuar até Maio de 2021,




STEFAN ROUSSEAU/REUTERS

Quando venceu as eleições, Keir Starmer prometeu "mudança" e uma "renovação nacional"

quando Starmer era líder da oposição e o Labour tinha acabado de perder um deputado para o Partido Conservador, na altura liderado por Boris Johnson, numa eleição suplementar num dos seus bastiões (Hartlepool) no Norte de Inglaterra, para verificarmos tal impopularidade. Starmer estava tão na mó de baixo que, segundo um antigo assessor citado no livro *Keir Starmer: The Biography*, escrito pelo jornalista Tom Baldwin, terá ponderado apresentar a demissão.

Na mesma linha do primeiro-ministro, Rachel Reeves, ministra das Finanças, rosto de muitas das medidas do executivo mais criticadas, vê a sua taxa de impopularidade subir nove pontos percentuais, para 44%.

O próprio Partido Trabalhista também é avaliado negativamente por 45% dos 1147 inquiridos. Não obstante, o Partido Conservador, agora na oposição e em pleno processo de escolha do sucessor de Rishi Sunak, está pior: tem uma taxa de impopularidade de 52%.

"Sinais de alerta"

"Há alguns sinais de alerta nestes números para Keir Starmer e para os trabalhistas. Embora ainda faltem vários anos para as próximas eleições legislativas [previstas para 2029], estes números representam uma queda acentuada em relação ao que foi registado em Agosto", sublinha Keiran Pedley, director da Ipsos. "Daqui para a frente, o Labour vai querer encontrar o equilíbrio certo entre criar expectativas na população sobre o ritmo da mudança e manter a confiança de que a mudança em que os apoiantes do partido votaram em Julho está a chegar.".

Outra sondagem, levada a cabo pela YouGov, divulgada na segunda-feira, mostra que 55% dos inquiridos "desaprovam" o desempenho do Governo trabalhista, contra apenas 19% que "aprovam". A mesma pergunta, colocada no dia 22 de Julho, de duas semanas depois da vitória do Labour nas legislativas, foi respondida da seguinte forma: 28% de aprovações; 32% de desaprovações e 40% de pessoas sem uma opinião formada.

Relativamente às intenções de voto dos britânicos, a More in Common publicou ontem os resultados do seu primeiro inquérito desde as eleições. O Partido Trabalhista, que obteve 34% dos votos em Julho, cai para os 29%; e o Partido Conservador, que alcançou 24% nas legislativas, sobre ligeiramente, para os 25%. Em terceiro lugar, com 18%, surge o Reform UK, de extrema-direita, que obteve 14% nas últimas eleições.

Relatório

Tempos de espera no SNS britânico fazem 14 mil mortes por ano

Marta Leite Ferreira

Mais de 14 mil pessoas morrem anualmente no Reino Unido por causa dos longos tempos de espera registados no acesso aos serviços de urgência no serviço nacional de saúde britânico – o National Heath Service (NHS). O número foi avançado pelo Royal College of Emergency Medicine, uma associação de médicos especializados em medicina de emergência, e corresponde a mais do dobro de todas as mortes em combate registada entre as Forças Armadas do Reino Unido desde 1948, o ano em que o NHS foi fundado.

Esta é uma das estatísticas que constam num relatório desenvolvido por uma equipa liderada por Ara Darzi, médico-cirurgião especialista em oncologia e membro da Câmara dos Lordes, por encomenda do Partido Trabalhista quando o primeiro-ministro Keir Starmer tomou posse. O documento, apresentado na quarta-feira, alerta que o serviço público de saúde britânica está "em sérios apuros", "em estado crítico" e "privado de capital" numa altura em que a satisfação dos britânicos com o NHS está "em mínimos históricos".

A equipa de Darzi descobriu, por exemplo, que 300 mil pessoas tiveram de esperar mais de um ano para acederem a um tratamento que devia estar disponível em menos de 18 semanas, o que corresponde a 15 vezes o número registado em Março de 2010. No documento, o médico alerta que, na oncologia, as taxas de sobrevivência têm vindo a melhorar entre os doentes tratados no NHS, mas a um ritmo cada vez mais lento. A regra estabelecida pelos serviços públicos para que todos os doentes oncológicos sejam referenciados para tratamento num prazo máximo de 62 dias não é cumprida há nove anos. Em Maio deste ano, a percentagem de casos em que a regra foi cumprida não foi além dos 65,8%.

De resto, "o Reino Unido tem taxas de mortalidade por cancro consideravelmente mais elevadas do que outros países", criticou o especialista. Entre os doentes com cancro no cérebro, só 5% dos casos elegíveis foram submetidos a um sequenciamento genético disponível no NHS que torna mais eficaz a escolha pelo tratamento mais adequado.

"A maior reforma"

Numa reacção ao relatório, o primeiro-ministro Keir Starmer propôs-se a realizar "a maior reforma do NHS desde a sua criação", mas "sem mais dinheiro" para a pasta da saúde – um aumento de capital só mesmo depois dessas alterações profundas ao sistema. "Sabemos que os trabalhadores não se podem dar ao luxo de pagar mais, por isso é reformar ou a morte", avisou o governante, avisando que um mandato de cinco anos não bastará para levar o plano avante.

É que, de acordo com o relatório "o orçamento do NHS não está a ser gasto onde deveria ser": "Uma parte demasiado grande está a ser gasta nos hospitais e muito pouco na comunidade", especifica o documento, "e a produtividade é demasiado baixa". O médico fala mesmo de um "paradoxo", uma vez que os profissionais de saúde nos hospitais aumentaram 17% entre 2019 e 2023, mas é precisamente nessas entidades onde se encontram as filas de espera mais longas.

"A principal razão para esta situação é o facto de os doentes já não passarem pelos hospitais como deveriam", indica o relatório, apontando que 13% dos leitos hospitalares estão ocupados à espera de assistência social. Além disso, verifica-se "uma escassez desesperada de capital" que "impede que os hospitais sejam produtivos": uma média de 13 hospitais esteve encerrada diariamente entre 2022 e 2023 porque os edifícios estavam com danos severos.

Contas feitas, o médico e membro da Câmara dos Lordes estima que cerca de 4,3 mil milhões de libras (5,1 mil milhões euros) foram retiradas dos orçamentos entre 2014/2015 e 2018/2019 para "cobrir défices anuais que foram causados por acordos de despesa irrealisticamente baixos"; e que, "para além disso, há um défice de 37 mil milhões de libras [44 mil milhões de euros] de investimento de capital". Ara Darzi critica ainda que "a voz dos doentes não seja suficientemente alta" e que não haja "envolvimento" dos utentes nos serviços do NHS. E afirma também que "demasiado pessoal não está empenhado" nas suas funções: "Há provas irrefutáveis de que, após a pandemia, demasiados funcionários se desmobilizaram e os níveis de absentismo por doença são assustadoramente elevados".

A verdadeira origem da crise no NHS, aponta, estará na Lei da Saúde e dos Cuidados Sociais de 2012, que o médico descreve como "uma calamidade sem precedentes internacionais" que se revelou "desastrosa". "Ao dissolver a linha de gestão do NHS, adoptou uma abordagem de 'terra queimada' à reforma da saúde, cujos efeitos ainda hoje se fazem sentir. Foram necessários mais de dez anos para voltar a uma estrutura coerente. E a capacidade de gestão ainda está aquém do que era em 2011", argumentou Ara Darzi.

Plano de dez anos

O panorama intrincado que o relatório pinta sobre o NHS não retira a crença de Ara Darzi de que o serviço "mantém sinais vitais fortes": "Apesar da enorme lacuna no investimento de capital, o NHS tem mais recursos do que nunca, mesmo que haja uma necessidade urgente de aumentar a produtividade", defendeu.

As soluções estão a ser gizadas num plano a dez anos – o dobro do período temporal que os trabalhistas se propuseram usar para reformar o NHS – que é mencionado no relatório. A actuação sugerida pelos autores para salvar o serviço público de saúde britânico implica aumentar o envolvimento dos profissionais de saúde e dos doentes no NHS, garantir uma aproximação aos cuidados de saúde para mais perto da população, simplificar e inovar nessa prestação de cuidados de proximidade e promover a produtividade dos hospitais.

ANDY RAIN/LUSA


Relatório avisa que o NHS está "em estado crítico"

Mundo

Grupo de congressistas republicanos compromete-se a respeitar eleição nos EUA

Alexandre Martins

Documento assinado por seis republicanos junta-se a um reforço da segurança no Capitólio, a 6 de Janeiro de 2025

Três dezenas de congressistas norte-americanos, incluindo seis do Partido Republicano, assinaram um documento em que se comprometem a respeitar os resultados da eleição presidencial de Novembro, a marcar presença na cerimónia de tomada de posse do próximo Presidente, em Janeiro, e a denunciar "quem apoiar ou participar em actos de violência contra pessoas, propriedade e espaços públicos".

O manifesto, tornado público poucos dias depois de o candidato do Partido Republicano, Donald Trump, ter voltado a deixar em aberto a hipótese de não aceitar os resultados da eleição, é uma de várias iniciativas que visam diminuir os riscos de uma repetição da invasão do Capitólio, a 6 de Janeiro de 2021.

Entre os republicanos que se juntaram à iniciativa – a maioria deles eleitos em estados onde Trump não tem qualquer hipótese de vencer em Novembro, como Nova Iorque, Nova Jérsia e Oregon – estão Don Bacon, do Nebrasca (onde Trump venceu com 19 pontos de vantagem sobre Biden, em 2020), e Brian Fitzpatrick, da Pensilvânia, um estado muito disputado e onde a candidata do Partido Democrata, Kamala Harris, terá de ganhar em Novembro para chegar à Casa Branca.

"Depois desta eleição, a América ficará nas mãos da multidão, a não ser que o bom senso da maioria impere", dizem os 32 congressistas que assinam o documento, a grande maioria do Partido Democrata. "Nunca como agora foi tão necessário que os nossos líderes defendam a ideia de que a América é, e deve continuar a ser, uma única nação."

Num comunicado, um dos promotores da declaração, o republicano Don Bacon, salientou a tradição de "respeito pelos resultados após a contagem dos votos, especialmente depois de todas as queixas terem sido resolvidas nos tribunais".

Entre a noite eleitoral de 3 de Novembro de 2020 e a cerimónia de contagem dos votos do Colégio Eleitoral, no Capitólio, a 6 de Janeiro de 2021, Trump e os seus apoiantes apresentaram – e perderam – mais de 60 processos nos tribunais do país, com várias queixas de fraude eleitoral a serem rejeitadas por juízes nomeados por si, incluindo no Supremo Tribunal dos EUA.

Também nesta semana, o Departamento de Segurança Nacional dos EUA fez saber que a segurança à volta da próxima cerimónia no Capitólio, a 6 de Janeiro de 2025, vai ser mais forte do que em 2021.

JIM LO SCALZO/EPA



Iniciativa pretende impedir uma repetição do que aconteceu em 2020

A segurança à volta da próxima cerimónia no Capitólio, a 6 de Janeiro de 2025, vai ser mais forte do que em 2020

Segundo um plano noticiado pelo jornal *Washington Post*, a cerimónia – em tempos um momento sem grande interesse na vida política do país – vai ter a mesma atenção de que beneficiam a tomada de posse dos Presidentes dos EUA e as convenções nacionais do Partido Democrata e do Partido Republicano.

Leis mais apertadas

Além de um reforço da segurança e de um maior envolvimento de políticos de ambos os partidos nos apelos à calma, a cerimónia de 6 de Janeiro de 2025 vai ser também a primeira, desde 1887, a decorrer sob uma legislação mais apertada no que toca ao papel dos presidentes do Senado na abertura dos resultados eleitorais dos vários estados - uma função desempenhada pelos vice-presidentes dos EUA.

Em Dezembro de 2022, o Congresso aprovou alterações à Lei da Contagem dos Votos Eleitorais, de 1887, cuja ambiguidade foi usada por Trump para afirmar, em 2021, que o então vice-presidente dos EUA, Mike Pence, tinha poder para rejeitar votos do Colégio Eleitoral – uma tese que viria a ser rejeitada, em 2023, pelo Supremo Tribunal.

Segundo a nova lei, o presidente do Senado "não tem nenhum poder individual para determinar, aceitar, rejeitar ou adjudicar contestações" que surjam no decorrer da cerimónia de abertura dos votos – uma formulação mais directa do que a frase incluída na 12.ª Emenda à Constituição dos EUA ("Na presença do Senado e da Câmara dos Representantes, o presidente do Senado abrirá todos os certificados, e os votos serão contados.")

A nova lei esclarece, também, que o único responsável pela certificação dos votos em cada estado é quem ocupa o cargo de governador, a menos que a assembleia legislativa local decida em contrário antes da realização da votação. Em 2020, Trump tentou convencer congressistas republicanos, em estados como a Georgia, a alterarem a lei depois da votação, para assumirem eles o papel de responsáveis pela certificação dos resultados.

Zelensky diz que incursão em Kursk atrasou avanço russo

O Presidente ucraniano, Volodymyr Zelenskiy, afirmou ontem que a incursão da Ucrânia na região fronteiriça russa de Kursk produziu o resultado desejado de abrandar o avanço de Moscovo na frente de combate no Leste da Ucrânia.

Zelensky disse numa conferência em Kiev que o contra-ataque da Rússia na região de Kursk também não teve grandes sucessos, contradizendo os relatos do Presidente Vladimir Putin sobre os avanços russos em ambas as frentes.

A Ucrânia lançou uma incursão-surpresa na região de Kursk no início de Agosto, avançando pelo território russo e reivindicando o controlo de dezenas de povoações.

"A campanha deu os resultados com que, francamente, contávamos. Na região de Kharkiv, o inimigo foi travado. O seu avanço na região de Donetsk foi abrandado, embora a situação continue muito difícil nessa região", disse o Presidente ucraniano. Zelensky afirmou ainda que a Rússia tinha cerca de 40 mil soldados na frente de Kursk e confirmou o contra-ataque. "Até agora, não vimos nenhum sucesso sério da Rússia", acrescentou.

Mais de dois anos e meio após a invasão russa, a guerra encontra-se num momento crítico, com Moscovo a bombardear regularmente as infra-estruturas e as cidades ucranianas, enquanto tenta fazer recuar a incursão ucraniana em Kursk e tentacompletar a captura de toda a região do Donbass.

O Presidente ucraniano descreveu anteriormente a operação de Kursk como uma parte do seu "plano de vitória" mais alargado que pretende apresentar ao Presidente dos EUA, Joe Biden, no final deste mês.



Zelensky vai apresentar o seu plano para a paz no final do mês

"O plano pode preparar o caminho para uma paz fiável – para a plena concretização da fórmula de paz", disse ontem Zelensky, recusando-se a revelar os detalhes do plano mas adiantando que consistia num pequeno número de pontos.

"E todos esses pontos dependem da decisão de Biden. Não de Putin", acrescentou Zelensky.

A Ucrânia intensificou os apelos aos seus aliados ocidentais, em particular aos EUA, para que autorizem ataques de longo alcance na Rússia, afirmando que tal é fundamental para os seus esforços no sentido de restringir a capacidade de Moscovo para atacar a Ucrânia.

Até agora, os aliados têm-se mostrado relutantes em autorizar tais ataques, receando que Moscovo os trate como uma escalada. Ontem, a Casa Branca afirmou que não há para já "qualquer alteração" na sua política em relação à possível utilização pela Ucrânia de mísseis de longo alcance para atacar o território russo.

"Não há qualquer alteração na nossa opinião sobre o fornecimento de capacidades de ataque de longo alcance à Ucrânia para utilização dentro da Rússia", disse o porta-voz de segurança nacional, John Kirby.

"Não esperaria qualquer anúncio importante a esse respeito", acrescentou, referindo-se ao encontro de ontem em Washington entre o Presidente dos EUA, Joe Biden, e o primeiro-ministro britânico, Keir Starmer.

Sem maioria parlamentar, Trudeau vai tentar sobreviver mais um ano

António Saraiva Lima

Primeiro-ministro do Canadá perdeu o apoio do NDP e está à mercê da oposição até às legislativas de Outubro de 2025



BLAIR GABLE/REUTERS

Justin Trudeau e o Partido Liberal não querem eleições antecipadas; conservadores lideram sondagens

Ao fim de nove anos no poder, Justin Trudeau vive um dos períodos mais complicados à frente do Governo do Canadá. Insatisfeito com o que considera estar a ser uma actuação comedida do executivo no campo das políticas sociais e do investimento público, o Novo Partido Democrático (NDP) retirou, na semana passada, o apoio ao Partido Liberal (LPC), do primeiro-ministro, deixando-o em minoria na Câmara dos Comuns.

O recuo do NDP – que se define como social-democrata e que se situa ideologicamente à esquerda do LPC, de centro-esquerda – não implica a queda imediata do Governo. Mas com apenas 154 dos 338 deputados da câmara baixa do Parlamento, em Otava, Trudeau fica à mercê de qualquer votação de legislação relevante, como o Orçamento do Estado, ou de uma possível moção de censura.

Trudeau e os liberais já disseram que não têm qualquer interesse em convocar eleições antecipadas; uma posição que se explica com o facto de praticamente todas as sondagens apontarem para o favoritismo do Partido Conservador (CPC, centro-direita), que, num cenário eleitoral, seria o principal beneficiário do cansaço do eleitorado com o LPC, numa altura em que o aumento do custo de vida e dos preços da habitação constam no topo das fontes de preocupação.

Por isso mesmo, a grande missão do chefe do Governo canadiano é sobreviver no posto até às próximas legislativas, agendadas para Outubro do próximo ano.

Nas mãos do NDP?

Parte do sucesso ou insucesso dessa demanda assentará, ainda assim, nas ambições do próprio NDP. Na hora de anunciar o fim do apoio do partido ao Governo, o seu líder, Jagmeet Singh, acusou os liberais de serem "demasiado fracos, demasiado egoístas e demasiado agarrados aos interesses" das grandes empresas e de terem desistido de "lutar pelas pessoas", e posicionou o partido como o único que pode "travar os conservadores" de Pierre Poilievre.

Mas isso significa que o NDP precisa de tempo para se reencontrar enquanto partido de oposição. Para além de ter sido apenas o quarto mais votado nas legislativas de 2021 (25 deputados), o NDP tem sido visto como uma "muleta" do LPC. Na eventualidade de eleições antecipadas, arrisca-se a sofrer dos mesmos males que os liberais e a ser tão (ou mais) castigado como eles.

"Seria difícil [para o NDP] conciliar o facto de ter apoiado os liberais (...) num dia e estar a fazer campanha contra eles no dia seguinte", diz à Reuters o especialista em sondagens e estudos de opinião Nik Nanos.

Questionado sobre qual vai ser o sentido de voto dos deputados do NDP nos próximos meses na Câmara dos Comuns, e, particularmente, quando o Governo pedir à câmara baixa que ratifique a proposta de orçamento rectificativo, provavelmente em Novembro ou Dezembro, Singh disse que o partido vai decidir caso a caso.

Um cenário de chumbo do orçamento rectificativo nos últimos meses do ano ou mesmo de aprovação de uma possível moção de censura a Trudeau – que precisaria de pelo menos 170 votos para passar no Parlamento – nessa altura não é muito provável; mas por motivos que não estão relacionados necessariamente com a política: pela sua posição no globo, o Canadá tem invernos muito rigorosos, com partes do território a gozarem de pouca ou nenhuma luz solar, pelo que a convocatória de eleições para esse período é impopular tanto para os eleitores, como para os partidos.

Assumindo que o Governo sobrevive até ao final do ano, o grande sinal de perigo no calendário parlamentar do LPC está afixado em Março ou Abril de 2025, altura em que a Câmara dos Comuns deve debater e votar a proposta de orçamento federal do executivo de Justin Trudeau.

Até lá, o primeiro-ministro até pode tentar obter acordos de incidência parlamentar sobre temas concretos com o Bloco Quebequense (BQ), o partido nacionalista do Quebeque, a terceira maior força do Parlamento.

Exame em Montreal

No horizonte de todos estes partidos há, porém, uma data bastante importante e que está aí ao virar da esquina. Na próxima segunda-feira realiza-se uma eleição suplementar (*by-election*) no círculo eleitoral de LaSalle-Émard-Verdun, que abrange uma série de áreas urbanas na zona sudoeste de Montreal – a maior cidade da província do Quebeque e a segunda maior cidade do Canadá.

Convocada na sequência da demissão, em Fevereiro, do deputado David Lametti, que representava aquele círculo na Câmara dos Comuns desde 2015, esta *by-election* será uma boa forma de avaliar o verdadeiro impacto do cansaço dos eleitores nas aspirações do LPC para as próximas legislativas. O círculo de LaSalle-Émard-Verdun é considerado um "bastião" dos liberais e Lametti venceu com quase o dobro dos votos do segundo candidato mais votado, Raphaël Guérard, do BQ, nas eleições de 2021.

Uma moção de censura precisaria de 170 votos para passar no Parlamento. Liberais só têm 154 dos 338 deputados

Desta vez, porém, espera-se uma disputa pela vitória entre Laura Palestini (LPC), Louis-Philippe Sauvé (BQ) e Craig Sauvé (NDP), todos próximos dos 25% nas intenções de voto, segundo as sondagens, com ligeira vantagem para a candidata liberal.

Na memória bem recente do LPC está a derrota numa outra eleição suplementar, realizada em Junho, no círculo de Toronto-St. Paul (Ontário). Depois de o LPC ter ali vencido em 2021 por uma margem próxima dos 24 pontos percentuais, a candidata liberal, Leslie Church, perdeu por dois pontos para o agora deputado conservador Don Stewart.

Em declarações ao *Globe and Mail*, Philippe Fournier, responsável pelo agregador de sondagens 338Canada, resume desta forma a *by-election*: "Se os liberais começarem a perder lugares [de deputados] em Montreal, que ganharam por 20 pontos nas últimas eleições, fica fácil fazer a analogia com um enorme castelo de cartas que começa a cair aos bocados."

Israel destrói fábrica de mísseis na Síria

André Certã

Unidade de forças especiais israelita atacou fábrica iraniana em território sírio, numa operação que causou 27 mortes e 32 feridos

Uma unidade de elite israelita terá destruído uma fábrica de mísseis iraniana que fornece o Hezbollah durante um bombardeamento na noite de domingo à região de Masyaf, na Síria, perto da fronteira com o Líbano.

A fábrica foi destruída num raide efectuado por uma unidade especial da Força Aérea israelita, envolvendo cinco helicópteros e vários *drones*. O bombardeamento na região, segundo informou ontem o Observatório Sírio para os Direitos Humanos (OSDH), causou 27 mortes e 32 pessoas ficaram feridas.

O local do raide, conhecido por Heer Abbas, continha uma fábrica que produzia e desenvolvia mísseis de curto e médio alcance e era propriedade dos Guardas da Revolução iranianos, das Forças Armadas do Irão e era gerida com o Hezbollah, milícia islamista do Líbano aliada do Irão.

Segundo a BBC, os ataques aéreos foram usados como forma de neutralizar "as defesas da Síria e impedir que os reforços chegassem ao local".

"Pouco antes do lançamento das forças especiais, Israel levou a cabo uma série de ataques aéreos intensivos, visando locais vitais na região, e utilizaram sistemas de interferência de guerra electrónica que abriram caminho para o lançamento aéreo dos helicópteros que transportavam dezenas de soldados das forças especiais israelitas", afirmou o Observatório, que disse que os combates para entrar na fábrica duraram mais três horas. O *New York Times* noticiou que as forças israelitas desceram dos helicópteros e capturaram material e informações da fábrica.

Os bombardeamentos da noite de domingo foram considerados uma "agressão flagrante" pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros sírio e o ministro da Saúde do país descreveu os ataques como uma "agressão brutal e bárbara".

O *site* norte-americano *Axios* informou que os Estados Unidos foram informados de que o ataque iria ocorrer e que a Administração norte-americana "não se opôs". Desde 2018 que a instalação produzia mísseis para o Irão e para milícias associadas, como o Hezbollah.

TAP vai absorver Portugália através de um aumento de capital

TAP SGPS, a *holding* separada da TAP SA e onde está agora a Portugália, teve um prejuízo de 57 milhões em 2023 devido a juros. Há ainda 189 milhões que terão de ser pagos à Azul, ligada a Neeleman

Luís Villalobos

A TAP SA, companhia aérea que está em vias de privatização, vai passar a deter a Portugália através de um aumento de capital. Neste momento, a Portugália, tal como o negócio de refeições a bordo, está na TAP SGPS (sociedade gestora de participações sociais), que foi separada da TAP SA (sociedade anónima) no âmbito da intervenção de 3,2 mil milhões de euros do Estado.

No relatório e contas de 2023 da TAP SGPS (detida a 99% pela Direcção-Geral do Tesouro e em 1% pela estatal Parpública), consultado pelo PÚBLICO, lê-se que a empresa "mantém a intenção de cessar a titularidade sobre o capital da Portugália". Essa estratégia, adianta-se, "encontra-se prevista através da realização da subscrição de um aumento de capital da Portugália por parte da TAP SA, que não faz parte da TAP SGPS, não sendo este aumento de capital acompanhado pela TAP SGPS, diluindo desta forma a participação detida na Portugália".

Actualmente, a companhia aérea Portugália é detida a 100% pela TAP SGPS, não sendo referido no documento qual o valor a suportar pela TAP SA, que irá assim reunir todos os aviões e respectivos trabalhadores.

Quando a TAP voltou para mãos públicas, o grupo ficou separado em duas entidades independentes: de um lado ficou a TAP SA, a companhia aérea. Do outro lado, a TAP SGPS (onde antes estava englobada a TAP SA), que ficou com os restantes activos: a Portugália (que opera no médio curso para a companhia aérea com a marca TAP Express), a Cateringpor (refeições a bordo), a Groundforce (apoio logístico em terra), a UCS (serviços de saúde) e a TAP M&E Brasil (manutenção).

De acordo com o relatório e contas de 2023 da TAP SGPS, a Portugália contava com 877 trabalhadores no final desse ano, mais 2,1% face a 2022, e detinha 19 aviões Embraer.

Em 2023, os voos da Portugália representaram "cerca de 25% do total de voos do Grupo TAP" e "15% do número total de horas de voo" do grupo. Ao todo, foram realizados 29.428 voos, mais 20% do que em 2022.

Criada oficialmente em Julho de 1988 por vários investidores, a Portugália ficou com o Grupo Espírito Santo (GES) como principal accionista até acabar por ser vendida à TAP por 140 milhões de euros, no final de 2006.



MANUEL ROBERTO

A Portugália, comprada pelo grupo TAP ao GES em 2006, opera hoje sob a marca TAP Express. Representa 25% dos voos do grupo TAP

TAP SGPS vai ser esvaziada

Desde o passado mês de Junho, a TAP SA já detém os 49,9% da ex-Groundforce (hoje denominada Menzies Aviation) que estavam nas mãos da TAP SGPS, depois de uma operação de limpeza de prejuízos que envolveu um aumento de capital com créditos da companhia aérea e que contou ainda com a entrada do grupo Menzies (dono dos outros 50,1%)

A UCS também deverá passar para a esfera da TAP SA, enquanto os 51% da Cateringpor (que serviu uma média de 25.801 refeições por dia à TAP e várias outras companhias em 2023) estão destinados a ser alienados. Quanto à TAP M&E Brasil, a liquidação das operações deverá estar concluída este ano, de acordo com o relatório.

877

A Portugália contava com 877 trabalhadores no final do ano passado, mais 2,1% face a 2022, e detinha 19 aviões Embraer

Juros provocam prejuízos

De acordo com o relatório e contas do grupo, a TAP SGPS sofreu um prejuízo de 57,4 milhões de euros no ano passado (ao contrário da TAP SA, que teve um lucro de 177 milhões nesse ano).

A principal causa do prejuízo foi o pagamento de "juros e gastos similares", no valor de 59,2 milhões de euros, um agravamento de 3,5 milhões face ao ano anterior. Este encargo foi atenuado por um encaixe de 2,6 milhões por via de "operações descontinuadas".

As contas ficaram quase iguais entre receitas e despesas operacionais, mas, mesmo assim, ainda houve uma perda de 200 mil euros no resultado final.

Tanto os rendimentos operacionais como os gastos desceram face a 2022, com as despesas a beneficiarem do facto de a administração liderada por Luís Rodrigues, que é a mesma da TAP SA, passar a ser paga pela companhia aérea (os custos com pessoal desceram 2,2 milhões).

Em 2022, o prejuízo da TAP SGPS tinha sido de 162,6 milhões de euros, muito devido ao impacto negativo de 101,1 milhões da rubrica de operações descontinuadas. A dívida financeira do grupo estava nos 213,9 milhões no final do ano passado (mais 15,7 milhões do que em 2022), correspondendo a "empréstimos bancários e obrigações", com claro destaque para estas últimas.

Ao empréstimo de 120 milhões de obrigações para capitalização pós-privatização que foi feito em 2016 pela Azul – criada por David Neeleman, ex-accionista da TAP –, que ficou com 90 milhões, e pela estatal Parpública, acrescem 93,9 milhões de euros em juros a pagar. O aumento de 15,7 milhões de 2022 para 2023, diz o relatório, é justificado "essencialmente pelo aumento dos juros acrescidos do empréstimo obrigacionista".

Conforme já noticiou o *Observador*, no final de 2023 a TAP SGPS devia já 161 milhões à Azul, cabendo outros 53,2 milhões à Parpública, entre capital e juros, que só são pagos na maturidade das obrigações (que inicialmente eram convertíveis em acções), em 2026.

No final, conforme já informou o Tribunal de Contas, o valor da factura que terá de ser pago pelo Estado é de 252,7 milhões de euros, cabendo 189 milhões à Azul - da qual Neeleman ainda é accionista (tem 67% em acções ordinárias e 2,18% em acções preferenciais) - e 63,7 milhões à Parpública.

"Desconformidades legais" não travam obras do PRR

Ana Brito

Se o TdC encontrar desconformidades legais nos contratos do PRR, processo avança para nova fase de análise

O novo regime de fiscalização preventiva especial que o Governo pretende criar para os actos e contratos de projectos financiados pelo Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) sujeitos ao visto prévio do Tribunal de Contas (TdC) prevê que a análise do tribunal aconteça em paralelo com a execução da obra.

Também permitirá que "a execução do acto ou contrato em causa" prossiga, mesmo que seja verificada "a existência de desconformidades legais", refere o diploma, que traz alterações às regras da contratação pública com o objectivo de acelerar a execução dos fundos.

Nesses casos, enquanto o TdC decide sobre a "transição do processo para fiscalização concomitante e eventual apuramento de responsabilidades financeiras", permite-se que a execução dos projectos prossiga, lê-se na exposição de motivos da Proposta de Lei n.º 20/XVI/1.ª, que já chegou à Assembleia da República.

Na semana passada, quando aprovou o diploma em reunião do Conselho de Ministros, o executivo de Luís Montenegro destacou a necessidade de adoptar soluções legislativas que assegurassem "a execução tempestiva dos fundos, sem prejudicar a imperativa fiscalização da legalidade das despesas públicas, cometida ao Tribunal de Contas".

Com esta proposta de lei, define-se que os actos e contratos de projectos financiados ou co-financiados por fundos do PRR "são eficazes e podem produzir todos os seus efeitos antes da decisão do Tribunal de Contas".

"Quando, no decurso da análise, os actos e contratos estejam conformes às leis em vigor, o Tribunal de Contas emite uma decisão de conformidade, podendo essa decisão ser acompanhada de recomendações (...) sem que isso obste à execução do acto ou contrato em causa", lê-se no diploma.

Nos casos em que for detectada a existência de desconformidades, o TdC (entidade presidida por José Tavares, que termina em Outubro o seu mandato de quatro anos) "remete o processo para fiscalização concomitante e eventual apuramento de responsabilidades financeiras", sem que os projectos tenham de ser interrompidos.

Só quando se verificar "a preterição total de procedimento de formação do contrato ou a assunção de encargos sem cabimento em verba orçamental própria, o tribunal emite decisão de desconformidade, da qual resulta a imediata cessação dos efeitos dos actos ou contratos objecto da decisão".

"A entidade adjudicatária do contrato sobre o qual foi emitida decisão de desconformidade" terá sempre possibilidade de recorrer das decisões do TdC.

A proposta aprovada no Conselho de Ministros de 5 de Setembro aplica-se a todos os projectos apoiados com dinheiro do PRR, "incluindo os que se encontrem pendentes de decisão do Tribunal de Contas na data da sua entrada em vigor".

Também abrange todos os "actos e contratos que tenham por objecto a locação ou aquisição de bens móveis, a aquisição de serviços ou a realização de empreitadas de obras públicas no edifício do Campus XXI (...), dada a sua conexão com a execução das reformas previstas no Plano de Recuperação e Resiliência", acrescenta o diploma.

Este edifício em Lisboa, onde ainda funciona a sede da Caixa Geral de Depósitos, e onde serão concentrados vários serviços públicos, incluindo os ministérios, será administrado pela recém-criada Secretaria-Geral do Governo, em coordenação com a Estamo – Participações Imobiliárias.

RUI GAUDÊNCIO



Regime especial também se aplica ao edifício Campus XXI

Edifícios licenciados voltam a aumentar

Sérgio Aníbal

Desde o segundo trimestre de 2021 que não se registava um aumento homólogo do número de licenciamentos de edifícios

O número de edifícios licenciados em Portugal registou no segundo trimestre deste ano uma variação positiva face ao mesmo período do ano passado, interrompendo a tendência negativa que se verificava neste indicador há já três anos.

De acordo com os dados ontem publicados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), foram licenciados 6049 edifícios em Portugal durante o período de Abril a Junho deste ano, o que representa um aumento de 1,9% em comparação com o mesmo período de 2023.

Termina assim um período de três anos em que, de forma consecutiva, se assistiu a uma contracção no número de licenciamentos.

No primeiro trimestre do ano, tinha-se verificado, em termos homólogos, uma variação negativa de 11,9% neste indicador.

A contracção no número de fogos licenciados, quando comparados com o mesmo período do ano anterior, foi uma constante em Portugal desde Junho de 2021.

O Instituto Nacional de Estatística revela que, durante o segundo trimestre deste ano, do total de edifícios licenciados, 74,8% correspondiam a construções novas, relativamente às quais se registou um acréscimo de 2,4% no número de edifícios licenciados em comparação com o segundo trimestre de 2023.

Do total de licenciamentos de edifícios, 80,7% eram destinados à habitação familiar.

Em termos geográficos, a região onde se registou um maior acréscimo no número de licenciamentos foi o Algarve, com uma variação homóloga de 34,5%. Açores (com um aumento de 28,7%), Oeste e Vale do Tejo (9,9%), Grande Lisboa (2,5%) e Norte (0,2%) também tiveram uma evolução positiva.

Em sentido contrário, a região com a maior contracção no número de licenciamentos foi a da Península de Setúbal, com 21,5%.

Madeira (com uma descida de 5,6%), Alentejo (diminuição de 3,2%) e Centro (recuo de 2,1%) também apresentaram variações negativas.

Algarve e Oeste registam em Julho o menor crescimento nas receitas com hóspedes

Luís Villalobos

Os proveitos totais dos estabelecimentos turísticos atingiram os 803 milhões de euros em Julho, mais 7,2% face a idêntico período de 2023, de acordo com os dados ontem divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE). "O crescimento dos proveitos totais manteve a trajectória de abrandamento em Julho", refere o INE, depois das subidas de 12,7% no mês anterior e dos 15,3% de Maio, "reflectindo o abrandamento do crescimento do total de dormidas nos últimos dois meses".

A taxa de crescimento mais baixa registou-se na zona do Oeste e Vale do Tejo, que subiu 3% (para 23,6 milhões de euros) e no Algarve, que cresceu 4% (para 279,6 milhões de euros, o valor absoluto mais elevado entre as várias regiões).

Em sentido contrário estiveram os Açores e a Madeira, com crescimento de 19% e de 15%, respectivamente, chegando aos 35 milhões e aos 80 milhões de euros de proveitos totais em Julho.

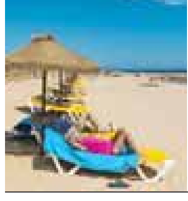
Ao todo, houve uma subida de 1,5% no número de hóspedes em termos homólogos, atingindo os 3,2 milhões de pessoas, mas o impulso veio dos estrangeiros, com mais 4,6%, já que se registou no caso dos turistas residentes um decréscimo de 3,4%. Isto indicia ou que houve menos portugueses a passar férias em alojamentos de turismo no mês em análise, ou que optaram por ir para o estrangeiro.

A Madeira teve uma diminuição de 14% no número de hóspedes residentes em Portugal, seguindo-se o Algarve e o Oeste, com menos 6% (mesmo assim, o Algarve foi o principal destino, com 197 mil hóspedes). A área da Grande Lisboa foi a única que teve um crescimento no número de turistas nacionais, com mais 1% face a Julho de 2023.

Apesar de ter registado um ligeiro crescimento no número de turistas estrangeiros, com o número de hóspedes não residentes a subir 0,6%, para os 454 mil (abaixo dos 622 mil de Lisboa), a retirada dos nacionais fez com que houvesse uma quebra global de 1,6%, só superada pela descida do Oeste, com menos 3,5%. Também a Madeira registou uma descida global, com menos 0,7% hóspedes.

Olhando para o número de dormidas, no entanto, apenas o Oeste teve uma redução, ligeira, de 0,4%. O impulso global veio dos estrangeiros, com mais 4,2% (chegando aos 6,3 milhões), já que houve um decréscimo nos residentes em Portugal, com menos 2,4% (para 2,7 milhões).

Todos os grandes mercados emissores (com destaque para o Reino Unido, Espanha, Alemanha e EUA) tiveram um crescimento no número de dormidas, à excepção da França, com um decréscimo de 4%.



Algarve perdeu hóspedes nacionais no mês de Julho, mas manteve-se a região com mais proveitos

Garantia pública para crédito à habitação de jovens só chegará perto do final do ano

Rosa Soares

Após a regulamentação da medida, ainda por concluir, bancos admitem precisar de "aproximadamente 60 dias" para a sua concretização

O anúncio da criação de uma garantia a prestar pelo Estado junto das instituições de crédito com vista a viabilizar a concessão de crédito à habitação a jovens até 35 anos criou enorme expectativa, mas a sua disponibilização deverá levar, pelo menos, dois meses, a contar da data da sua regulamentação, que ainda não está concluída, apurou o PÚBLICO junto da Associação Portuguesa de Bancos (ABP). O calendário da medida, que inicialmente estava prevista para entrar em vigor no início de Agosto, e depois a 10 de Setembro, vai, assim, derrapar para o final do ano, ou mesmo início de 2025.

Em causa está a solução que visa colmatar a dificuldade que a maioria dos jovens até 35 anos tem em assegurar parte do valor de aquisição da casa, vulgarmente designada "entrada". Trata-se habitualmente de dispor de 10% a 15%, que os bancos, salvo em algumas excepções, estão impedidos de financiar. Esta exigência foi criada pelo Banco de Portugal, na medida macroprudencial para o crédito, que inclui ainda outros limites, nomeadamente quanto à taxa de esforço (relação entre o custo do crédito e o rendimento disponível das famílias, que não pode superar os 50% na grande maioria dos casos), ou à duração dos empréstimos, e que visam prevenir os riscos de incumprimento no crédito à habitação.

O anúncio da garantia pública para o crédito à habitação contratado por jovens tem gerado um aumento na procura de informações junto das empresas de mediação imobiliária, que em alguns casos incluem visitas a imóveis e mesma a manifestação de intenções de compra, mas que ficam "suspensas", correndo o risco de não se concretizarem pelo atraso e desconhecimento dos contornos da medida.

Da parte dos proprietários dos imóveis há situação de necessidade de rápida concretização da venda, nomeadamente para aproveitar a suspensão da comissão de resgate antecipado do crédito (de 0,5% sobre o montante total), medida em vigor até 31 de Dezembro, a menos que seja prorrogada.

Fechada a sua regulamentação, a implementação da medida da garantia pública vai requerer algum tempo: "Tendo em conta a experiência anterior de implementação de novas medidas, estando em causa alterações significativas, são necessários aproximadamente 60 dias para que as instituições possam adequar os seus sistemas", declarou a APB, em resposta a questões colocadas pelo PÚBLICO.

Já o Governo, mais concretamente o Ministério das Finanças, não se mostrou disponível para esclarecer quando poderá estar concluído o processo legislativo.

Prazo inicial já esgotado

O Decreto-Lei n.º44/2024, de 10 de Julho, que criou a medida, sem contudo avançar detalhes para a sua concretização, fixou um prazo de 60 dias para a sua regulamentação, entretanto já esgotado.

Ontem, o executivo liderado por Luís Montenegro apresentou um reforço da oferta pública de habitação, prometendo passar das 26 mil casas previstas no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência para 58.993 casas, a concretizar até 2030, mas sobre a garantia pública há apenas uma referência na apresentação disponibilizada pela tutela, no capítulo das "medidas em estado avançado": "Garantia pública aos jovens para viabilizar o financiamento bancário: promulgada a 26 de Junho pelo Presidente da República, concretização carece de regulamento pelas Finanças", refere o documento.

Aparentemente, as negociações entre o Governo, a APB e o Banco de Portugal (BdP) ainda decorrem, o que cria maior incerteza quanto ao calendário da medida.

Questionada pelo PÚBLICO sobre se, da parte da APB, as negociações com vista à execução da medida estavam concluídas, a entidade que representa os maiores bancos a operar no mercado respondeu que "está sempre disponível para ser ouvida pelos legisladores, enquanto estes entenderem necessário ou conveniente", acrescentando que "os processos legislativos só terminam com a publicação dos respectivos diplomas, pelo que, no caso em apreço, o processo não estará concluído".

Negociações entre Governo, APB e Banco de Portugal ainda decorrem, o que cria maior incerteza quanto ao calendário

Na semana passada, o jornal online *Eco* dava conta de que o Banco de Portugal teria enviado ao Ministério das Finanças, na recta final de Agosto, início de Setembro, "várias reservas e reparos" sobre a medida, o que atrasaria a regulamentação pelo menos em 15 dias, informação que nem o ministério liderado por Joaquim Miranda Sarmento nem o regulador bancário se mostraram disponíveis para confirmar.

Pressão sobre os preços

O anúncio da garantia pública, conjugada com outras medidas, como a isenção de imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis (IMT), de imposto de selo e de emolumentos devidos pelo registo de aquisição de uma casa, estão na base de um aumento na procura de informações e de imóveis junto das empresas de mediação imobiliária. Mas, como o PÚBLICO noticiou recentemente, também estão a ter alguns reflexos nos preços, tendo em conta que o mercado residencial nacional está pressionado pelo lado da procura, que é muito superior à oferta, garante o vice-presidente da Associação dos Mediadores do Imobiliário de Portugal (ASMIP). Francisco Bacelar nota, inclusive, um interesse recente dos jovens na aquisição de imóveis ainda em planta.

Carlos Ferreira, da DS – Intermediários de Crédito, confirma o acréscimo da procura, maioritariamente no sentido de perceber como vai funcionar a medida, admitindo, no entanto, que "se começa a verificar um ligeiro aumento de preços, quando anteriormente se caminhava para uma estabilização".

As recentes quedas das taxas Euribor, depois das fortes subidas em 2022 e 2023, também poderão contribuir para um aumento das aquisições, uma vez que os juros mais baixos permitem aceder a mais crédito.

A garantia pública poderá abranger jovens que ganhem até 5800 euros brutos por mês (8.º escalão de IRS) e comprem casa para habitação própria permanente pelo montante máximo de 450 mil euros.

RUI GAUDÊNCIO



Garantia pública e outras medidas anunciadas estão a impulsionar a procura junto das empresas de mediação imobiliária

Rua Júlio Dinis, n.º 270,
Bloco A, 3.º Piso
4050-318 Porto

Tel. **22 615 10 00**
lojaporto@publico.pt
De seg a sex das 09H às 18H

CLASSIFICADOS

EDITAL

ROCHA NEVES, Presidente do Conselho de Deontologia do Porto da Ordem dos Advogados Portugueses, em cumprimento do disposto nos artigos 174.º e 202.º do Estatuto da Ordem dos Advogados, aprovado pela Lei 145/2015, de 9 de setembro, com as alterações introduzidas pela lei 6/2024, de 19 de Janeiro;

Faz saber publicamente que, por Acórdão do Conselho de Deontologia do Porto de 23 de setembro de 2022, ratificada, nos termos do disposto no artigo 140.º/2 do Estatuto da Ordem dos Advogados, por Acórdão do Conselho Superior da Ordem dos Advogados de 5 de junho de 2023, foi aplicada ao **Sr. Dr. Luis Gonzaga Silva Bastos,** atualmente com a inscrição como Advogado suspensa e que, enquanto com a inscrição ativa, foi portador da cédula profissional n.º 3380L, com último domicílio profissional conhecido na Rua Prof. José Ruela Ramos, 10, em Pardilhó, Estarreja, **a pena disciplinar de Expulsão,** por violação dos deveres previstos nos artigos 70.º/1, 88.º, 97.º/1/2 e 101.º/1/2 do Estatuto da Ordem dos Advogados em vigor.

O cumprimento da presente pena teve o seu início a 2 de setembro 2024, findo o prazo previsto no artigo 173.º, n.º 1 do Estatuto da Ordem dos Advogados atualmente em vigor - conjugado com o artigo 6.º, n.º 3 do mesmo diploma legal e artigo 58.º do Código de Processo nos Tribunais Administrativos -, desde a data em que o aludido Acórdão do Conselho de Deontologia do Porto, formou caso resolvido na ordem jurídica interna da Ordem dos Advogados.

Porto, 6 de setembro de 2024

Rocha Neves
Presidente do Conselho de Deontologia do Porto

Margarida Santos
Chefe de Serviços



EDITAL

ROCHA NEVES, Presidente do Conselho de Deontologia do Porto da Ordem dos Advogados Portugueses, em cumprimento do disposto nos artigos 174.º e 202.º do Estatuto da Ordem dos Advogados, aprovado pela Lei 145/2015, de 9 de setembro, com as alterações introduzidas pela lei 6/2024, de 19 de Janeiro;

Faz saber publicamente que, por Acórdão do Conselho de Deontologia do Porto de 22 de Março de 2024, **foi aplicada ao Sr. Dr. Fernando Barbosa e Silva,** portador da cédula profissional n.º 2767P, com domicílio profissional no Largo Barão S. Martinho, 68, 1º, em Braga, **a pena disciplinar de suspensão pelo período de 6 (seis) meses,** por violação dos deveres previstos nos artigos 88.º e 91.º, al. e) do Estatuto da Ordem dos Advogados, por referência ao incumprimento dos artigos 37.º, n.º 2 al. a) e 39.º, n.º 1 do Regulamento de Inscrição de Advogados e Advogados Estagiários.

O cumprimento da presente pena teve o seu início a 2 de setembro de 2024, findo o prazo previsto no artigo 173.º, n.º 1 do Estatuto da Ordem dos Advogados atualmente em vigor - conjugado com o artigo 6.º, n.º 3 do mesmo diploma legal e artigo 58.º do Código de Processo nos Tribunais Administrativos -, desde a data em que o aludido Acórdão do Conselho de Deontologia do Porto, formou caso resolvido na ordem jurídica interna da Ordem dos Advogados.

Porto, 6 de setembro de 2024

Rocha Neves
Presidente do Conselho de Deontologia do Porto

Margarida Santos
Chefe de Serviços



VENDA ELETRÓNICA A SER REALIZADA NO SITE WWW.LEILOVALOR.COM
INÍCIO NO DIA 26/08/2024 PELAS 9:00H
FIM NO DIA 23/09/2024 PELAS 17:00H

VISITA SOB MARCAÇÃO
224 225 831
(chamada p/ rede fixa nacional)
geral@leilovalor.com

Rotunda 1º de Maio nº160, 3º Andar - Sala 7, 4440-519 Valongo
Tlf: 224 225 831 (chamadas p/ rede fixa nacional) | Email: geral@leilovalor.com
Leiloeira Autorizada nos termos do 5º do Decreto-Lei n.º 155/2015, de 10 de Agosto



Rua do farol novo nº2 | Murtinheira - Quiaios - Figueira da Foz

VENDA ELETRÓNICA A SER REALIZADA NO SITE WWW.LEILOVALOR.COM
INÍCIO NO DIA 16/09/2024 PELAS 9:00H
E FIM NO DIA 30/09/2024 PELAS 17:00H

VISITA SOB MARCAÇÃO
224 225 831
(chamada para rede fixa nacional)
geral@leilovalor.com

Rotunda 1º de Maio nº160, 3º Andar - Sala 7, 4440-519 Valongo
Tlf: 224 225 831 (chamada para rede fixa nacional) | Email: geral@leilovalor.com
Leiloeira Autorizada nos termos do 5º do Decreto-Lei n.º 155/2015, de 10 de Agosto





Fundada em 1988 pelo Professor Doutor Carlos Garcia, a Associação Portuguesa de Familiares e Amigos de Doentes de Alzheimer - Alzheimer Portugal é uma Instituição Particular de Solidariedade Social. É a única organização em Portugal, de âmbito nacional, constituída há mais de 30 anos especificamente constituída para promover a qualidade de vida das pessoas com demência e dos seus familiares e cuidadores. Tem cerca de dez mil associados em todo o país.

Oferece Informação sobre a doença, Formação para cuidadores formais e informais, Apoio domiciliário, Apoio Social e Psicológico e Consultas Médicas da Especialidade.

Como membro da Alzheimer Europe, a Alzheimer Portugal participa ativamente no movimento mundial e europeu sobre as demências, procurando reunir e divulgar os conhecimentos mais recentes sobre a Doença de Alzheimer, promovendo o seu estudo, a investigação das suas causas, efeitos, profilaxia e tratamentos.

Contactos

Sede: Av. de Ceuta Norte, Lote 15, Piso 3, Quinta do Loureiro, 1300-125 Lisboa
Tel.: 21 361 04 60/8 - E-mail: geral@alzheimerportugal.org
Centro de Dia Prof. Dr. Carlos Garcia: Av. de Ceuta Norte, Lote 1, Loja 1 e 2
Quinta do Loureiro, 1350-410 Lisboa - Tel.: 21 360 93 00
Lar, Centro de Dia e Apoio Domiciliário «Casa do Alecrim»: Rua Joaquim Miguel Serra Moura, n.º 256 - Alapraia, 2765-029 Estoril
Tel. 214 525 145 - E-mail: casadoalecrim@alzheimerportugal.org
Delegação Norte: Centro de Dia "Memória de Mim" - Rua do Farol Nascente, n.º 47A R/C, 4455-301 Lavra - Tel. 229 260 912 | 226 066 863 - E-mail: geral.norte@alzheimerportugal.org
Delegação Centro: Urb. Casal Galego - Rua Raul Testa Fortunato n.º 17, 3100-523 Pombal Tel. 236 219 469 - E-mail: geral.centro@alzheimerportugal.org
Delegação da Madeira: Avenida do Colégio Militar, Complexo Habitacional da Nazaré, Cave do Bloco 21 - Sala E, 9000-135 FUNCHAL
Tel. 291 772 021 - E-mail: geral.madeira@alzheimerportugal.org
Núcleo do Ribatejo: R. Dom Gonçalo da Silveira n.º 31-A, 2080-114 Almeirim
Tel. 24 300 00 87 - E-mail: geral.ribatejo@alzheimerportugal.org
Núcleo do Algarve da Alzheimer Portugal: Urbanização do Pimentão, lote 2, Cave, Gabinete 3, Três Bicos, 8500-776 Portimão - Telemóvel: 965 276 690 - E-mail: geral.algarve@alzheimerportugal.org



Condicionamento de Trânsito

Instalação de Sensores de Impacto na A20

A Infraestruturas de Portugal vai realizar trabalhos de instalação de Sensores de Impacto na **A20, entre o km 0+600 e o km 16+800**, no âmbito do projeto "Road Safety -Sensorização A20/A26/A44".

Os trabalhos decorrem com supressão de vias de tráfego em troços de 2 km, exclusivamente em período noturno, **22h00 - 06h00, com início a 16 de setembro e fim previsto a 27 de setembro**.

O condicionamento de tráfego estará devidamente sinalizado no local conforme as normas vigentes.

Agradecemos a compreensão para os eventuais transtornos que o condicionamento possa provocar, sendo este o necessário para garantir a boa execução dos trabalhos.

Número de Apoio ao Utente: 707 500 501



Condicionamento de Trânsito

A4 – Sublanço Túnel do Marão / Nó de Parada de Cunhos - Sentido Vila Real / Amarante

Reabilitação do pavimento

A Infraestruturas de Portugal informa que vai realizar trabalhos de reabilitação do pavimento da A4, **no troço compreendido entre o Túnel do Marão e Nó de Parada de Cunhos, sentido Vila Real / Amarante.**

Os trabalhos decorrem com supressão de vias de tráfego em troços de 2 km, **com início a 16 de setembro e por um periodo de 28 dias**.

Os trabalhos estarão devidamente sinalizados nos locais conforme as normas vigentes.

Agradecemos a compreensão para os eventuais transtornos que o condicionamento possa provocar, sendo este o necessário para garantir a boa execução dos trabalhos.

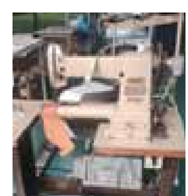
Número de Apoio ao Utente: 707 500 501

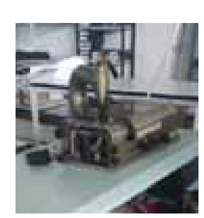
LEILÃO ELETRÓNICO

INSOLVÊNCIA DE **"ZAC, LDA."**

INÍCIO - 30.08.2024 - 00H00
FIM - 30.09.2024 - 15H00

MÁQUINAS DE INDÚSTRIA DE CALÇADO










VENDAS JUDICIAIS

LEILÃO ELETRÓNICO

Proc. nº2103/24.7T8OAZ - Insolvência de "ZAC, LDA"

FALE CONNOSCO - 244 836 316 / 910 546 477 - www.vamgo.pt



ASSEMBLEIA REGIONAL DO PORTO

CONVOCATÓRIA

Nos termos do nº1, do artº 48º e para os efeitos da alínea c) do artigo 47º, do Estatuto da Ordem dos Solicitadores e Agentes de Execução, **CONVOCO** os Senhores Associados a reunirem em **ASSEMBLEIA REGIONAL,** no próximo **dia 26 de Setembro** do corrente ano, **pelas 15H00,** nas instalações do Conselho Regional do Porto, sitas no Palácio da Justiça, Porto, com a seguinte ordem de trabalhos:

ORDEM DO DIA

Ponto único
. Discussão e votação do PLANO DE ACTIVIDADES e PROPOSTA DE ORÇAMENTO para o ano de 2025.

Não estando presentes à hora designada na presente convocatória metade dos membros que constituem a Assembleia, esta reúne 15 minutos depois no mesmo lugar, sendo válidas as deliberações tomadas com qualquer número de presenças.

Porto, 12,Setembro,2024

O Presidente da Mesa da Assembleia Regional,

Joaquim Baleiras

Público, 14/09/2024



FREGUESIA DE GANDRA

Dá-se conhecimento público que se encontra aberto um processo de recrutamento e seleção de um **Assistente Técnico**, em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado ao abrigo do Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (Lei n.º 35/2014), para a Freguesia de Gandra.

Para obter mais informações deve aceder às Informações sobre Concursos Públicos, no site da Junta de Freguesia de Gandra, ou através do seguinte endereço:

https://www.jf-gandra.pt/autarquia/concursos-publicos

Freguesia de Gandra, 14 de setembro de 2024





LEILÃO ELECTRÓNICO

FIM DO LEILÃO: 2 OUTUBRO, 4ª FEIRA ÀS 11H00

Insolvência de Maria Nazaré Bento Tavares
Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa Oeste - Juízo de Comércio de Sintra – Juiz 3
Processo nº 4954/22.8T8SNT

T3 (73m²) • 91.250€



Rua Padre Anchieta nº 16 , R/C ESQ.

AGUALVA • CACÉM SINTRA

VISITAS: 25 de setembro (das 14H30 às 16H30)

CATÁLOGO ONLINE
Subscreva a nossa newsletter em www.cparaiso.pt

Leiloeira Paraíso • Rua Andrade 2 R/C, DTO. • 1170-015 LISBOA
Tel. 218 122 384 • www.cparaiso.pt • inf@cparaiso.pt



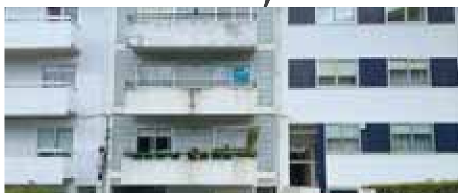


LEILÃO ELECTRÓNICO

FIM DO LEILÃO: 23 SETEMBRO, 2ª FEIRA ÀS 11H00

Insolvência de João Alcide de Oliveira Ferreira de Brito
Tribunal Judicial da Comarca do Porto - Juízo de Comércio de Vila Nova de Gaia – Juiz 5
Processo nº 6518/23.0T8VNG

METADE INDIVISA DE
T2 (93m²) C/ GARAGEM
75.000,00€



Praça Pedra Verde nº 208, 1º andar

ALDOAR • PORTO

CATÁLOGO ONLINE
Subscreva a nossa newsletter em www.cparaiso.pt

Leiloeira Paraíso • Rua Andrade 2 R/C, DTO. • 1170-015 LISBOA
Tel. 218 122 384 • www.cparaiso.pt • inf@cparaiso.pt





LEILÃO ELECTRÓNICO

FIM DO LEILÃO: 27 SETEMBRO, 6ª FEIRA ÀS 11H00

Insolvência de Hélder Miguel Godinho Pacheco
Tribunal Judicial da Comarca dos Açores - Juízo da Competência Genérica da Praia da Vitória
Processo nº 457/20.3T8VPV

TERRENO (497m²) **P/ CONSTRUÇÃO URBANA**
18.000,00€




Estrada Distrital, Outeiros
ANGRA DO HEROÍSMO
PRAIA DA VITÓRIA • AGUALVA

Georreferenciação • Latitude: 38º46´58.21"N • Longitude: 27º10´40.79"

CATÁLOGO ONLINE
Subscreva a nossa newsletter em www.cparaiso.pt

Leiloeira Paraíso • Rua Andrade 2 R/C, DTO. • 1170-015 LISBOA
Tel. 218 122 384 • www.cparaiso.pt • inf@cparaiso.pt





LEILÃO ELECTRÓNICO

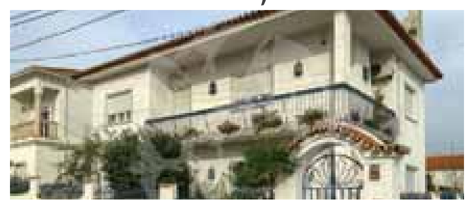
FIM DO LEILÃO: 4 DE OUTUBRO, 6ª FEIRA ÀS 11H00

Ins. de Joaquim Manuel Grilo Silva e Maria Rita Borrego Alves Santos Silva
Tribunal Judicial da Comarca de Santarém - Juízo de Comércio de Santarém – Juiz 3
Processo nº 2004/21.0T8STR

Direito ao usufruto (Início: 2009, vitalício)

MORADIA (R/C e 1º ANDAR)
(A.T. de 294m²; A.I. de 127,50m²;
A.C. de 216,60m² e A.B.P. de 178,20m²)

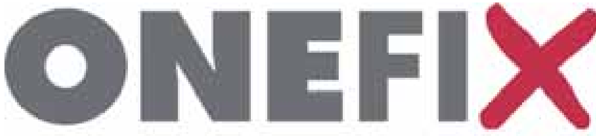
50.000,00€



Rua do Príncipe nº 10
CORUCHE

CATÁLOGO ONLINE
Subscreva a nossa newsletter em www.cparaiso.pt

Leiloeira Paraíso • Rua Andrade 2 R/C, DTO. • 1170-015 LISBOA
Tel. 218 122 384 • Tlm. 916 855 363 • www.cparaiso.pt • inf@cparaiso.pt



Leilões Eletrónicos

Loures — A Terminar
Termina a 17 de set. de 2024, a partir das 16h00
Escritório
(Rua da República)
78,00m² | 1 | 1
Rua da República nº 40, 3º Loures
5min A8
Centro de Loures
Desinvestimento
Processo nº DES20231120

Odivelas — A Terminar
Imóvel isento de IMT e Imposto de Selo.
Termina a 18 de set. de 2024, a partir das 15h10
Loja
80,00m² | 1 | 1
Rua Timor, lote 127, Olival Basto
3min A8
Centro de Olival Bastos
Insolvências de Fisiobasto - Oásis do Corpo, Lda.
Processo nº 4360/23.7T8VFX

Odivelas — A Terminar
Imóvel isento de IMT e Imposto de Selo.
Termina a 18 de set. de 2024, a partir das 15h15
Loja
164,00m² | 1 | 1
Largo José Afonso, nº 4H, Olival Basto
3min A8
Centro de Olival Bastos
Insolvências de Fisiobasto - Oásis do Corpo, Lda.
Processo nº 4360/23.7T8VFX

Odivelas — A Terminar
Termina a 18 de set. de 2024, a partir das 15h20
- Reabilitação Física e Estética -
Mobiliário e Equipamentos
Centro de Olival Bastos
Insolvência de Fisiobasto - Oásis do Corpo, Lda.
Processo nº 4360/23.7T8VFX

Seixal — A Terminar
Termina a 20 de set. de 2024, a partir das 15h05
Apartamento T2
83,60m² | 2 | 1
Rua Mov. Forças Armadas nº24, 3º B, Fogueteiro
4min A2
15min da Praia da Fonte da Telha
Insolvências de Alexandra Silva e Marco Silva
Processos nº 2371/23.1T8BRR e 2371/23.1T8BRR-D

Barreiro
Fração A | Fração B | Fração C | Fração D
Qta das Rebelas, nº 20
Termina a 24 de set. de 2024, a partir das 15h00
Imóvel isento de IMT e Imposto de Selo.
Armazém Industrial
(Composto por 4 frações autónomas)
2 | 3min A39 | Loteamento industrial
872,10m² | 5min do Centro do Barreiro | Proximidade a bens e serviços
Oportunidade de Negócio
Insolvências de Francisgood, Lda. e Francisco, Lda.
Processos nº 288/22.6T8FND e 831/23.3T8BRR

Abrantes
Termina a 25 de set. de 2024, a partir das 15h00
Moradia T3
c/ anexo, arrumos e logradouro
258,02m² | 1.102,66m² | 3 | 3 | 1
Rua Principal, nº17, Foz, Bemposta
5min N243
15min de Bemposta
Insolvência de Rui Carlos Duarte Santos
Processo nº 337/22.8T8PSR

Anadia
Termina a 27 de set. de 2024, a partir das 15h00
Loja
182,00m² | 2
Largo Dr. Costa Almeida, Fase A
4min N1
Centro Anadia
Insolvência: Maria Alvim e Execução: António Alvim
Processos nº 8851/21.6T8LSB e 1/15.4T8AGD

Anadia
Termina a 27 de set. de 2024, a partir das 15h05
½ Prédio
(3 Pisos)
439,85m²
Rua Dr. António Costa e Almeida 5
4min N1
Centro Anadia
Insolvência M. Antonieta Sotto-Mayor Rego Alvim
Processo nº 8851/21.6T8LSB

Colares
Rua Dr. Fernando Andrea, Rodízio
Termina a 02 de out. de 2024, a partir das 15h00
Moradia T6
Imóvel Premium
20min A16
3min da Praia das Maçãs
15min do Centro de Sintra | 30min de Lisboa
785,00m² | 6 | 2
2.240,00m² | 7 | 3
- c/ piscina interior e logradouro -
Insolvência de Eugénio Ferro e M. Conceição Ferro
Processo nº 21089/15.2T8SNT

Stª M. da Feira
Termina a 03 de out. de 2024, a partir das 15h00
Moradia T2
c/ logradouro
335,20m² | 2 | 2
Travessa Bairro do Sol, nº15, Pigeiros
4min A32
10min Centro de Sta. Maria da Feira
Insolvência de Manuel Santos e Aurélia Paiva
Processo nº 489/22.7T8OAZ

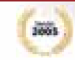
Madeira
Imóvel isento de IMT e Imposto de Selo.
Termina a 04 de out. de 2024, a partir das 15h30
7x Lotes terreno + 2x rústicos
1.550,00m² e 887,00m²
Avenida dos Pescadores Paulenses, Paúl do Mar
10min ER101
15min da Praia do Paúl do Mar
Insolvência de Ribeira Verde, S.A.
Processo nº 6026/21.3T8FNC

Termina dia 16 de set. de 2024, às 16h00
Grande Leilão
Máquinas e Veículos
+ 100 Leilões | Imóveis | Direitos | Máquinas | Visitas Virtuais | Veículos
BONS NEGÓCIOS
em qualquer lugar

Veículo	Ano	Km	Combustível	Cilindrada	Lugares
Porsche Cayenne	2015	129.640	Gasóleo	2.967	5
Renault Master III 2.3 dCi L3 3.5T CD	2018	293.769	Gasóleo	2.299	7
Mitsubishi L200 2.5 DI-D Club Invite 3L 4WD	2009	285.172	Gasóleo	2.477	3
Mercedes-Benz Vito 114 CDI	2019	280.136	Gasóleo	2.143	3
Peugeot Partner 1.5 BlueHDI Premium Longa	2020	244.874	Gasóleo	1.499	3
Renault Midlum	2006	190.230	Gasóleo	4.116	2
Weinsberg 2.3 M-Jet CH2 Carabus 600K (x2)	2021	105.532	Gasóleo	2.287	4
Renault Kangoo Express 1.5 DCI Maxi Confort	2012	446.354	Gasóleo	1.461	5
Volkswagen Crafter GP35 2.0TDI 136 (x4)	2015	299.44	Gasóleo	1.968	3
Iveco Daily III 35S 9 V	2000	106.835	Gasóleo	2.800	2
Renault Master III Plancher-Ca.FaseII 2.3DCI 3.5T SS	2019	124.814	Gasóleo	2.299	2
Amstrong Siddeley 16 Hurricane Drophead Coupé	1946	759	Gasolina	1.990	3

WWW.ONEFIX-LEILOEIROS.PT

-Registo gratuito.
-Registo obrigatório para participação no Leilão Eletrónico.
-Dias e horários de visitas disponíveis nas respectivas brochuras de venda.
-Não dispensa a consulta das Condições Gerais de Venda (Disponíveis no site e na brochura).

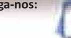





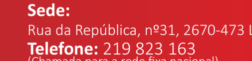






Siga-nos:





Sede: Rua da República, nº31, 2670-473 Loures
Telefone: 219 823 163 (Chamada para a rede fixa nacional)


Centro Logístico: Av. de Portugal 4, Armazém nº4, 2665-357 Póvoa da Galega


Informações para: comercial@onefix-leiloeiros.pt



LCPREMIUM

TODAY, TOMORROW, IT´S TIME FOR BUSINESS

VENDAS OUTUBRO 2024

LCPREMIUM.PT

LEILÃO ELETRÓNICO









LOTE N.1 - IMÓVEL - VALOR BASE: 421.090,00 € | VALOR MÍNIMO: 357.926,50 € / LOTE N.2 - ESTABELECIMENTO COMERCIAL, BENS MÓVEIS E MATERIAL CIRCULANTE - VALOR MÍNIMO: 35.343,00 €


Importado Renault 17GKA4 | Ano: 2007


Krone SDR 27 | Ano: 2008


Volvo 24A3C | Ano: 2014


Renault Magnum | Ano: 2009



Renault HD001 | Ano: 2017


Importado Lamberet | Ano: 2008

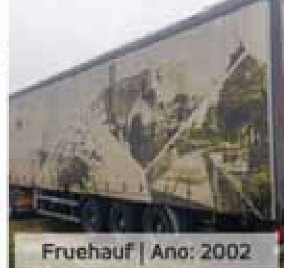
SABUGAL

Edifício de dois pisos destinado a Armazém e Logradouro
Tratores de Mercadorias | Semi-Reboques | Máq. de Lavagem | Porta Paletes
Acessórios para Manutenção de Veículos | Paletes de Madeira

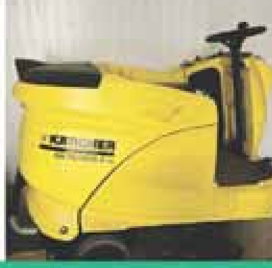
- Souto, Soito - Muecha, Rua do Pinhal
- **GPS:** 40.367628, -6.976243
- **Visitas:** P/Marcação via email
- **Nota:** No estabelecimento comercial estão afetos 2 trabalhadores

Termina a 07 Outubro 2024 entre as 15h50 e as 16h

Alfredo Calado: 916 692 320
(Chamada para a rede móvel nacional)


Fruehauf | Ano: 2002


Lecitrailer | Ano: 2016

Insolvência: Trans Speed, Transportes Nacionais e Internacionais, Lda. | Proc. N.1594/23.8T8GRD
Administrador de Insolvência: Manuel Reinaldo Mâncio da Costa

LEILÃO ELETRÓNICO



VALOR MÍNIMO: 7.225,00 €

Software
(Solução MTI Smart Room marcas e identidade /imagem)

Termina a 10 Outubro 2024 às 16h

Pedro Lemos: 966 683 481
(Chamada para a rede móvel nacional)

Insolvência: Managing The Intelligence, S.A.
Proc. N. 820/23.8T8OLH

LEILÃO ELETRÓNICO


VALOR MÍNIMO: 2.610,05 €


VALOR MÍNIMO: 20.557,98 €

QUOTA "Trans Fresh Unipessoal, Lda."
VALOR MÍNIMO: 1.535,31 €

QUOTA "Silvalus Ibérica, Lda."
VALOR MÍNIMO: 783,01 €




2 QUOTAS
VALOR MÍNIMO: 9.211,88 €

2 QUOTAS
VALOR MÍNIMO: 9.211,88 €

FIGUEIRA DA FOZ

Usufruto sobre Terreno Rústico

- Maiorca - Cerrado dos Cucos
- **GPS:** 40.163000, -8.773000

Área Total: 3.340,00 m2

R/C Destinado a Comércio

- Alhadas - Fonte do Ramilo
- **GPS:** 40.170547, -8.780629

Área Total: 157,00 m2 | Área Coberta: 107,00 m2

Termina a 11 Outubro 2024 entre as 15h10 e as 16h

Alfredo Calado: 916 692 320 (Chamada para a rede móvel nacional) | **Visitas:** P/Marcação via email

Insolvência: Sérgio Gabriel Fernandes Gil e Vânia Maria Santos de Freitas
Proc. N. 60/22.3T8FCR

REGULAMENTO, CONDIÇÕES E CATÁLOGO DA VENDA DISPONÍVEIS EM LCPREMIUM.PT






COVILHÃ
Transversal do Sítio do Espertim,
Ap. 98 Centro Cívico 6200-815 Covilhã

LISBOA
Rua Padre Américo, 19 B - 1 dto.
1600-548 Telheiras

APOIO AO CLIENTE:

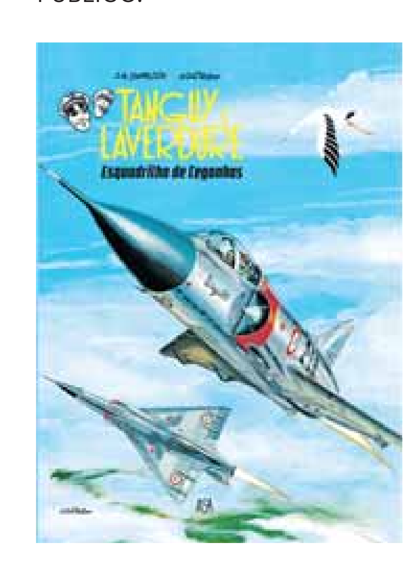


lcpremium.pt e:info@lcpremium.pt

©DARGAUD 2024

Agenda

Quarta-feira, 18
Colecção *Tanguy e Laverdure* Volume 4: *Esquadrilha de Cegonhas*
Esta nova colecção do PÚBLICO, em parceria com a ASA, remete-nos para uma série icónica de banda desenhada franco-belga, sendo um verdadeiro tesouro. Acompanhe Michel Tanguy e Ernest Laverdure nas suas emocionantes aventuras pelos céus, repletas de acção. Desde os treinos exigentes até às missões de elite, cada álbum oferece uma experiência única e inesquecível. Redescubra este clássico que cativou gerações e mergulhe nas novas histórias inéditas que continuam a tradição. Todas as quartas-feiras, com o seu PÚBLICO.



Tanguy e pai unem esforços para impedir desvio de um avião Mirage III

Banda desenhada

Colecção *Tanguy e Laverdure*
Volume 4: *Esquadrilha de Cegonhas*
Jean-Michel Charlier e Albert Uderzo
Quarta-feira, 18 de Setembro
Por + 11,90€



Depois de mais uma missão de patrulha, Tanguy e Laverdure são convocados pelo comandante da base. Ficam a saber que vão abandonar a base de Creil para serem integrados na 2.ª Esquadrilha da Base Aérea de Dijon. A notícia não podia deixá-los mais satisfeitos, pois vão poder finalmente voar num avião de última geração, o Mirage III C. Segue-se uma despedida tumultuosa, que rapidamente é esquecida com a instalação no novo local de trabalho. Os dois amigos dão início aos voos a grande altitude (não sem alguns sustos pelo meio), no seio da famosa Esquadrilha das Cegonhas, sob o comando do capitão Castagne. A esquadrilha é dotada de equipamentos muito sofisticados e altamente eficazes, o que suscita o interesse de potenciais compradores internacionais, como é o caso da Austrália. Este país envia mesmo dois especialistas para avaliarem todo o potencial do Mirage III e Tanguy e Laverdure são nomeados seus instrutores. Mas há outro país interessado que, infelizmente, age de forma menos transparente…

De forma necessariamente resumida, é este o tema da quarta aventura da colecção *Tanguy e Laverdure*, desenvolvida no âmbito da parceria de BD entre o PÚBLICO e as Edições ASA. Com textos de Jean-Michel Charlier e desenhos de Albert Uderzo, o álbum *Esquadrilha de Cegonhas* será distribuído com o jornal na próxima quarta-feira.

Depois do Lockheed T-33 e do Super Mystère B2, Tanguy e Laverdure vão ter o privilégio de tripular o último grito da tecnologia militar francesa – o Mirage III. Os ingredientes temáticos escolhidos por Jean-Michel Charlier nos episódios anteriores voltam a ser utilizados com a mesma eficácia e tensão narrativa. Isso significa que não há ruptura com as histórias precedentes ao nível do argumento; no entanto, a história consegue "voar" a grande altura, para prazer e fruição dos inúmeros apreciadores desta série. Uma apreciação crítica publicada no *site* francês Sceneario.com considera mesmo que se está perante "uma epopeia aeronáutica gerida com mãos de mestre e recheada de boas intenções". Lembra a seguir o que pode ser encontrado na leitura desta aventura: humor (a grande "especialidade" de Laverdure, impagável nas situações cómicas…), *suspense*, intriga consistente com um toque de espionagem, enquadramento aeronáutico bem informado, diálogos densos e superiormente elaborados e, o que não é de menor importância, uma modernidade bem ao espírito da época.

Apesar de tudo, há dados novos a reter. Um deles é a aparição na série, pela primeira vez, do pai de Tanguy, também ele um piloto aviador. A dinâmica criada por essa relação parental confere à história um acréscimo de emoção, sendo simultaneamente um factor de interesse suplementar que perdura até ao desenlace final. Outra curiosidade prende-se com a breve (mas bem visível) participação de Buck Danny, num jogo cruzado entre as duas séries que têm como denominador comum Jean-Michel Charlier, o talentoso argumentista de ambas.

Graças ao desenho de Albert Uderzo, *Tanguy e Laverdure* afirma-se progressivamente no panorama das séries de aventuras do universo franco-belga. Totalmente à vontade no registo realista, o criador de *Astérix* confirma o seu talento para pôr em imagens as trepidantes aventuras da dupla de pilotos aviadores franceses. O traço é elegante, bem proporcionado e assente num trabalho escrupuloso de documentação, atingindo o seu máximo expoente nas sequências mais emocionantes e espectaculares – movimentações e combates aéreos, afinal, o que põe à prova todos os recursos técnicos e humanos da dupla de heróis.

A conjugação de esforços de Charlier e Uderzo traduz-se em mais uma movimentada aventura que contribui para a afirmação da série como uma das mais populares do portefólio da revista *Pilote*, onde fizeram a sua aparição original. **Carlos Pessoa**





O que é um ecólogo? É praticamente um médico dos ecossistemas



No Dia da Ecologia, falamos com seis ecólogos especializados em diversas áreas para perceber em que consiste esta ciência e como se relaciona com a sobrevivência da nossa espécie

Filipa Almeida Mendes

Ecologia: a palavra não será estranha, mas saberemos realmente o que significa? O que faz um ecólogo? No Dia da Ecologia, iniciativa da Sociedade Portuguesa de Ecologia (Speco) com o apoio da Comissão Nacional da UNESCO, o PÚBLICO falou com seis ecólogos para tentar dar resposta a estas perguntas.

Maria Amélia Martins-Loução, bióloga e presidente da Speco, começa por explicar que a ecologia, de acordo com a definição proposta, em 1866, pelo zoólogo alemão Ernst Haeckel, estuda as inter-relações entre organismos e o meio envolvente. A ecologia, diz, é uma ciência transversal que reúne cientistas com diferentes conhecimentos para, em conjunto, encontrar soluções para os problemas actuais.

Geralmente, refere Maria Amélia Martins-Loução, as pessoas acham que “os ecólogos só se interessam pela plantinha ou pelo bichinho”. Mas a estes profissionais não interessa única e exclusivamente a fauna e a flora. “Nunca descartamos o Homem nem o seu papel enquanto outro organismo dentro do ecossistema.”

E, aqui, importa salientar, segundo a presidente da Speco, que “um ecólogo pode ser, em determinadas alturas, um ecologista”, mas um ecologista não é necessariamente um ecólogo. Porquê? Porque um ecólogo tem um “conhecimento holístico” que poderá faltar aos ecologistas.

Como análises ao sangue

O trabalho de Cristina Branquinho, professora de Ecologia da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa (FCUL) e investigadora do Centro de Ecologia, Evolução e Alterações Ambientais (cE3c), é semelhante ao de um médico, embora o paciente seja diferente. “Tento perceber como é que está a saúde dos ecossistemas e avaliar como é que as actividades humanas interferem com a sua estrutura e funcionamento. Para isso, tento encontrar indicadores ecológicos para analisar – é como se fizéssemos análises ao sangue.”

Depois, os cientistas avaliam essas métricas em contextos onde há actividade humana – como minas, indústrias ou na agricultura – ou até interferências naturais.

O passo seguinte é criar limiares ou pontos críticos a partir dos quais algo se “torna insustentável para o ecossistema”, de forma a informar políticas públicas. Cristina Branquinho dá um exemplo: “Isto aconteceu ao nível do amoníaco, que é um gás emitido pelas indústrias e pela pecuária e que interfere imenso com a biodiversidade de plantas. Com a nossa informação, apoiamos a definição de limiares críticos a partir dos quais é considerado que o ecossistema está a ser afectado e isso foi depois colocado numa directiva da União Europeia”.

Em última instância, quando o ecossistema já ficou de alguma forma danificado, o papel dos ecólogos é perceber como o recuperar e restaurar da forma menos interventiva possível. “Em pedreiras, por exemplo, é impossível que o ecossistema rapidamente regenere e temos de intervir. Mas em determinadas situações é possível apenas eliminar a perturbação – quando há pastoreio em demasiada, podemos perceber qual é o limite e o tipo de gado a tirar para permitir a regeneração de um montado de sobreiros”, exemplifica.

O campo, neste caso, é mar

Jorge Gonçalves é formado em biologia marinha, tendo-se focado nas ciências pesqueiras. “Tentei sempre perceber qual era o impacto das pescas no ecossistema e como é que poderia ser mitigado”, explica o investigador do Centro de Ciências do Mar do Algarve (Ccmar), que faz parte da equipa que partiu no início deste mês numa missão para estudar a vida marinha no banco de Gorringe, uma cordilheira submarina.

Ao longo da sua carreira, Jorge Gonçalves enveredou também pelo mapeamento de habitats marinhos para determinar “hotspots” de biodiversidade. Mas é a “criação, implementação e monitorização das áreas marinhas protegidas, de forma a torná-las um instrumento de gestão do território e de protecção da biodiversidade e tornar a pesca uma actividade de sustentável”, que tem ocupado o investigador nos últimos tempos. “O meu foco é tornar as áreas marinhas protegidas mais eficientes.”

O investigador do Ccmar nota que “com as alterações climáticas, com os fenómenos extremos a que estamos a assistir e com a globalização, as pessoas já começam a ter mais consciência de que vivemos realmente num planeta que começa a ficar apertado para tantos humanos e continuamos em crescimento exponencial”. Mas, lamenta, “mesmo assim, ainda não temos a consciência de que os nossos actos e a nossa forma de viver enquanto sociedade têm um impacto total no ecossistema global – a Terra – que pode pôr em risco a nossa própria existência.”

Os rios e a saúde humana

Maria João Feio é investigadora no Centro de Ciências do Mar e do Ambiente (Mare) e professora na Universidade de Coimbra. Trabalha com a ecologia de águas doces – que é como quem diz, dos rios e ribeiros.



“Tenho-me dedicado a aspectos como a avaliação da saúde dos ecossistemas ribeirinhos e o desenvolvimento de indicadores ecológicos que nos permitam perceber como está o ecossistema – não só a água, mas também os organismos”, explica.

O seu trabalho implica “ir para o campo, identificar as espécies, calcular índices e fazer análise de dados”.

Neste momento, a área de investigação de Maria João Feio está centrada na importância dos ecossistemas ribeirinhos para a saúde humana, nomeadamente através do projecto europeu que coordena, o OneAquaHealth.

A investigadora do Mare investiga, por exemplo, que doenças podem surgir a partir de um ecossistema ribeirinho degradado. “São as mais variadas: desde aquelas que têm que ver com o consumo de água contaminada ou poluída com plásticos à presença de vectores de doenças que podem transmitir essas doenças às pessoas, como os mosquitos”, diz.

Outros aspectos estão relacionados com “os serviços dos ecossistemas ribeirinhos” – que vão “desde a purificação do ar pela vegetação ribeirinha à filtragem e purificação da água pela absorção da água poluída pelas raízes das plantas ou até à contribuição para um clima melhor com a mitigação dos efeitos das alterações climáticas”, explica Maria João Feio.



“Preso” numa ilha

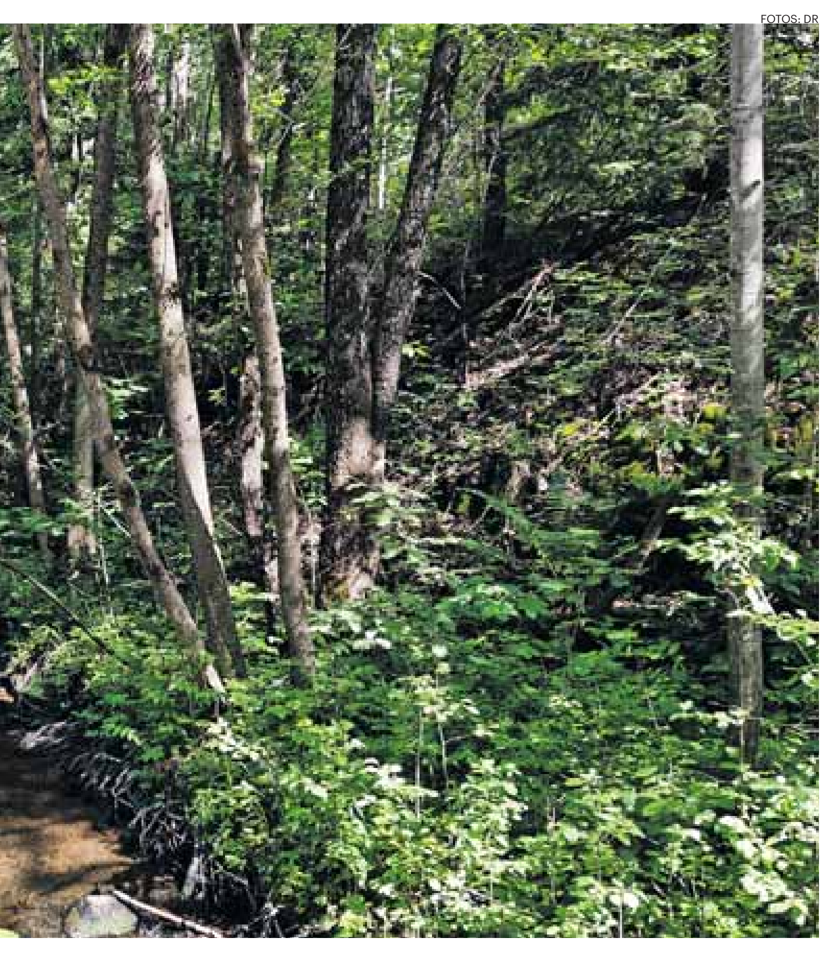
Rúben Heleno, investigador do Centro de Ecologia Funcional (CFE, na sigla em inglês) da Universidade de Coimbra e professor de Ecologia, via-





Os investigadores Rúben Heleno, do Centro de Ecologia Funcional da Universidade de Coimbra; Cristina Branquinho, do Centro de Ecologia, Evolução e Alterações Ambientais; Sílvia Castro, do Centro de Ecologia Funcional da Universidade de Coimbra; Teresa Dias, do Centro de Ecologia, Evolução e Alterações Ambientais; Maria João Feio, do Centro de Ciências do Mar e do Ambiente; e Jorge Gonçalves, do Centro de Ciências do Mar do Algarve (da esquerda para a direita)

FOTOS: DR





À esquerda, uma ribeira urbana em Oslo (Noruega), onde a investigadora Maria João Feio esteve a realizar trabalho de campo; em cima, uma felosa-musical (*Phylloscopus trochilus*) a polinizar uma malva arborícola (*Lavatera arborea*) nas ilhas Baleares

ja frequentemente e faz bastante trabalho de campo, o que implica, muitas vezes, enfiar-se isolado "numa missão numa ilha desabitada ou numa floresta a estudar" –- o seu trabalho é feito normalmente em ilhas como as Galápagos, os Açores, as Canárias, as Baleares, as Seicheles ou as Berlengas (entre outros sítios).

Existem ecólogos, salienta Rúben Heleno, que estudam "a fisiologia das plantas, outros que estudam as populações de aves ou insectos" e a sua especialidade "é um pouco a antítese de todas as outras especialidades": tentar perceber como é que funciona tudo junto.

No tempo de Darwin e de "todos os pais da ecologia", nota o investigador, "isto parecia um mundo onde não se podia entrar – era mágico e complexo de mais". Agora, vivemos numa "época privilegiada", em que temos ao nosso dispor "ferramentas matemáticas, computadores e bases de dados mundiais que nos permitem ver padrões e perceber como é que tudo funciona".

Rúben Heleno desafia-nos a pensar no funcionamento de uma floresta como se fosse o motor de um carro: "Temos um pinhal, mas, se tirarmos os pinheiros e pusermos eucaliptos, o motor pode continuar a funcionar, mas vai fazer um barulho diferente e não vai arrancar tão bem."

Embora as ilhas sejam uma grande parte do seu trabalho, o investigador do CFE destaca um projecto que surgiu em 2017 no seguimento dos incêndios que assolaram o país. Juntamente com os seus colegas, Rúben Heleno decidiu estudar o papel dos animais selvagens – como os texugos, os javalis, as raposas e os pássaros – na replantação de árvores afectadas pelos incêndios. "Chegámos à conclusão de que só em Portugal, se não tivéssemos esses animais selvagens que comem frutos e dispersam sementes para zonas ardidas, teríamos de pagar 23 milhões de euros [para alguém fazer o serviço que esses animais fazem]."

Serve este exemplo para lembrar que "a floresta precisa de todas as peças para funcionar". A má notícia é que as populações de muitas dessas espécies estão a diminuir. Na Europa, diz o ecólogo, mais de um terço dos animais polinizadores e replantadores estão em risco de extinção.

Os namorados das plantas

Sílvia Castro, também investigadora do CFE e professora na Universidade de Coimbra, sempre teve interesse em trabalhar com plantas e flores, em particular. "Tinha curiosidade sobre porque é que existiam flores tão bonitas, como é que funcionavam, para que existiam."

Ao longo da sua carreira, a investigadora foi aprofundando "a biologia reprodutiva das plantas" e a interacção destas com os animais polinizadores e dispersores. "Dado que as plantas estão enraizadas num determinado local e, por isso, não podem procurar um namorado, dependem de vectores externos, ou seja, de organismos no seu meio ambiente – os polinizadores – para transportar os seus grãos de pólen."

Além disso, Sílvia Castro também quis perceber "porque é que as folhas existem nas suas múltiplas morfologias, cores, odores e tamanhos em resposta a esta interacção com os polinizadores".

A investigadora explorou ainda "um fenómeno mais complexo", que está relacionado com a capacidade que as plantas têm de espontaneamente duplicar o seu genoma". "Nos animais, sempre que existe uma alteração ao tamanho ou ao número dos cromossomas essa alteração é letal. Mas esta mutação global do genoma nas plantas não é letal e pode criar uma potencial espécie nova a que chamamos poliplóide."

Em Coimbra, o seu grupo de investigação dedica-se a estudar a ecologia e a evolução das plantas, encarando sempre a polinização como um serviço. "As plantas ameaçadas necessitam de polinizadores e sem esse serviço não são capazes de formar sementes e frutos e podem extinguir-se, mas também há uma perspectiva relacionada com os serviços de ecossistemas que são cruciais para o sector produtivo da agricultura."

A maioria dos alimentos que consumimos hoje depende de polinizadores. "Só temos maçãs, pêssegos e tomates graças ao trabalho dos polinizadores. Então, temos de perceber de que forma é que um sistema produtivo – como um pomar ou uma horta – pode ser o mais sustentável possível, mantendo as comunidades de polinizadores", explica.

O objectivo final é ter "um papel mais activo na gestão do território, na tomada de decisão e no apoio às políticas públicas", tendo Sílvia Castro feito parte da criação da rede Polli.NET, que tem contribuído para a criação de um plano de acção para a conservação dos polinizadores.

A cientista lamenta que haja "uma falta de noção da biodiversidade que existe". "Sempre que eu falo em abelhas, as pessoas automaticamente têm uma imagem na cabeça, mas não têm noção de que só em Portugal temos mais de 700 espécies de abelhas. E isso é, às vezes, resultado da falta de contacto com a natureza."

A degradação do solo

Teresa Dias, investigadora do cE3c e professora da FCUL, decidiu estudar as alterações do solo, nomeadamente a disponibilidade de nutrientes e como é que isso está relacionado com as interacções entre as espécies.

Segundo a professora da FCUL, "mais de três mil milhões de pessoas estão a ser afectadas pela degradação do solo". Algo que já aconteceu no passado: "Os sumérios e mesmo os antigos gregos e o império romano colapsaram devido a problemas de degradação do solo."

Teresa Dias frisa que estas "eram civilizações que tinham condições adequadas – solos férteis – e, à medida que a população foi aumentando, houve a necessidade de produzir mais alimento". "Se essa agricultura for feita de forma pouco sustentável, ao longo do tempo, o solo vai perdendo qualidades e funções e, no limite, deixa de produzir alimento e de ter aquelas funções de que nós dependemos", conclui a investigadora.

E se, há dois ou três mil anos, este era um problema local, com a globalização este passa a ser "um problema que afecta todos". Em última instância, esta pode ser mesmo uma questão de sobrevivência, alerta Teresa Dias. "Embora não gostemos de sujar as mãos, para cuidarmos da vida e do nosso bem-estar temos de cuidar dos nossos solos."

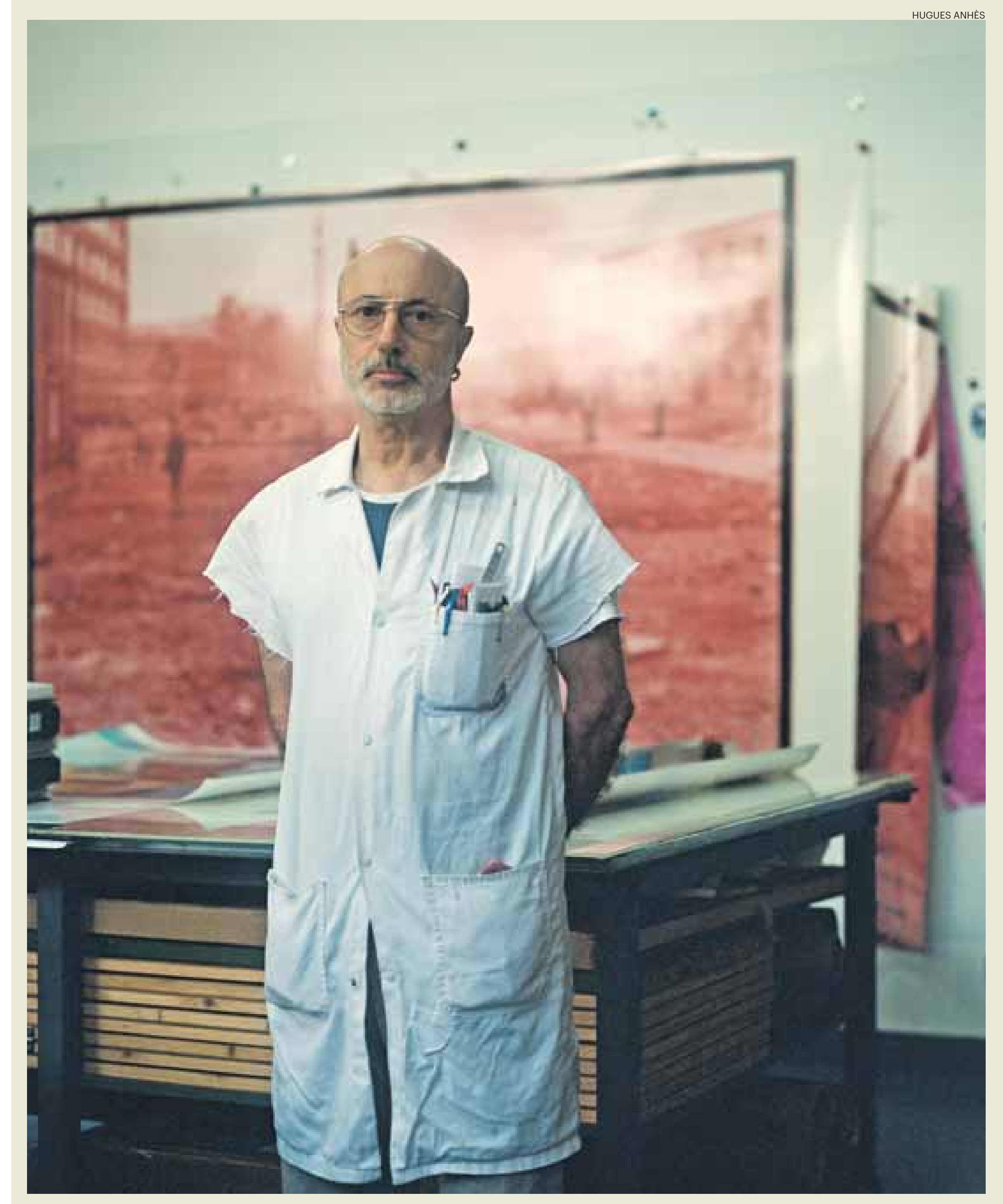






Cultura Exposição no Fórum Cultural das Neves

HUGUES ANHÈS



Diamantino Quintas

O *tireur photographique* que trouxe a fotografia mundial a Viana

Ao longo de 40 anos, o português imprimiu no seu laboratório, em Paris, obras de grandes nomes da fotografia mundial. Expõe, em Vila de Punhe, ampliações de Varda e de Caron

Ana Marques Maia

Em Vila de Punhe, Viana do Castelo, o impressor fotográfico Diamantino Quintas cumpre um sonho antigo: o de ver na aldeia onde nasceu expostas as fotografias dos artistas que, ao longo de mais de uma década, teve o prazer de ampliar no seu laboratório de fotografia analógica, sediado em Paris. Foi no Diamantino Labo Photo, que fundou em 2009 e que se tornou uma referência mundial para quem ainda trabalha a fotografia analógica, que contactou com a cineasta e fotógrafa Agnès Varda, com os fotógrafos James Barnor, Richard Bellia, Denis Dailleux, Chloé Jafé ou Yan Morvan, entre outros, e onde pôde também trabalhar sobre os negativos do lendário fotojornalista Gilles Caron (1939-1970). O PÚBLICO conversou com o *tireur photographique* para compreender como a fotografia mundial chegou, pela sua mão, até à vila minhota.

No final da década de 1970, quando ainda não imaginava que o seu destino viesse a estar tão intimamente ligado à fotografia, o então jovem Diamantino Quintas disparou uma câmara fotográfica sobre o rio Neiva. Essa imagem acabaria, 40 anos depois, por tornar-se o mote para a exposição *Filhos do Neiva*, que reúne, até dia 30 de Dezembro, nos dois pisos do Fórum Cultural das Neves, as obras de mais de 30 fotógrafos, entre os quais, das portuguesas Silvy Crespo ou Juliana Maar. A fotografia de sua autoria, que intitulou *Rio Neiva* e que assume lugar de destaque na exposição, foi oferecida ao fórum pelo "filho da terra" aquando da inauguração daquele equipamento, em Outubro de 2023, altura em que surgiu a ideia de lá organizar uma exposição de fotografias do núcleo de amigos que cresceu em Vila de Punhe com Diamantino, os fotógrafos Carlos Novo (Lilo), Domingos Jacques e Jaime Pereira. Sem abandonar o conceito que esteve na génese da exposição, o plano transfigurou-se e rapidamente se materializou no formato que agora assume, uma espécie de retrospectiva dos 40 anos de carreira do impressor fotográfico.

"Eu não parecia destinado a praticar esta profissão", conta Diamantino Quintas ao PÚBLICO, em videoconferência, a partir do seu laboratório em Montrouge, no sul da capital francesa. "Mas há uma lógica e coerência no destino. Este caminho não me surpreende." Diamantino não sabia, ao certo, quando emigrou para Paris, em 1982, o que queria fazer da sua vida. "Sabia apenas o que não queria fazer", refere. Tinha completado o sétimo ano em Administração, Contabilidade e Gestão e depois de cumprir o serviço militar obrigatório na Força Aérea, nos Açores, emigrou para França. "Tinha conhecido uma rapariga de família portuguesa que vivia em França e que vinha todos os anos a Portugal. Tinha de tomar uma decisão: ou ela vinha viver para Portugal ou iria eu para França. Dos Açores, fiz escala em Punhe e segui para Paris", recorda.

Em França, "foi difícil", conta Diamantino. "Fui admitido num banco português em Paris, mas no primeiro dia de trabalho não apareci. Fiquei na cama." A ideia de trabalhar num banco oprimia-o. "Demorei muitos anos a contar esta história à minha família", lembra. "Naquela altura, no início dos anos 80, não se recusava um emprego destes." Em Paris, Diamantino sentiu dificuldade em adaptar-se. "Faltavam os amigos, a família." Regressou a Portugal, mas cedo se fartou e regressou. "Acabei por habituar-me à vida em Paris. Apesar do sofrimento, comecei a integrar-me e a trabalhar." Fê-lo numa cadeia de *fast food*. "Consegui abandonar esse emprego com direito a uma indemnização e foi com esse dinheiro que fiz um estágio num laboratório fotográfico." Foi tudo um acaso, comenta. "Mas a câmara obscura foi uma revelação." Uma revelação, no sentido figurado e prático do termo, que marcou o início de 41 anos de carreira que agora cumpre como impressor fotográfico.

Ao longo de mais de duas décadas, Diamantino Quintas trabalhou em vários laboratórios fotográficos, nunca por conta própria. A sua prática foi sofrendo as alterações impostas pelas várias revoluções culturais e tecnológicas associadas à imagem e à fotografia. Nos anos 90, os laboratórios deixam de servir apenas fotógrafos profissionais e amadores e começam a trabalhar sobretudo para publicidade, imprimindo anúncios. "A certa altura, os laboratórios transformaram-se em autênticas fábricas, com 100 a 200 pessoas a trabalhar 24 horas por dia para satisfazer a publicidade, a sinalética, etc. Quem lá trabalhava passou de artesão a mero operador. Não podíamos usar a nossa sensibilidade, podíamos fazer apenas um trabalho tecnicamente correcto, com cores lindas. Não me agradava." O laboratório deixou de interessar a Diamantino. "Não me sentia realizado. Foi então que comecei a pensar em abandonar a área. Cheguei mesmo a inscrever-me num concurso público para me tornar guarda-florestal. Tinha 42 anos." O bom salário manteve-o "agarrado" ao laboratório. "Aguentei."

Já no século XXI, uma nova revolução, desta feita a da fotografia digital, quase foi a gota de água. Em poucos anos, o trabalho de Diamantino passou a desenrolar-se diante de um ecrã. "Nunca gostei de estar frente a um computador. Gosto de trabalhar manualmente, sempre foi o meu universo. Fico como uma criança quando estou numa oficina, adoro o trabalho artesanal." A sua insatisfação levou-o a reflectir sobre "uma boa oportunidade" que surgia, um "sonho que tinha há muitos anos": o de criar o seu

próprio laboratório dedicado exclusivamente ao trabalho artístico, junto da comunidade de fotógrafos que, contra a corrente, se mantinha fiel ao analógico. "Todos se tinham convertido ao digital, havia uma janela de oportunidade. E sonhava trabalhar apenas em contacto com os artistas, poder exprimir-me enquanto pessoa e enquanto técnico", conta. "Não queria ser apenas um operador, queria exprimir e praticar a minha sensibilidade." Nasce, em 2009, o Diamantino Labo Photo.

"Fiz porque não sabia que era impossível"

No que consiste, na prática, o trabalho de Diamantino Quintas? No interior do laboratório fotográfico, o *tireur photographique*, um impressor fotográfico, é aquele que "dá à luz" uma fotografia a partir de um negativo fotográfico. É aquele que, usando um ampliador, transfere para o papel de gelatina de prata a imagem que está gravada no negativo fotográfico. É quem define o tipo de superfície de impressão que melhor serve o fotograma, quem toma decisão relativamente ao contraste, ao nível de exposição ou detalhe de cada área da imagem. Fá-lo, claro, em conjunto com o fotógrafo, que tem, por norma, preferências relativamente ao aspecto final do trabalho, mas muito é deixado à sensibilidade do *tireur*. O rigor norteia o processo, a paixão infunde de expressividade a imagem final. Diamantino sabe que atingiu a perfeição quando se emociona diante dela.

Numa visita virtual, Diamantino guia o PÚBLICO através das várias divisões que compõem os 350 metros quadrados do seu *atelier*. O impressor fotográfico passeia-se, de bata branca e brinco na orelha, entre as cabines de revelação e as salas de ampliação, as divisões onde secam as fotografias de vários formatos, pelas salas de arquivo onde estão guardados mais de 120 mil negativos que lhe foram confiados por artistas e instituições tão relevantes como a Mediateca do Património e da Fotografia, organismo que integra o Ministério da Cultura francês, ou a Fundação Gilles Caron, responsável, em conjunto com a família, pela gestão do acervo do fotojornalista.

Sobre uma mesa de estudo, Diamantino mostra um conjunto de imagens de teste, onde estão anotadas, a vermelho ou azul, as áreas do fotograma que, no processo de ampliação, deseja expor ou subexpor. Vêem-se provas de contacto, resultados dos testes de exposição. O *tireur* não esconde o seu entusiasmo ao percorrer o espaço que mais parece um parque de diversões para amantes da fotografia. É quase possível sentir, mesmo do outro lado do ecrã da videochamada, o cheiro a revelador, entre as tinas, pipetas, medidores, termómetros e tanques. Diamantino regressa ao escritório, a entrevista continua. "Há cinco anos, mudei de instalações", conta. "O prédio onde estava antes foi vendido e tive de construir um novo laboratório. Foi um projecto imenso, um grande investimento financeiro que assumi sozinho, com muito desejo e muita inconsciência. Fi-lo porque não sabia que era impossível."

Quando fundou o Diamantino Labo Photo, hoje um dos maiores de França, o *tireur-filtreur* tinha como clientes "jovens fotógrafos" que vinham "apenas tomar um chá", falar de fotografia. "Passávamos as tardes a discutir, sem trabalhar. Parecia mais um salão de chá do que um laboratório", diz, esboçando um sorriso. "Queria que este fosse um espaço de discussão, de partilha de ideias. Gosto de receber pessoas e não há melhor profissão para isso do que esta." Lentamente, "graças ao palavra-passa-palavra", dentro e fora de redes sociais, a sua carteira de clientes foi aumentando – e com esse crescimento foram-se multiplicando os desafios e as oportunidades.

Na base do seu trabalho, está sempre um "clique" entre si e o fotógrafo, refere Diamantino. "Tem de haver um encontro de personalidades, empatia. No princípio aceitei alguns clientes por necessidade, mas, quando não eram pessoas respeitosas ou simpáticas, era muito duro, doloroso. Pouco a pouco, à medida que passavam os anos, consegui ser mais criterioso. Hoje, mesmo através de uma conversa telefónica, percebo logo se vamos ou não conseguir trabalhar juntos." No interior do laboratório, a comunicação é chave, justifica. "Temos de poder comunicar livremente para podermos chegar ao melhor resultado. O que mais me importa nas relações é o respeito e a generosidade. A partir daí tudo é possível."

Foi nessa base de entendimento que pôde trabalhar com Agnès Varda (1928-2019), que conheceu quando era apenas um funcionário de um laboratório. "Agnès Varda era de uma grande exigência, não havia espaço para grandes aventuras [criativas]", recorda. Mais tarde, já no seu estúdio, tornaram a trabalhar juntos. "O meu antigo *atelier* estava perto do local onde ela vivia e trabalhava. Por vezes, Varda enviava-me uma mensagem às 2 da manhã, e muito cedo, no mesmo dia, já estava à porta do laboratório", recorda. "Era uma pessoa impressionante, com uma autoridade natural, que trabalhava com muito rigor, muita paixão. Mesmo no fim dos anos de vida dela tinha mais energia do que os jovens que me assistiam no estúdio. Eles ficavam esgotados." Foi Diamantino quem, já após a morte de Varda, imprimiu as fotografias que foram expostas no Museu de Serralves, no Porto, em 2022-23. "Aprendi muito, muito com ela. Ela era uma grande técnica de laboratório, uma vez que, durante muitos anos, era ela quem trabalhava os próprios negativos, fazia as suas provas de contacto, montagens. Ela gostava muito de mim e eu sentia-me muito à vontade com ela."

Diamantino Quintas, que celebrou o seu 64.º aniversário a 9 de Setembro, forma jovens no seu laboratório desde a sua fundação, algo que considera importante para que o conhecimento inerente à sua profissão, ainda tão rara, não se extinga. A viver em Paris há mais de 40 anos, nunca perdeu de vista o lugar de onde veio. Transporta a sua aldeia no coração e tenciona, no futuro, levar mais fotografia e fotógrafos a Viana. "Vila Nova de Punhe é terra de canteiros", refere. "O meu pai era canteiro, um bom canteiro, que trabalhava muito para escultores. Eu não trabalho a pedra, ele nunca me ensinou; mas trabalho a luz. Eu sou um canteiro de luz."





O meu pai era um bom canteiro, que trabalhava muito para escultores. Eu não trabalho a pedra, ele nunca me ensinou; mas trabalho a luz

DIAMANTINO QUINTAS



Retrato de Diamantino Quintas, no seu laboratório, em Paris (à esq.).

***Autoportrait Bellini*, de Agnès Varda (Musée Bellini, Veneza, 1962), é uma das fotografias presentes na exposição *Filhos do Neiva*. Tal como *Rio Neiva*, fotografia que Diamantino Quintas tirou em 1979**

Guia

crianças

blogues.publico.pt/letrapequena/

Que Fish És Tu?
Até A 13 de Outubro, o Oceanário de Lisboa mergulha na campanha *Que Fish És Tu?*, convidando jovens até aos 25 anos a desfrutar do espaço por 10€ (exclusivo para bilheteira *online*). À espera dos visitantes estão espécies como a manta ou o tubarão-touro, as exposições *Florestas Submersas* e *One — O Mar como nunca o Sentiu*, espelhos mágicos e, até, uma "máquina de garras" para amealhar prémios.



Haverá pássaros de novo em Waissy?



Alguém amaldiçoou o chão da aldeia. Nada floresce e os pássaros nunca mais regressaram

Rita Pimenta

Durante muitas gerações, os pássaros respondiam ao som do batuque da família de Bashshar e aproximavam-se da aldeia. Mas há muitos anos que a mistura de aves e flores desapareceu da paisagem de Waissy, onde o guardador de pássaros era celebrado como o mensageiro das boas novas.

A inveja e o ciúme de Rawdah, "uma mulher de grande formosura a quem pareciam desabrochar flores do corpo inteiro", levaram-na a "arrancar as flores que cresciam em liberdade e plantá-las dentro dos muros do seu quintal". A partir daí, e por mais que as pessoas tentassem, nenhuma outra flor voltou a florir em Waissy. O chão estava amaldiçoado.

É agora tempo de Bashshar desafiar os espíritos e tentar colorir de novo a aldeia com pássaros, flores e alegria. Para todos, mas em especial para as crianças.

Bashshar, o Guardador de Pássaros é um livro luso-moçambicano que assinala os 20 de anos de edições de Lurdes Breda. A autora nasceu em 1970, em Montemor-o-Velho, e já assinou individualmente 24 obras, sendo co-autora de outras 11, editadas em Portugal, Brasil e Moçambique. O seu livro para a infância com maior sucesso é *O Alfabeto Trapalhão*, e esteve no Pavilhão de Portugal, na Feira do Livro Infantil de Bolonha, em Itália, quando foi país convidado (2012).

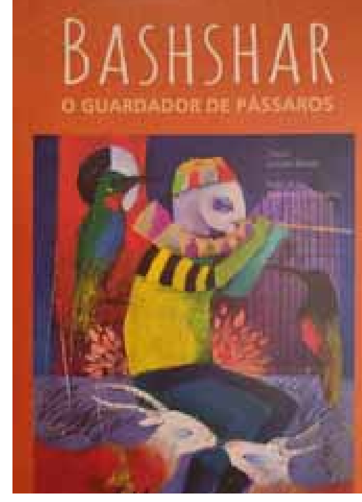
Bashshar será apresentado no próximo dia 21, às 15h30, por João Coutinho e António Lains Galamba, no Moinho do Papel, em Leiria, integrado nas Jornadas Europeias do Património – Rotas, Redes e Conexões 2024, que decorrem de 20 a 22 de Setembro. As leituras serão de Regina Correia, com acompanhamento musical de Heloísa Monteiro.



Fundamentação de Lurdes Breda para apresentar o projecto: "São as minhas palavras em harmonia com a pintura do Roberto Chichorro, numa expedição a outras crenças e a outras tradições, com respeito pela diversidade cultural e a homenagem afectiva a um povo que descobri na minha breve passagem por Moçambique."

O pintor Roberto Chichorro nasceu em 1941, em Lourenço Marques (actual Maputo), e logo na infância descobriu o gosto pelo desenho. A sua primeira exposição individual data de 1967, mas só em 1980 se dedica profissionalmente à pintura.

Bashshar, o Guardador de Pássaros
Texto: Lurdes Breda
Ilustração: Roberto Chichorro
Coordenação editorial e revisão: Teresa Noronha
Revisão científica para bantu: Gervásio Absolone Chambo
Revisão pedagógica: Jorge Martins
Edição: Escola Portuguesa de Moçambique — Centro de Ensino e Língua Portuguesa
48 págs., 15€



Depois de trabalhar em cerâmica e zincogravura no Taller Azul, com Oscar Manezzi, em Madrid, volta a Moçambique, mas fica apenas um ano. Vem de novo para Lisboa como bolseiro da Cooperação Portuguesa. A amizade com o serígrafo e pintor António Inverno foi decisiva para que não regressasse a Moçambique.



Ao PÚBLICO, perto de fazer 83 anos, diz, por *email*, sobre si próprio e sobre este livro: "Não sei realmente como começar esta minha viagem acontecida enquanto menino. Sei que talvez tenha ficado assim o hábito do sonho. Portanto, este não foi mais do que criar imagens que fizessem e justificassem o que a Lurdes Breda tão bem foi capaz de dizer. Do encanto dos sonhos que fizeram acreditar num mundo de ser bom."

Para concluir: "O resto são umas quantas folhas de papel com lápis e algumas cores. E tentar com ela, Lurdes Breda, sonhar, sonhar, sonhar." Pelo sonho é que vamos.

FIM-DE-SEMANA EM FAMÍLIA

TEATRO

Dois Ratos
LISBOA Lu.Ca — Teatro Luís de Camões. Sábado, às 16h30; domingo (e dia 21), às 11h30 e 16h30 (em cena até 24/9). M/6. 3€ a 7€
Os ilustradores Joana Estrela e Nicolau dão vida, em tempo real, à história de um rato do campo que "deixa a sua horta e apanha o comboio para visitar a prima lá longe, onde as buzinas soam mais alto do que os grilos", descreve a sinopse.

Sursum Corda
AVEIRO Teatro Aveirense Amanhã, às 16h. 3€
Árvores, pedras e água são materiais naturais que habitam as criações multidisciplinares de Fernando Mota, cuja essência do trabalho passa por "repensar a relação humana com a natureza". Aqui, parte da ecologia para procurar "um outro tipo de consciência e relação com o planeta".

DANÇA/MÚSICA

A Grande Viagem do Pequeno Mi
VILA REAL Teatro de Vila Real Hoje, às 11h e 15h. M/6. 3€
O que é preciso para pôr a imaginação a trabalhar? e *Como é que se começa uma dança?* são as questões a explorar no espectáculo de música e dança, criado por Madalena Victorino e interpretado por Ana Raquel e Beatriz Marques Dias.

MÚSICA

Concertos Promenade: Um Americano em Paris
PORTO Coliseu Porto Ageas Amanhã, às 11h. 12€ a 14€
Renova-se o ciclo de concertos para a família que convida a descobrir obras emblemáticas e as suas curiosidades em ambiente descontraído. Esta primeira sessão da nova temporada sintoniza-se no poema sinfónico composto por George Gershwin, que transporta para os instrumentos as impressões recolhidas por um turista na cidade-luz. A interpretação é da Orquestra Sinfónica Ensemble. Cesário Costa trata da direcção musical.

Cinema

Porto

Batalha Centro de Cinema
Praça da Batalha 47.
Max, Meu Amor 21h15
Casa das Artes do Porto
R. Ruben A, 210. T. 226006153
Best of Curtas 18h
Cinema Trindade
R. Dr. Ricardo Jorge. T. 223162425
Lágrimas e Suspiros 14h30; **O Sétimo Selo** M12. 16h15; **Dulcineia** 14h30; **Ubu** 18h; **Geração Low-cost** M14. 19h30; **Motel Destino** M14. 19h30; **Beetlejuice Beetlejuice** M12. 21h30; **A Pedra Sonha dar Flor** 16h; **Reality** 18h, 21h45
Cinemas Nos Alameda Shop e Spot
R. dos Campeões Europeus 28 198. T. 16996
Ubu 19h, 21h; **Gru - O Maldisposto 4** M6. 10h50, 13h30, 16h (VP); **Divertida-Mente 2** M6. 10h40 (VP); **Deadpool & Wolverine** M12. 21h30; **Oh Lá Lá!** M12. 18h50, 21h10; **Isto Acaba Aqui** M12. 14h30, 17h40, 20h50; **Balas e Bolinhos - Só Mais Uma Coisa** 18h40, 21h40 ; **Um Sinal Secreto** M14. 13h45, 16h10; **Beetlejuice Beetlejuice** M12. 13h40, 16h20, 19h10, 21h50 ; **A Pedra Sonha dar Flor** 13h50, 16h30; **Não Fales do Mal** 13h20, 15h50, 18h30, 21h20 ; **Transformers: O Início** 13h10, 15h40, 18h20 (VP)
Medeia Teatro Municipal Campo Alegre
R. das Estrelas. T. 226063000
Fanny e Alexandre M12. 17h; **Depois do Ensaio** M12. 15h30; **O Sétimo Selo** M12. 21h30

Castelo Branco

Cinebox
C.C. Alegro Castelo Branco. T. 760789789
Divertida-Mente 2 16h40 (VP); **Isto Acaba Aqui** 19h; **Um Gato Com Sorte** 14h (VP); **Beetlejuice Beetlejuice** 14h, 16h30, 21h40; **Zona de Risco** 19h10; **Não Fales do Mal** 14h, 16h30, 21h40; **Jogo de Assassinos** 19h, 21h35

Coimbra

Casa do Cinema de Coimbra
Av. Sá da Bandeira 33. T. 239851070
Ubu 14h30; **Beetlejuice Beetlejuice** M12. 16h30; **A Pedra Sonha dar Flor** 21h30; **Não Fales do Mal** 18h40
Teatro Académico de Gil Vicente
Av. Sá da Bandeira. T. 239855630
Divertida-Mente 2 M6. 11h30 (VP)

Gondomar

Cinemas Nos Parque Nascente
Praceta Parque Nascente, nº 35. T. 16996
Gru - O Maldisposto 4 12h30, 15h20, 17h50 (VP); **Divertida-Mente 2** 13h20, 16h (VP) 21h20 (VO); **Podia Ter Esperado por Agosto** 20h20; **Deadpool & Wolverine** M12. 14h, 17h10, 20h50, 23h40; **Isto Acaba Aqui** 15h, 18h10, 21h, 23h50; **Alien: Romulus** M16. 20h40, 23h30; **Balas e Bolinhos - Só Mais Uma Coisa** 13h10, 15h10, 16h20, 18h, 19h20, 21h10, 22h20, 24h; **Um Sinal Secreto** 19h10, 21h50, 00h25; **Hellboy e o Homem Torto** 00h30; **Um Gato Com Sorte** M6. 14h40, 17h (VP); **Beetlejuice Beetlejuice** 12h40, 15h40, 18h40, 21h30, 00h15; **Zona de Risco** 19h, 22h10; **100% Lobo** 14h10, 16h30 (VP); **Não Fales do Mal** 13h30, 16h10, 18h50, 21h40, 00h20; **Reality** 23h10; **Transformers: O Início** 14h30, 17h30 (VP); **Jogo de Assassinos** 13h, 15h30, 17h40, 19h50, 22h

Maia

Castello Lopes - Mira Maia Shopping
Estrada Real nº 95. T. 229419241
Gru - O Maldisposto 4 16h50 (VP); **Divertida-Mente 2** 11h05, 14h35, 19h05

Estreias

100% Lobo
De Alexs Stadermann. Com Loren Gray (Voz), Adriane Daff (Voz), Akmal Saleh (Voz), Alexs Stadermann (Voz). GB/EUA/Austrália/BEL/RUS. 2020. 96m. Animação, Aventura.
A família de Freddy Lupin é de lobisomens. Seria de esperar, quando chegasse aos 14 anos, que a sua transformação corresse como a dos seus familiares. O problema? Transforma-se, afinal, num caniche.

A Pedra Sonha dar Flor
De Rodrigo Areias. Com Paulina Almeida, Carlos André, Rodolfo Areias, Pedro Bernardino, Miguel Borges. POR. 2024. m. Drama.
Rodrigo Areias, que tem vindo a construir uma obra regular à volta de Guimarães, a sua terra natal, atira-se a Raul Brandão (1867-1930), adaptando "A Morte do Palhaço", misturado com outras obras do escritor que viveu e trabalhou também em Guimarães.

Jogo de Assassinos
De Phillip Noyce. Com Pierce Brosnan, Morena Baccarin, James Caan, Gbenga Akinnagbe. EUA. 2023. 90m. Thriller, Acção.
Um assassino que trabalha para um chefe da máfia decide vingar-se quando um rival mata o seu patrão.

Justiça Artificial
De Simón Casal. Com Alberto Ammann, Monti Castiñeiras, Melania Cruz, Marco D'Almeida. ESP. 2024. m. Ficção Científica.
O Governo espanhol decide, para despolitizar o sistema de justiça, substituir todos os juízes por um programa de inteligência artificial.

Não Fales do Mal
De James Watkins. Com James McAvoy, Mackenzie Davis, Scoot McNairy, Aisling Franciosi, Alix West Lefler. EUA. 2024. 110m. Drama, Terror.
"Remake" do filme homónimo dinamarquês de 2022, uma história de terror psicológico com "thriller" e sátira social em que um casal vai passar, a convite de outro, um fim-de-semana numa casa idílica de campo, o que depressa se torna um pesadelo.

Reality
De Tina Satter. Com Sydney Sweeney, Josh Hamilton, Marchánt Davis, Benny Elledge. EUA. 2023. 83m. Drama, Documentário.
O interrogamento da delatora Reality Winner, que passou documentos sobre interferência russa nas eleições americanas de 2016, é dramatizado neste filme de Tina Satter.

Ubu
De Paulo Abreu. Com Miguel Loureiro, Isabel Abreu, Dinarte Branco, Sérgio Silva, Vicente Gil, Laura Frederico, Álvaro Correia. POR. 2023. 77m. Ficção.
Ubu é convencido pela esposa a matar o Rei Venceslau da Polónia e assim usurpar o seu trono. Adaptação de "Ubu Roi", a peça do francês Alfred Jarry de 1896.


Ubu

As estrelas

	Jorge Mourinha	Luís M. Oliveira	Vasco Câmara
Alien — Romulus	★★☆☆☆	—	★★☆☆☆
Beetlejuice, Beetlejuice	★★★☆☆	★★★★☆	★★★☆☆
Breves Encontros	★★★★☆	★★★★☆	★★★★☆
Bruno Reidal — Confissões...	★★★☆☆	★★★☆☆	★★★☆☆
Daddio, uma Noite em Nova Iorque	—	★☆☆☆☆	—
Dulcineia	—	★☆☆☆☆	—
O Longo Adeus	★★★★★	★★★★★	★★★★★
O Monge e a Espingarda	★★☆☆☆	★★☆☆☆	—
Não Fales do Mal	—	★☆☆☆☆	—
Na Terra de Santos e Pecadores	—	★★★☆☆	★★★☆☆
A Pedra Sonha Dar Flor	★☆☆☆☆	★☆☆☆☆	★☆☆☆☆
Ubu	★★☆☆☆	★★☆☆☆	—
Verdade ou Consequência?	★★★★☆	★★★★☆	★★★☆☆
24 Frames	★★★☆☆	★★★★☆	★★★☆☆

● Mau ★☆☆☆☆ Medíocre ★★☆☆☆ Razoável ★★★☆☆ Bom ★★★★☆ Muito Bom ★★★★★ Excelente

(VP); **Isto Acaba Aqui** M12. 21h20; **Balas e Bolinhos - Só Mais Uma Coisa** 14h40, 19h10, 21h35; **Um Gato Com Sorte** 11h10 (VP); **Beetlejuice Beetlejuice** 14h45, 17h, 19h15, 21h30; **100% Lobo** 11h, 17h05 (VP); **Não Fales do Mal** 14h35, 16h55, 19h15, 21h35; **Transformers: O Início** 12h45, 14h55, 17h05 (VP)

Matosinhos

Cinemas Nos MarShopping
Av. Dr. Óscar Lopes. T. 16996
Gru - O Maldisposto 4 11h, 13h30, 16h (VP); **Divertida-Mente 2** 10h30, 18h30 (VP); **Deadpool & Wolverine** M12. 18h50, 22h; **Isto Acaba Aqui** M12. 12h10, 15h, 18h, 21h20, 00h20; **Balas e Bolinhos - Só Mais Uma Coisa** 12h20, 15h20, 18h20, 21h, 23h50; **Um Sinal Secreto** M14. 17h40, 20h40, 23h20; **Beetlejuice Beetlejuice** M12. 13h20, 16h10, 18h40, 21h40, 00h15; **100% Lobo** 12h30, 15h10 (VP); **Não Fales do Mal** 12h50, 15h40, 19h, 21h30, 00h10; **Daddio** 21h50; **Transformers: O Início** 13h, 15h50 (VP); **Ruído Mortal** 00h25; **Beetlejuice Beetlejuice** M12. 12h40, 15h30, 18h10, 20h50, 23h30 (IMAX)
Cinemas Nos NorteShopping
C.C. Norteshopping, Lj 1117. T. 16996
Gru - O Maldisposto 4 M6. 11h10, 12h50, 15h20 (VP); **Divertida-Mente 2** M6. 11h10, 14h30, 17h, 19h30 (VP); **Deadpool & Wolverine** M12. 12h10, 18h10, 21h10; **Isto Acaba Aqui** M12. 12h30, 15h30, 18h30, 21h30, 00h25; **Alien: Romulus** M16. 18h50, 21h50, 00h30; **Balas e Bolinhos - Só Mais Uma Coisa** 13h25, 16h10, 18h50, 21h50, 00h30; **Um Sinal Secreto** M14. 19h50; **Hellboy e o Homem Torto** 00h35; **Um Gato Com Sorte** M6. 11h20, 14h05, 16h30 (VP); **Zona de Risco** M14. 22h10; **100% Lobo** 11h, 13h30, 15h50 (VP); **Não Fales do Mal** 13h40, 16h20, 19h, 21h40, 00h20; **Daddio** 22h; **Transformers: O Início** 10h30, 13h, 15h40; **A Origem do Mal** 00h10; **Alien: Romulus** 17h50, 20h30, 23h10 (SCREENX); **Beetlejuice Beetlejuice** 13h20, 16h, 18h40, 21h20, 24h (NOS XVISION)

Penafiel

Cinemax - Penafiel
Ed. Parque do Sameiro. T. 255214900
Divertida-Mente 2 15h, 19h30 (VP); **Deadpool & Wolverine** 17h; **Isto Acaba Aqui** M12. 14h30, 19h20; **Balas e Bolinhos - Só Mais Uma Coisa** 14h40, 21h30, 24h; **Gracie e Pedro - Dupla Improvável** 19h30; **Um Gato Com Sorte** 17h10; **Beetlejuice Beetlejuice** 21h50; **Não Fales do Mal** 17h20, 21h40, 24h; **A Origem do Mal** 24h

Vila Nova de Gaia

Cinemas Nos GaiaShopping
Centro ComercialGaiashoping, Lj 2.25. T. 16996
Gru - O Maldisposto 4 M6. 10h50, 13h (VP); **Divertida-Mente 2** M6. 11h, 13h40, 16h, 18h, 20h30, 22h50 (VP); **Deadpool & Wolverine** 15h20, 18h10, 21h, 00h10; **Isto Acaba Aqui** M12. 14h20, 17h30, 20h40, 23h30; **Alien: Romulus** M16. 18h20, 21h10, 23h50; **Balas e Bolinhos - Só Mais Uma Coisa** 13h30, 16h10, 19h, 21h50, 00h30; **Beetlejuice Beetlejuice** M12. 12h50, 15h50, 21h40, 00h20; **100% Lobo** 10h40, 13h20, 15h40 (VP); **Não Fales do Mal** 13h50, 16h20, 18h50, 21h30, 24h; **Transformers: O Início** 14h, 16h30 (VP); **A Origem do Mal** 23h40; **Jogo de Assassinos** 18h40, 21h20; **Beetlejuice Beetlejuice** M12. 13h10, 15h30, 17h50, 20h50, 23h10 (4DX)
UCI Arrábida 20
Arrábida Shopping. T. 223778800
Dulcineia 19h10; **Como Por Magia** 13h55, 18h50; **Ubu** 16h25, 21h10; **Gru - O Maldisposto 4** M6. 13h50, 16h10, 18h30 (VP); **Divertida-Mente 2** M6. 13h40, 16h20, 18h40, 21h10 (VP); **Deadpool & Wolverine** M12. 13h20, 16h05, 18h50, 21h40, 23h45; **Oh Lá Lá!** M12. 13h55, 16h35, 18h55, 21h45; **Isto Acaba Aqui** M12. 13h15, 16h, 18h40, 21h25, 24h; **O Corvo** M16. 18h55, 21h35; **Alien: Romulus** 19h05, 21h50; **Balas e Bolinhos - Só Mais Uma Coisa** 13h45, 16h20, 19h10, 22h, 23h55; **Cão e Gato** 14h25, 16h35 (VP); **Um Sinal Secreto** 21h55; **Campeões 2** 18h20, 21h15; **Longing** 15h50, 21h25; **Um Gato Com Sorte** 14h15, 16h55 (VP); **Beetlejuice Beetlejuice** 13h40, 16h10, 18h55, 21h30, 00h10; **Zona de Risco** 13h35, 16h15, 18h40, 21h20; **Pequenas Grandes Vitórias** 13h30, 18h25; **100% Lobo** 13h35, 15h55 (VP); **A Pedra Sonha dar Flor** 13h25, 16h30, 18h45, 21h15; **Não Fales do Mal** 14h05, 16h40, 19h15, 21h50, 00h15; **Reality** 14h, 16h15, 19h, 21h20, 23h40; **Daddio** 14h10, 16h45, 19h15, 21h40; **Transformers: O Início** 14h10, 16h35 (VP); **Jogo de Assassinos** 13h30, 16h30, 18h35, 21h30, 00h05; **Ardaas Sarbat De Bhalle Di** 21h; **Usher: Rendezvous in Paris** 19h

Guia

Lazer

CIRCO

Cupula Circus Village Festival
VILA NOVA DE GAIA Arcozelo. De 13/9 a 15/9. Entrada livre
Arcozelo volta a erguer a bandeira de "primeira vila de circo contemporâneo em Portugal". Para a distinção contribui este festival, organizado pelo INAC – Instituto Nacional de Artes do Circo em parceria com a junta de freguesia, que durante três dias desfia a sexta edição por meio de espectáculos de circo, música, exposições, debates e *workshops*. Em tenda ou nos palcos alternativos que se espalham pela vila, a ideia é mostrar as várias vertentes da arte circense, fomentando o contacto directo com artistas e técnicas.
O programa completo pode ser consultado em www.festivalcupula.com.

MÚSICA

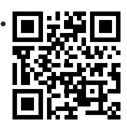
Xutos & Pontapés
PORTO Queimódromo. Dia 14/9, às 19h45. 20€
Os 45 anos de *Vida Malvada* dos Xutos dão o mote à digressão que andou pelo país e que aqui encerra portas. A data não é um acaso: o concerto acontece no dia seguinte ao aniversário do saudoso guitarrista Zé Pedro, que este ano completaria 68 anos. A primeira parte está por conta das bandas Conjunto!Evite e Meu General.

TEATRO

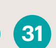
Suécia
VISEU Teatro Viriato. Dias 13/9 e 14/9. Sexta, às 21h; sábado, às 17h. M/12. 5€ a 10€
A convite do Teatro Nacional São João, Pedro Mexia assina um texto sobre (a ideia de) um país escandinavo que o fascina. Vai ao Verão de 1976 cruzar um contexto de viragem política com relações familiares contaminadas pelas ideologias, dando conta de um lugar "onde se discute sobre a ideia de futuro, o fim das ilusões, as boas intenções" e "onde as linhas de fronteira entre o público e o privado, o político e o íntimo se tornam indistintas", assinala a folha de sala. A encenação está entregue a Nuno Cardoso. António Fonseca, Joana Carvalho, Jorge Mota, Lisa Reis, Patrícia Queirós, Paulo Freixinho e Pedro Frias dão vida às personagens.

Jogos

Jogue também online. Palavras-cruzadas, bridge e sudoku em publico.pt/jogos



Euromilhões 10 15 17 31 42 4 12

1.º Prémio 29.000.000€ **M1lhão** FNX 21306

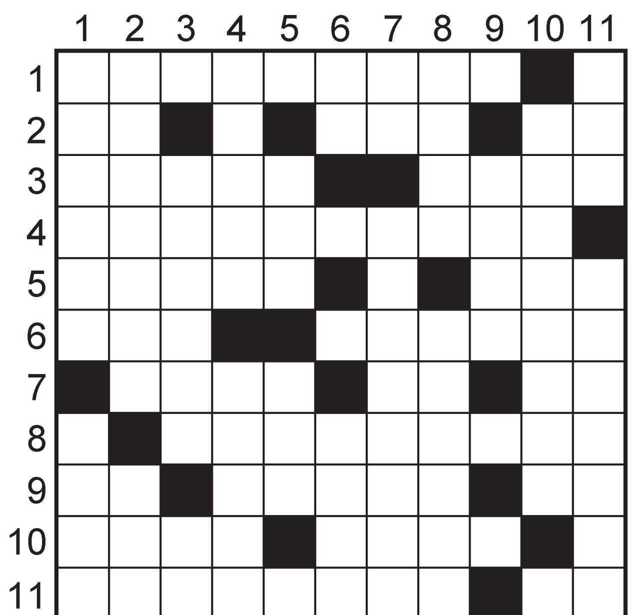
Esta informação não dispensa a consulta da lista oficial de prémios

Cruzadas 12.552

Paulo Freixinho
palavrascruzadas@publico.pt

Horizontais: 1. Lei da (...), foi publicada em Maio de 2023, com um prazo de regulamentação de 90 dias (o que ainda não aconteceu). **2.** Símbolo de Decímetro. "A tua fama longe (...), e mais depressa a má que a boa". Biblioteca Escolar. **3.** Da Ibéria. Conduz para cá. **4.** Pais e directores apoiam limites no seu uso até ao 6.º ano. **5.** Aplano. Empresa de transporte expresso internacional. **6.** Sociedade Anónima Desportiva. O desabrochar da flor. **7.** Sorte (pop.). Estónia (Internet). Hectare (símbolo). **8.** Os seus cérebros envelheceram mais de 4 anos na pandemia. **9.** Avenida (abrev.). Andam sobre rodas. Relações Internacionais. **10.** "Grand (...)", filme de Miguel Gomes, é o candidato de Portugal na corrida aos Óscares. Verbal. **11.** Cobrir ou guarnecer com esteira. Prata (s.q.).
Verticais: **1.** Publicas. Poeta. **2.** Sombrinhas. Às vossas pessoas. **3.** Eliminar. O dó antigo. **4.** Inauguras. Relate. **5.** Elemento de formação de palavras que exprime a ideia de ombro. Haste horizontal da charrua. **6.** Pessoa notável na sua especialidade. Impulso. **7.** Sala de Observação. Adorara. **8.** Embarcação de recreio. Insistir em. **9.** Imperativo do verbo rir (vós). **10.** "(...). o guardador de pássaros", o livro em destaque no "Guia crianças. Letra pequena". **11.** Barrete mourisco. Sistema especial de financiamento.

Solução do problema anterior
Horizontais: 1. Alemanha. Ca. **2.** Gemeu. Arroz. **3.** Uni. Leitão. **4.** Atroante. **5.** SO. Fi. Mas. **6.** Saúde. Kant. **7.** Ms. Imundo. **8.** PREC. Testar. **9.** Il. Ufanar. **10.** Taylor. Maia. **11.** Boi. Casar.
Verticais: 1. Aguas. Apito. **2.** Lentos. Ria. **3.** Emir. Ame. Yb. **4.** Me. Opúsculo. **5.** Aula. Foi. **6.** Enfeitar. **7.** Haiti. Men. **8.** Arte. Kusama. **9.** Rã. Mantras. **10.** Coo. Anda. IA. **11.** Az. Estorvar.



Bridge

João Fanha
fanhabridge.pt

Dador: Sul
Vul: Ninguém

NORTE
♠ 8
♥ AQ109
♦ A108652
♣ J3

OESTE
♠ K10962
♥ 8
♦ K74
♣ K976

ESTE
♠ QJ54
♥ 6542
♦ QJ9
♣ Q10

SUL
A73
♥ KJ73
♦ 3
A8542

Oeste	Norte	Este	Sul
			1 ♣
1 ♠	X	2 ♠	3
passo	4	Todos passam	

Leilão:
Qualquer forma de Bridge.

Carteio: Saída: 10 ♠.
Qual a melhor linha de jogo?

Solução:
Partida esticada, talvez porque os adversários nos empurraram para tal. Tudo parece depender do naipe de ouros. Será necessário adoptar um *timing* preciso, aproveitando a boa qualidade dos trunfos. Fazemos a vaza primeira e jogamos ouro para o Ás e ouro cortado. Retornamos ao morto com um trunfo para o 9 e jogamos outro ouro cortado com o Rei. Destrunfamos, jogando o Valete devidamente coberto pela Dama. Graças aos ouros apurados. Alinharemos 12 vazas cedendo apenas um pau no fim do jogo.

Considere o seguinte leilão:

Oeste	Norte	Este	Sul
	1 ♣	1 ♠	?

O que marca em Sul com a seguinte mão?

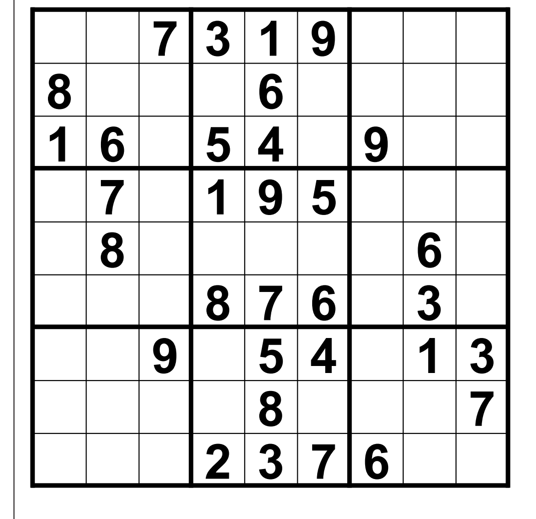
♠ AJ93 ♥ 10963 ♦ K2 ♣ AQ3

Resposta:
Apesar da má qualidade do naipe, é fundamental assentar desde já o fit a copas: 2 ♥. Se o parceiro voltar a falar, deverá ser possível propor a partida em sem trunfo.

Se tem pouca experiência, ou se já não joga Bridge há muito tempo, todas as segundas às 19h00 estarei à sua espera no Centro de Bridge de Lisboa para um torneio especial onde os iniciados são o foco das atenções. Mesmo sem parceiro, basta aparecer.

Sudoku

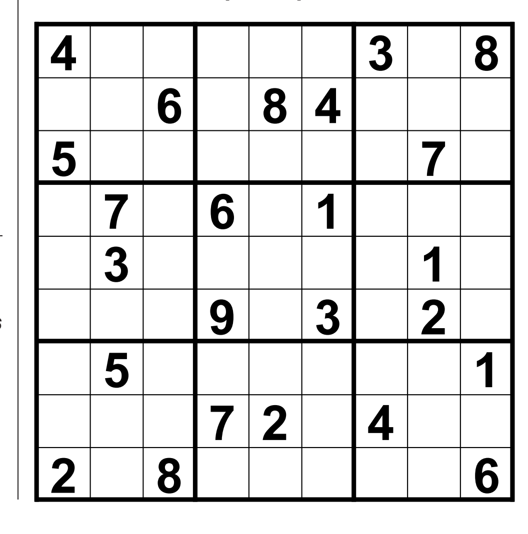
Problema 12.870 (Fácil)



Solução 12.868

4	2	7	9	8	5	6	1	3
6	5	8	1	7	3	2	4	9
9	1	3	2	6	4	7	5	8
2	7	9	3	5	1	4	8	6
5	3	6	4	2	8	1	9	7
1	8	4	6	9	7	5	3	2
8	4	2	5	3	6	9	7	1
3	6	1	7	4	9	8	2	5
7	9	5	8	1	2	3	6	4

Problema 12.871(Difícil)



Solução 12.869

2	8	9	6	4	1	5	7	3
4	6	7	3	5	2	1	8	9
3	5	1	9	7	8	2	6	4
6	9	3	2	1	7	4	5	8
1	2	5	8	3	4	7	9	6
7	4	8	5	9	6	3	1	2
5	7	6	4	2	9	8	3	1
8	3	4	1	6	5	9	2	7
9	1	2	7	8	3	6	4	5

Guia

CINEMA

O Recreio
RTP2, 17h28
Em clima de regresso às aulas, um filme sobre conflitos entre alunos, neste caso uma medição de forças entre rapazes e raparigas, em que estas tentam conquistar lugares que por alguma estranha razão lhes estão vedados no recreio. É escrito e dirigido pela francesa Hafsia Herzi.

Não Esperes Demasiado do Fim do Mundo
TVCine Edition, 22h
Com realização e argumento do romeno Radu Jude, esta comédia negra segue Angela Raducani (Ilinca Manolache) enquanto percorre de carro a cidade de Bucareste para fazer um vídeo sobre a segurança no local de trabalho, encomendado por uma multinacional. Nesse trajecto, depara-se com situações absurdas durante o que parece ser o fim do mundo. O filme estreou-se no Festival de Cinema de Locarno de 2023, onde recebeu o Prémio Especial do Júri, e continuou a colher galardões e nomeações nos certames internacionais. Esta noite, remata mais uma sessão tripla do ciclo *Na Rota dos Festivais* (aos sábados, até dia 28). Antes, passam *A Terra Prometida*, do dinamarquês Nikolaj Arcel, às 16h55; e *No Interior do Casulo Amarelo*, do vietnamita Thien An Pham, às 19h.

SÉRIE

Grantchester
Star Crime, 22h
O pároco-detective Will Davenport volta para a nona temporada, pronto a ajudar o inspector Geordie Keating (interpretado por Robson Green) a desvendar os crimes que perturbam a pacatez de uma paróquia inglesa dos anos 1950. Mas ficará pouco tempo: é nesta leva de episódios que o actor Tom Brittney se despede do papel principal, passando o testemunho a Rishi Nair, que vem vestir o hábito do novo vigário, Alphy Kotteram. A série britânica baseia-se nos livros policiais de James Runcie.

TEATRO

Além da Dor
RTP2, 22h01
Além da Dor é uma peça em que Alexander Zeldin ensaia o que acontece quando se leva ao limite a rotina de (sobre)viver para trabalhar, numa situação para lá de precária. Vem à tona numa troca de impressões e emoções entre os empregados de limpeza de uma fábrica de transformação de carne. Em 2022, a Companhia de Teatro de Almada estreou a sua versão, com encenação de Rodrigo Francisco, contribuindo, assim, para "contrariar a invisibilidade social destes trabalhadores, essenciais, mas tantas vezes esquecidos". O registo que a RTP estreia hoje corresponde à reposição da peça no Festival de Almada deste ano.

Televisão

Os mais vistos da TV

Quinta-feira, 12

		% Aud.	Share
Cacau	TVI	8,6	18,4
Jornal da Noite	SIC	8,2	17,1
A Promessa	SIC	7,5	16,4
O Preço Certo	RTP1	7,4	18,7
Telejornal	RTP1	7,3	15,1

FONTE: CAEM

RTP1	11,2%
RTP2	0,8
SIC	14,6
TVI	14,5
Cabo	40,7

RTP1

6.00 Espaço Zig Zag **8.00** Bom Dia Portugal Fim de Semana **9.57** Montado - O Bosque do Lince Ibérico **10.58** Hora dos Portugueses **11.52** Pôr do Sol **12.59** Jornal da Tarde **14.23** Estrelas ao Sábado

19.06 O Preço Certo **19.59** Telejornal



21.01 The Floor

22.42 Em Casa d'Amália

1.10 The Tracker: Rasto Mortal **2.32** Janela Indiscreta

RTP2

6.32 Repórter África **7.00** Folha de Sala **7.04** Malika - A Rainha Leoa **7.50** Espaço Zig Zag **14.57** Folha de Sala **15.05** Vela: Louis Vuitton America's Cup - Barcelona **16.42** Desporto 2 **17.28** O Recreio **18.59** Aulas de Ópera **19.56** Folha de Sala **20.00** Simplesmente Nora

21.30 Jornal 2

22.01 Além da Dor

23.41 Tudo Isto É Fado

1.24 Mulheres ao Volante **3.03** Portugal Que Dança **4.01** Sonhámos Um País **5.11** Sousa Martins - Vida e Culto

SIC

6.05 Etnias **6.35** Médico da Casa **7.10** Caixa Mágica - Caminhos de Portugal **8.45** Alô Marco Paulo **12.10** O Nosso Mundo **12.59** Primeiro Jornal **14.30** Alta Definição **15.25** Fama Show **15.55** E-Especial

16.45 Alô Marco Paulo

19.57 Jornal da Noite

22.10 Parece Impossível



0.25 Não Há Crise! **1.55** All You Need Is Love **3.10** Levanta-te e Ri

TVI

6.17 Detective Maravilhas **7.00** Diário da Manhã **10.15** Em Família **12.10** Ganha Já **12.58** TVI Jornal **14.00** A Sentença **16.20** Em Família **19.10** Ganha Já

19.57 Jornal Nacional

21.55 Congela

23.20 Toda a Gente Me Diz Isso

0.25 TVI Extra

2.00 GTI Plus **2.20** O Beijo do Escorpião **2.45** Sedução

TVCINE TOP

18.00 Astérix & Obélix - O Império do Meio **19.50** Tudo na Boa! **21.30** Cult Killer **23.15** Destruído **0.45** O Sacramento do Diabo

STAR MOVIES

17.25 Dispara Primeiro... Pergunta Depois **19.21** Raízes de Ouro **21.15** Duelo ao Pôr-do-Sol **23.13** Onde o Sol Nunca Brilha **1.10** Companheiros

HOLLYWOOD

18.35 Velozes e Furiosos **20.25** Riddick - A Ascensão **22.25** Vice - Cidade sem Regras **0.05** The Conjuring 3 - A Obra do Diabo **2.00** Gangster Americano

AXN

18.20 The November Man - A Última Missão **20.14** Braven **21.55** Planeta dos Macacos: A Origem **23.44** Die Hard, a Vingança **1.56** MIB: Homens de Negro - Força Internacional

STAR CHANNEL

17.39 Missão: Vingança **19.38** The Mechanic - O Profissional **21.20** Capitão América: O Soldado do Inverno **0.03** O Guarda-Costas e o Assassino

DISNEY CHANNEL

17.05 Hamster & Gretel **18.15** Vamos Lá, Hailey! **19.00** Miraculous - As Aventuras de Ladybug **19.45** Os Green na Cidade Grande **20.50** Como Treinares O Teu Dragão 3: O Mundo Secreto **22.35** Os Green na Cidade Grande

DISCOVERY

18.09 Oficina de Richard Hammond **20.03** Três Homens a Quatro Rodas **21.00** Pesca Radical **22.54** A Febre do Ouro **0.48** Pesca Radical

HISTÓRIA

17.15 Alienígenas **23.44** Factos do Inexplicável

ODISSEIA

17.00 O Mundo Invisível das Florestas **18.46** Os Cães de Lisa Vanderpump **19.31** Animais de Estimação Bebés **20.19** Retalhos da Vida na Quinta **21.52** Histórias Selvagens na Quinta **22.48** Os Meus Vizinhos da Tribo **23.34** Caçadores de Mitos **0.30** O Fim do Mundo **1.23** Os Meus Vizinhos da Tribo

DOCUMENTÁRIO

Aulas de Ópera
RTP2, 18h59
Conceitos como paz, guerra, comunidade e trabalho em equipa são mobilizados por um projecto que junta mais de 250 alunos de diferentes origens sociais num objectivo comum: levar à cena a ópera *Sindbad, a Journey Through Living Flames*, composta por Howard Moody e encenada por Thierry Thieû Niang. O processo, realizado ao longo de seis meses de 2014, no Teatro La Monnaie – De Munt, em Bruxelas, está registado neste documentário de Joël Franka.

CONCURSO

The Floor
RTP1, 21h
Estreia. Vasco Palmeirim transita para apresentador de mais um concurso de cultura geral, desta vez a envolver uma centena de concorrentes, dispostos numa grelha de 10x10, em que cada casa corresponde a uma categoria de perguntas. Sujeitam-se a duelos em contra-relógio para conquistar "território" aos adversários, aumentar a sua área de jogo e, no limite, alcançar os almejados 50 mil euros de prémio máximo.

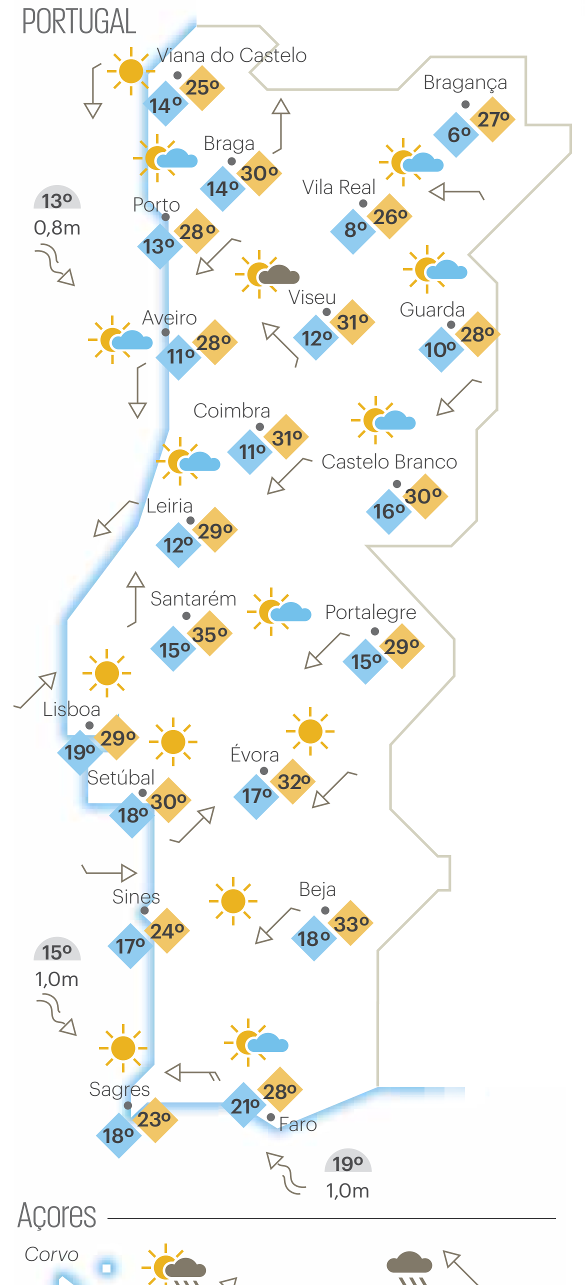
INFANTIL

Os Sete Anões e os Sapatos Mágicos (VP)
SIC K, 13h01
Imortalizado pelos irmãos Grimm no século XIX, o famoso conto de fadas ganhou, em 2019, uma nova versão nesta paródia sul-coreana dirigida por Sung-ho Hong, com Moo-Hyun Jang e Young Sik Uhm como co-realizadores. Uns príncipes foram transformados em anões e sabem que só o beijo da mulher mais bonita do mundo pode quebrar o feitiço. Acontece que, por essa altura, uma princesa encontra uns sapatos vermelhos mágicos que fazem dela a mais linda das donzelas – o que, obviamente, a coloca na mira dos anões.

Guia

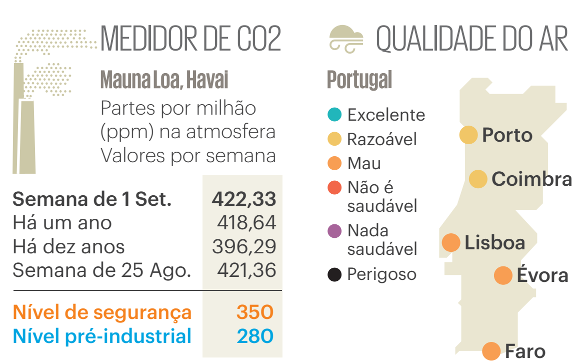
Meteorologia

PORTUGAL



PRÓXIMOS DIAS PORTO

Domingo, 15		Segunda-feira, 16		Terça-feira, 17	
15º	31º	17º	33º	15º	30º
Índice UV	Médio	Índice UV	Médio	Índice UV	Médio
Vento	Fraco	Vento	Fraco	Vento	Fraco
Humidade	38%	Humidade	26%	Humidade	35%



MEDIDOR DE CO2

Mauna Loa, Havai

Partes por milhão (ppm) na atmosfera
Valores por semana

Semana de 1 Set.	422,33
Há um ano	418,64
Há dez anos	396,29
Semana de 25 Ago.	421,36
Nível de segurança	350
Nível pré-industrial	280

QUALIDADE DO AR

Portugal

- Excelente
- Razoável
- Mau
- Não é saudável
- Nada saudável
- Perigoso

Porto, Coimbra, Lisboa, Évora, Faro



SOL

Nascente 07h18 · Poente 19h45

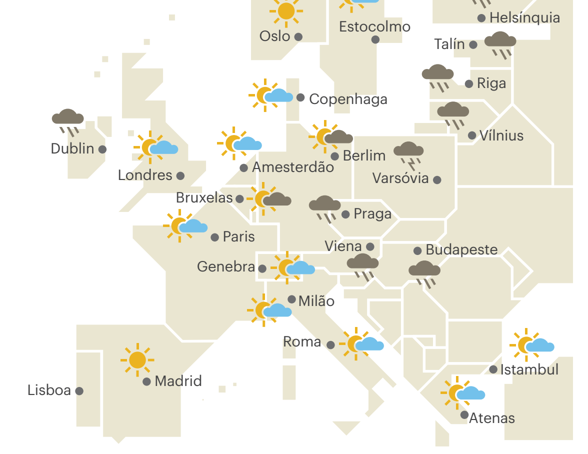
LUA

18 Set.	03h34
24 Set.	20h52
2 Out.	18h49
10 Out.	18h55

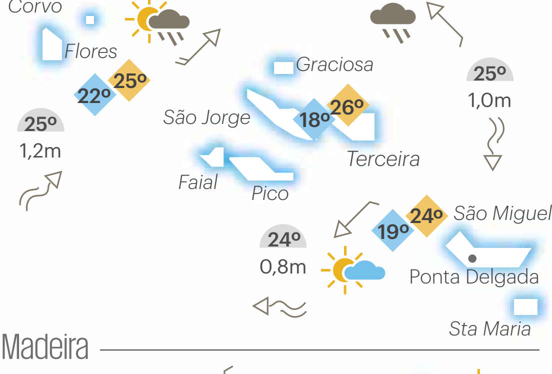
Nascente 17h58 · Poente 03h43*

*de amanhã

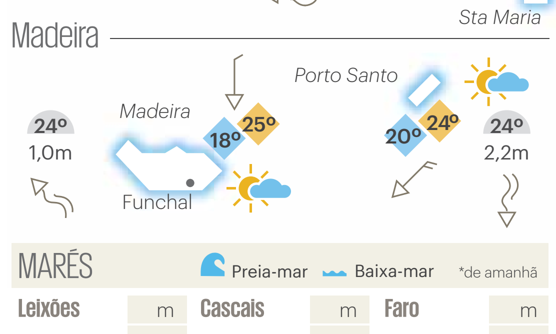
EUROPA



Açores



Madeira



MARÉS

Preia-mar · Baixa-mar · *de amanhã

Leixões	m	Cascais	m	Faro	m
Baixa-mar 06h37	1,4	Baixa-mar 06h13	1,4	Baixa-mar 06h07	1,3
Preia-mar 12h48	2,9	Preia-mar 12h26	2,9	Preia-mar 12h30	2,9
Baixa-mar 19h15	1,1	Baixa-mar 18h53	1,2	Baixa-mar 18h49	1,1
Preia-mar 01h28*	2,8	Preia-mar 01h05*	2,9	Preia-mar 01h04*	2,8

TEMPERATURAS ºC

	Min.	Máx.		Min.	Máx.
Amesterdão	8	18	Roma	11	24
Atenas	20	29	Viena	8	10
Berlim	9	18	Bissau	26	30
Bruxelas	6	16	Buenos Aires	10	18
Bucareste	10	23	Cairo	25	34
Budapeste	11	14	Caracas	20	31
Copenhaga	9	17	Cid. do Cabo	11	19
Dublin	14	18	Cid. do México	15	25
Estocolmo	8	19	Díli	22	33
Frankfurt	8	17	Hong Kong	26	34
Genebra	7	15	Jerusalém	20	28
Istambul	20	31	Los Angeles	17	27
Kiev	18	28	Luanda	21	26
Londres	9	19	Nova Deli	25	32
Madrid	14	27	Nova Iorque	18	28
Milão	9	22	Pequim	17	25
Moscovo	15	26	Praia	25	29
Oslo	7	18	Rio de Janeiro	22	34
Paris	7	18	Riga	14	21
Praga	9	14	Singapura	26	33

Fontes: AccuWeather; Instituto Hidrográfico; QualAR/Agência Portuguesa do Ambiente; NOAA-ESRL

PEDRO NUNES/REUTERS



Francisco Trincão e Pedro Gonçalves combinaram para o golo inaugural em Arouca

Sporting aproveita rampa de lançamento para Champions

“Leões” somaram o quinto triunfo em cinco jornadas e consolidaram a liderança da Liga, mais uma vez com grande autoridade. Segue-se o início da aventura europeia

Crónica de jogo

Nuno Sousa

Tem sido uma questão de se perceber quando e não se o Sporting vai chegar ao golo. A superioridade territorial, estratégica e técnica dos “leões” está a marcar a Liga 2024/25 e o Arouca limitou-se a vestir a pele de um agente passivo no arranque da 5.ª jornada. A quinta vitória do campeão desenhou-se com um 0-3, fruto de um monólogo de futebol sem interlocutor a nível doméstico.

O Arouca recebeu o líder do campeonato com uma defesa a cinco, baixando Loum (um médio robusto fisicamente) para terceiro central e usando um duplo *pivot* no meio-campo (David Simão e Fukui) para travar as incursões de Pedro Gonçalves, Bragança e Trincão pelo corredor central. O objectivo era resistir à iniciativa do Sporting e responder com saídas rápidas, ora graças aos passes longos de Simão, ora pelas acelerações em posse de Ivo Rodrigues e Jason. Logo aos 25 segundos, o plano colocou o avançado espanhol na cara de Franco Israel, com remate por cima da trave.

A qualidade na circulação de bola do Sporting e a capacidade de criar situações de superioridade nos corredores rapidamente mostraram que aquele lance seria uma excepção. Com Matheus Reis como central pela esquerda e a largura entregue a Nuno Santos, os “leões” forçaram quase sempre o espaço entre Tiago Esgaio e Chico Lamba. Aos 3’, Gyökeres ameaçou com remate à meia-volta; aos 17’, Quenda acertou num adversário, já na área; aos 20’, Gyökeres levou quatro adversários com o mesmo desfecho; até que, aos 24’, a bola entrou mesmo. O sueco arrastou marcação para a direita, Quenda rompeu no espaço, Trincão ganhou a bola na linha final e, com classe, traçou a única trajectória possível para a colocar na cabeça de Pedro Gonçalves, que se limitou a desviar.

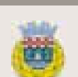
Estava quebrada a resistência do Arouca, que continuava com problemas em cobrir o corredor direito (o Sporting atraía dentro para jogar fora), mas ia passar a ter um pouco mais de oxigénio disponível. Sobretudo porque os “leões” podiam activar agora o plano B, de dar mais iniciativa ao opositor para depois procurarem ataques rápidos.

O intervalo chegou com mais um par de lances de perigo, o último num livre que Gonçalo Inácio só não transformou em golo, de cabeça, porque o guarda-redes Nico Mantl, ex-Viborg, voltou a mostrar atenção e reflexos acima da média.

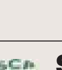
Nos balneários, o Arouca deixou ficar o avançado Ivo Rodrigues, lançando Sylla e Trezza, responsável por um remate cruzado que Franco Israel deteve, aos 49’. O guião não mudava, mas a equipa foi perdendo alguma timidez e, aos 65’, o Sporting lançou Nuno Santos na profundidade e Loum, ao tentar o corte, fez autogolo, que seria invalidado pelo VAR por fora-de-jogo de 18 cm. Minutos depois, nova intervenção do VAR, para chamar o árbitro João Pinheiro, que assinalou penálti por mão de Fukui após um pontapé de canto. Gyökeres, pois claro, aproveitou para fazer o oitavo golo na Liga.

O Arouca voltou a mexer para juntar Yalcin ao ataque, passando para um 3x5x2 na tentativa de reduzir os danos. E o Sporting fez o mesmo, mas já a pensar na estreia de terça-feira na Liga dos Campeões, aproveitando para promover a estreia do reforço uruguaio Maxi Araújo. Seria Trincão, porém, a fechar as contas, com um raide individual pelo corredor central, concluído com subtileza.

Repetia-se o resultado da época passada e, a este ritmo, o Sporting estará sempre mais perto de, dentro de oito meses, repetir também o desfecho da temporada 2023/24.



Arouca 0



Sporting 3
Pedro Gonçalves 24’, Gyökeres 73’ (gp), Trincão 80’

Estádio Municipal de Arouca.

Arouca Nico Mantl, José Fontán ●60’ (Popovic, 86’), Chico Lamba, Loum; Tiago Esgaio, David Simão (Pedro Santos, 86’), Fukui, Dante (Yalcin, 74’); Jason, Ivo Rodrigues (Sylla, 46’ ●54’) e Marozau (Trezza, 46’).
Treinador Gonzalo García

Sporting Franco Israel, Debast, G. Inácio, Matheus Reis (Diomande, 74’), Quenda (Maxi Araújo, 78’), Hjulmand (Morita, 78’), Daniel Bragança, Nuno Santos (Catamo, 74’), Trincão (Edwards, 83’), Pedro Gonçalves e Gyökeres. **Treinador** Rúben Amorim

Árbitro João Pinheiro (AF Braga)
VAR João Gonçalves (AF Porto)

Positivo/Negativo



+ Trincão
Atravessa uma fase luminosa. Assistiu para o primeiro golo, marcou o terceiro e, a jogar entre linhas, é um problema bicudo para os adversários.

Daniel Bragança
Influente a ditar os tempos do jogo com bola e providencial a encontrar o momento certo para libertar Nuno Santos para acções de cruzamento.

− Fukui
Foi um jogo ingrato para o japonês, que quase não teve bola. Defensivamente, mostrou dificuldades no corredor central e ainda teve a infelicidade de cometer o penálti que acabou com as dúvidas.

Desporto

I Liga

Jornada 5

Arouca-Sporting	0-3
Casa Pia-Moreirense	15h30, SPTV
AVS-Rio Ave	18h, SPTV
Benfica-Santa Clara	20h30, BTV
Famalicão-Gil Vicente	20h30, SPTV
FC Porto-Farense	dom, 15h30, SPTV
Estoril-Nacional	dom, 18h, SPTV
Sp. Braga-Vitória SC	dom, 20h30, SPTV
E. Amadora-Boavista	seg, 20h15, SPTV

	J	V	E	D	M-S	P
1 Sporting	5	5	0	0	19-2	15
2 FC Porto	4	3	0	1	7-2	9
3 Famalicão	4	3	0	1	7-2	9
4 Santa Clara	4	3	0	1	8-4	9
5 Vitória SC	4	3	0	1	4-2	9
6 Sp. Braga	4	2	2	0	5-2	8
7 Benfica	4	2	1	1	5-3	7
8 Moreirense	4	2	1	1	7-6	7
9 Rio Ave	4	2	0	2	3-5	6
10 Gil Vicente	4	1	2	1	4-5	5
11 Boavista	4	1	1	2	1-2	4
12 AVS	4	1	1	2	5-7	4
13 Nacional	4	1	1	2	4-8	4
14 Casa Pia	4	1	0	3	1-6	3
15 Arouca	5	1	0	4	2-8	3
16 Estoril	4	0	2	2	1-5	2
17 Estrela Amadora	4	0	1	3	1-6	1
18 Farense	4	0	0	4	1-10	0

Próxima jornada Nacional-Sp. Braga, Santa Clara-E. Amadora, Rio Ave-Estoril, Vitória SC-FC Porto, Moreirense-Famalicão, Gil Vicente-Casa Pia, Farense-Arouca, Sporting-AVS, Boavista-Benfica

II Liga

Jornada 5

Torreense-Portimonense	3-2
Felgueiras-Desp. Chaves	11h, SPTV
Ac. Viseu-União Leiria	14h, SPTV
Mafra-Tondela	dom, 11h, SPTV
Marítimo-Alverca	dom, 11h, SPTV
Penafiel-FC Porto B	dom, 12h45, SPTV
Leixões-Vizela	dom, 15h30, SPTV
Benfica B-Oliveirense	dom, 15h30, BTV
Feirense-P. Ferreira	seg, 18h, SPTV

	J	V	E	D	M-S	P
1 Ac. Viseu	4	3	1	0	10-3	10
2 Penafiel	4	3	1	0	11-7	10
3 Benfica B	4	3	0	1	7-4	9
4 Torreense	5	3	0	2	8-6	9
5 Leixões	4	2	2	0	6-4	8
6 Mafra	4	1	2	1	5-3	5
7 União Leiria	4	1	2	1	5-4	5
8 Portimonense	5	1	2	2	9-9	5
9 Feirense	4	1	2	1	5-5	5
10 Marítimo	4	1	2	1	6-9	5
11 Tondela	4	0	4	0	7-7	4
12 Felgueiras	4	0	4	0	2-2	4
13 Paços Ferreira	4	1	1	2	6-8	4
14 Vizela	4	1	0	3	4-5	3
15 FC Porto B	4	0	3	1	4-6	3
16 Alverca	4	0	3	1	3-7	3
17 Desp. Chaves	4	0	2	2	2-6	2
18 Oliveirense	4	0	1	3	3-8	1

Próxima jornada Desp. Chaves-Torreense, P. Ferreira-Benfica B, Tondela-Ac. Viseu, Portimonense-Penafiel, Alverca-Leixões, Oliveirense-Feirense, U. Leiria-Marítimo, FC Porto B-Felgueiras, Vizela-Mafra

MELHORES MARCADORES

I Liga
8 golos Viktor Gyökeres (Sporting)
4 golos Pedro Gonçalves (Sporting)

II Liga
4 golos Zé Leite (Penafiel)
3 golos Yuri Araújo (Ac. Viseu), Roberto (Tondela)...

GETTY IMAGES



O romeno Iancu Vasilica, em Portugal desde os seis anos, é árbitro de primeira categoria

FPF já conta com um recorde de 25 árbitros estrangeiros

Sob a tutela da federação portuguesa, há juízes de 11 nacionalidades, sendo o Brasil o território mais representado, com oito

A Federação Portuguesa de Futebol (FPF) conta com 25 árbitros estrangeiros nos quadros nacionais e regionais, o valor mais alto de sempre e que reflecte, segundo o presidente do Conselho de Arbitragem (CA), José Fontelas Gomes, "o natural fluxo de imigração".

"O mundo hoje é global e a sociedade reflecte essa realidade. É o natural fluxo de imigração que faz de Portugal um destino que muitos procuram para trabalhar. A arbitragem é uma actividade como outra qualquer e que, mesmo a um nível não profissional, cativa quem gosta e pratica desporto", afirmou o dirigente, em declarações à agência Lusa.

Questionado sobre a presença de árbitros estrangeiros em Portugal, o dirigente recordou os protocolos estabelecidos com as federações francesa e cipriota para o intercâmbio de "juízes", com destaque para o caso gaulês, iniciado em 2021/22, em alguns jogos da I Liga.

No início da época passada, o árbitro internacional Halim Shirzad refugiou-se em Portugal quando os taliban tomaram o poder no Afeganistão e, já com dupla nacionalidade, mas sem as insígnias da FIFA, dirige jogos da II Liga e Liga 3.

Outro caso de integração é o do romeno Iancu Vasilica, que veio para Portugal com seis anos, tem dupla nacionalidade e está na primeira categoria.

Segundo o presidente do CA, "em 2023/24 já houve 25 árbitros estrangeiros inscritos, um aumento considerável depois um registo estável". E prevê "um incremento deste número para a temporada 2024/25, uma vez que existem diversos pedidos que estão actualmente em análise": "O CA tem uma perspectiva aberta e de inclusão, pelo que todos os árbitros ou candidatos a árbitros são bem-vindos."

Estes 25 árbitros estrangeiros representam o número mais elevado já registado – eram 17 em 2018/19 e 19 em 2022/23 –, num quadro em que o Brasil está em maioria, com oito, à frente da Suíça (cinco), da Venezuela (três) e da França (dois). Os restantes estrangeiros são provenientes de Roménia, África do Sul, Argentina, Cabo Verde, Canadá, Guiné-Bissau e Ucrânia.

19
Era o número de árbitros estrangeiros inscritos na FPF na temporada 2022/23

Quase 900 candidatos

Com a missão de renovar os quadros e aumentar a base de recrutamento, o Conselho de Arbitragem (CA) registou 882 candidatos a árbitros na primeira edição da campanha "Faz parte do jogo, vem arbitrar", em 2023/24, que vai voltar a lançar.

"O êxito da campanha 'Faz parte do jogo, vem arbitrar' é um reflexo do empenho que temos investido na valorização da arbitragem em Portugal. Nos últimos anos, não apenas ampliámos os recursos e ferramentas disponíveis para apoiar os árbitros, mas também fortalecemos o processo de recrutamento, que agora se mostra mais robusto do que nunca", afirmou Fontelas Gomes.

O dirigente aludia ao relançamento da campanha de angariação de árbitros de futebol, futsal e futebol de praia, cuja primeira edição, lançada em 23 de Novembro de 2023, recebeu 882 candidatos, dos quais 388 cumpriram a formação e prosseguem na arbitragem, enquanto os restantes 494 estão a voltar a ser sondados para frequentarem o curso.

O CA calculava um défice de cerca de mil árbitros nas modalidades tuteladas pela FPF em 2023/24, época em que registou o maior número de "juízes" de sempre (5521), fruto também do aumento dos cursos – 50 em cada ano. **Lusa**

Breves

Golfe

Lumsden e Herbert resistem ao nevoeiro no Open de Portugal

O escocês Ryan Lumsden e o francês Benjamin Herbert partilhavam ontem a liderança provisória do Open de Portugal em golfe quando a segunda volta foi suspensa devido à falta de luz natural, no Royal Óbidos Golf Resort. Depois de um atraso de quatro horas, culpa do nevoeiro intenso na região Oeste, Lumsden conseguiu terminar a segunda volta, assegurando o comando provisório com um agregado de 134 pancadas, ao passo que o golfista gaulês ficou no buraco 8 com as mesmas oito pancadas abaixo do Par do britânico. Entre os 15 representantes nacionais em acção na prova portuguesa do Challenge Tour, Tomás Gouveia desceu ao 11.º lugar, ao contabilizar 138 pancadas, quatro abaixo do Par.



Hóquei em patins

Portugal discute hoje o título mundial de sub-19 com Espanha

Portugal apurou-se ontem para a final do Campeonato do Mundo de sub-19 em hóquei em patins. Em Novara, Itália, um dos palcos dos World Skate Games 2024, a selecção nacional derrotou a actual campeã, a Argentina, por 5-4, com golos de Viti Oliveira, Guilherme Azevedo, Tomás Santos (dois) e Martim Costa, mas não se livrou de um susto, depois de ter chegado ao intervalo a ganhar por expressivos 5-1. Na final, que se disputa esta noite (20h), Portugal vai defrontar a Espanha, que ontem derrotou a Itália por 6-3 na outra meia-final, com três golos de Biel Nadal, dois de Carles Casas e um de Alex Ortigosa.

Portugal pronto para “manter o nível” e defender o título mundial

Nuno Sousa

Campeonato do Mundo arranca hoje no Uzbequistão com o Brasil, a Espanha e a Argentina a tentarem destronar o campeão

Haverá 12 mil lugares nas bancadas da Humo Arena à espera de público quando Portugal entrar na quadra para se estrear no Mundial de 2024 de futsal, que hoje arranca no Uzbequistão. A 10.ª edição do torneio conta com 24 selecções de seis confederações, mas só uma irá defender o título conquistado em 2021, um ano mais tarde do que o previsto por causa da pandemia de covid: a portuguesa. O objectivo para o grupo comandado por Jorge Braz passa, por isso, por “manter o nível”.

Portugal iniciará a caminhada somente na segunda-feira, diante do Panamá (13h30), num Grupo E que conta ainda com Tajiquistão e Marrocos. E fá-lo-á com o estatuto de campeão mundial, graças ao triunfo na Lituânia, onde soube capitalizar a primeira presença de sempre na final da prova. Um resultado que traz motivação, naturalmente, mas também responsabilidade acrescida.

“Estamos com enorme vontade de que isto se inicie. Estamos mortinhos que se inicie a festa, porque já nos preparámos bastante para ela. Não vai ser preciso qualquer incentivo a ligar o ‘*chip*’. Quando for para se iniciar a competição, vamos estar prontos, com enorme vontade, ambição e confiança”, declarou Jorge Braz, treinador que leva mais de uma década ao comando da selecção. “É mantermo-nos neste nível, não só estar nas decisões, mas vencê-las”, acrescentou, já em Tashkent.

Ao longo deste ano, Portugal ganhou oito jogos, mas nenhum dos últimos três – perdeu um no Torneio Internacional de Viseu (3-6 com a Ucrânia) e empatou os dois seguintes, de preparação, diante do Paraguai (2-2 e 1-1), no início do mês. É verdade que, nesta primeira fase do Mundial, o nível não será muito elevado e que a qualificação para os oitavos-de-final será quase uma formalidade, porque se apuram os dois primeiros de cada grupo e os quatro melhores terceiros. Mas a partir daí a exigência vai crescer.

Pela história, pelo palmarés e pela qualidade intrínseca das equipas, a Portugal juntam-se o Brasil (cinco títulos), a Espanha (dois) e a Argentina (um, com presença consecutiva nas duas últimas finais) como cabeças de cartaz na corrida ao troféu, mas o Irão, que tem crescido na modalidade, e a Ucrânia (6.ª do ranking) espreitarão uma oportunidade para uma surpresa.

Em sentido contrário tem caminhado a Itália, que, depois de dois terceiros lugares (2008 e 2012) – e, já agora, dois títulos de campeã da Europa –, falha pela segunda vez consecutiva a presença na fase final do Campeonato do Mundo.

Interessante neste torneio será acompanhar a carreira do estreante Afeganistão, que afastou o Iraque e o Quirguistão no *play-off* de apuramento e conta nas suas fileiras com o mais jovem dos 336 jogadores da prova, Mehran Gholami. Mas não será o único a pisar o palco de um Mundial pela primeira vez: a França, a Nova Zelândia e o Tajiquistão também integram o grupo dos novatos.

Para Portugal, o essencial é concentrar-se naquilo que pode fazer pelos próprios meios. “Estamos cá, essencialmente preocupados connosco para continuar o nosso percurso. Subimos até este patamar e queremos manter-nos cá. É muito importante fazer as coisas simples bem feitas”, alerta Jorge Braz, que não se cansa de exaltar “a criatividade do jogador português” e de destacar “a forma organizada” como os portugueses pensam o jogo.



DR

Portugal entra em competição na segunda-feira, diante do Panamá



Quando for para se iniciar a competição, vamos estar prontos, com enorme vontade, ambição e confiança

Jorge Braz
Seleccionador

Henrique Rocha alcança na Taça Davis uma vitória histórica sobre Casper Ruud

Pedro Keul

Ao repartirem os dois primeiros encontros de singulares, Portugal e Noruega mantêm a eliminatória em aberto

Quem acompanhou a eliminatória da Taça Davis entre Portugal e Noruega em 1997 deve ter sentido um “*déjà vu*” ao assistir ao primeiro singular do embate entre as duas selecções, agora em Bekkestua, perto da capital Oslo, a contar para o Grupo Mundial I. Felizmente que, em 2024, apareceu um inspirado Henrique Rocha a reescrever um argumento diferente: derrotou Casper Ruud, número nove do ranking, igualou (1-1) a eliminatória, onde Portugal não pode contar com Nuno Borges, lesionado num pulso, e adiou o desfecho para hoje.

Há 27 anos, surgiu na Maia o experiente Christian Ruud, acompanhado pelo desconhecido Jan-Frode Andersen, recém-entrado no top 300. E foi Andersen a surpreender Nuno Marques logo no primeiro encontro que abriu caminho para a vitória dos noruegueses, consolidada com as vitórias de Ruud nos singulares.

Desta vez, o “desconhecido” foi Nicolai Budkov Kjaer, 18 anos, 737.º no ranking ATP e líder da classificação mundial de juniores, depois de ter ganhado o torneio de Wimbledon e sido finalista no US Open nesse escalão. No confronto inicial com o estreante Jaime Faria (157.º), o norueguês venceu, por 4-6, 6-3 e 7-6 (7/4), e deu o primeiro ponto aos nórdicos.

A tarefa parecia, pois, difícil para Henrique Rocha (159.º), que nunca tinha defrontado um adversário do top 40 e teve de enfrentar Casper Ruud (9.º), filho de Christian Ruud. Mas o número três português entrou descomplexado, colocando no court o seu ténis agressivo, ao mesmo tempo que o ídolo local se ia mostrando irregular.

Foi sem surpresa que Rocha fechou o *set* inicial, com dois *breaks*, mas poucos esperariam que se adiantasse para 4-2. Foi então que Ruud reagiu de acordo com o seu estatuto e igualou. No entanto, Rocha não acusou o toque, fez o 5-4 com um jogo de serviço em branco e soube estar sólido no jogo seguinte, enervando Ruud, que cometeu mais erros para conceder a derrota.

Hoje (13h em Portugal), terá lugar o encontro de pares, para o qual estão indicados Faria e Rocha. O segundo dia de competição termina com mais um ou dois encontros de singulares, até uma selecção somar três pontos.



Henrique Rocha

BARTOON LUÍS AFONSO









Vieira, Rui Costa, a incompetência e o Princípio de Peter

O respeitinho não é bonito



João Miguel Tavares



ANTÓNIO PEDRO SANTOS/LUSA

Luís Filipe Vieira foi à CMTV destruir Rui Costa durante hora e meia, ao mesmo tempo que chegava às livrarias uma nova edição de um clássico da gestão: *O Princípio de Peter – Porque é que as coisas acabam sempre por correr mal*. É uma coincidência feliz. O senhor Peter que deu nome ao seu princípio é Laurence J. Peter (1919-1990), um professor canadiano que em 1969 se juntou ao escritor Raymond Hull para transpor para livro uma série de palestras de grande sucesso sobre a hoje famosíssima máxima que diz: "Numa hierarquia qualquer funcionário tende a subir até ao seu patamar de incompetência."

O Princípio de Peter tem o encanto das fórmulas simples que transmitem grandes verdades. Esbarramos nele todos os dias, seja no contacto com terceiros, seja nas nossas próprias empresas. Durante os anos que passei nas redacções, o senhor Peter e o seu princípio eram uma companhia regular, sobretudo quando via excelentes jornalistas perderem-se em péssimos editores. Robert I. Sutton sublinha no prefácio desta edição da Gradiva que a insistência em fazer subir pessoas numa hierarquia sem ter em conta as suas competências de gestão tem ainda a agravante de acabar "frequentemente com péssimos líderes", ao mesmo tempo que se perdem os "melhores executantes individuais". Bingo.



Confundir a paixão futebolística com a competência de gestão multiplica os riscos de erro catastrófico

Na entrevista à CMTV, Vieira, em modo de vingança, apontou as inúmeras incompetências de Rui Costa. Sutton explica a raiz de onde elas nascem: "As aptidões necessárias para dirigir uma grande campanha política pouco têm a ver com as exigíveis para governar. Não há nada no facto de se ser um grande cirurgião que prepare um médico para gerir um hospital. Aprender a ser um grande litigante não prepara de modo algum um advogado para dirigir um escritório de advogados." E, acrescento eu, não existe qualquer razão para que um grande jogador de futebol tenha capacidade para gerir um grande clube. Pelo contrário: é altamente improvável que uma mesma pessoa consiga acumular um talento extraordinário para jogar à bola e para gerir uma instituição com a complexidade do Benfica.

Há ainda o problema de um clube de futebol ser um tipo de empresa muito particular, no qual o presidente (e líder da SAD) é escolhido através do voto de apaixonadíssimos sócios obcecados com vitórias, e não por accionistas frios obcecados com lucros. Confundir a paixão futebolística com a competência de gestão multiplica os riscos de erro catastrófico.

O amor de Rui Costa ao Benfica ficou gravado para a eternidade graças às suas famosas lágrimas de 1996, quando, ao serviço da Fiorentina, marcou um golo no Estádio da Luz. Aquelas lágrimas continuam a render, quase 30 anos depois. Os sócios pensam: se Rui Costa ama tanto o seu clube, não fará tudo para o fazer crescer desportivamente? Claro que fará. Infelizmente, não se trata de uma questão de desejo. É mesmo uma questão de ele ter, ou não ter, capacidades para ser um gestor de primeira linha. Nada no currículo de Rui Costa indicava isso – e o Princípio de Peter actuou com a crueldade habitual.

Agora, Luís Filipe Vieira veio acrescentar crueldade à crueldade. Esqueceu-se, contudo, de explicar as razões por que foi ele próprio a promover, em primeiro lugar, o seu antigo delfim até ao patamar da incompetência. Vieira pediu desculpa aos benfiquistas pelo erro. Só que não foi um erro. Vieira queria um sucessor fraco e manipulável. Conseguiu o primeiro, falhou no segundo. Foi incompetente, também ele.

Colunista

jmtavares@outlook.com





